

**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

GUSTAVO KLAUSS STEINTHALER

**EDUCAÇÃO SUPERIOR NA IDADE MÉDIA (1200 A 1500) E
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: HERANÇAS E CONTRIBUIÇÕES À
CONTEMPORANEIDADE**

CURITIBA/PR

2024

GUSTAVO KLAUSS STEINTHALER

**EDUCAÇÃO SUPERIOR NA IDADE MÉDIA (1200 A 1500) E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS: HERANÇAS E CONTRIBUIÇÕES À CONTEMPORANEIDADE**

Dissertação apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGED) da Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, na Linha de Pesquisa Práticas Pedagógicas: elementos Articuladores, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sueli Pereira Donato

**CURITIBA/PR
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sidnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

S819 Steinthaler, Gustavo Klauss.

Educação superior na idade média (1200 a 1500) e práticas pedagógicas: heranças e contribuições à contemporaneidade/
Gustavo Klauss Steinthaler; orientadora Prof.^a Dra. Sueli Pereira Donato.

115fp.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná,
Curitiba, 2024

1. Educação e Idade média. 2. Universidade de Bolonha.
3. Práticas pedagógicas. 4. Universidades medievais.
I. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em
Educação/ Mestrado em Educação. II. Título.

CDD – 378

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

TERMO DE APROVAÇÃO

GUSTAVO KLAUSS STEINTHALER

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA IDADE MÉDIA (1200 A 1500) E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: HERANÇAS E CONTRIBUIÇÕES À CONTEMPORANEIDADE

Esta dissertação foi julgada e aprovada como requisito formal para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), em Linha de Pesquisa Práticas Pedagógicas: Elementos Articuladores da Universidade Tuiuti do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Sueli Pereira Donato

Orientadora - Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)

Prof.^a Dr.^a Mirian Célia Castellain Guebert

Membro Titular Externo - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR

Prof. Dr. Fausto dos Santos Amaral Filho

Membro Titular Interno - Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)

Prof.^a Dr.^a Maria Antônia de Souza

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)

Curitiba, 22 de fevereiro de 2024.

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, por iluminar meus passos, me dando forças na busca do conhecimento e do discernimento. Em seguida a minha família, pilar da minha vida e base da minha formação, pelo apoio incondicional, carinho e orientação em cada momento da minha existência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Prof.^a Dr.^a Sueli Pereira Donato pelo seu acolhimento e por sua valiosa orientação, disponibilidade, e contribuições em todas as fases deste trabalho. Meu muitíssimo obrigado.

Agradeço ao professor Prof. Dr. Fausto dos Santos Amaral Filho, Coordenador do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) por sua atenção e pelas lições aprendidas durante as aulas de filosofia.

Agradeço a professora Doutora Mirian Célia Castellain Guebert da Pontifícia Universidade Católica do Paraná pelo aceite do convite para compor a banca de qualificação e suas valiosas contribuições para conclusão deste trabalho.

Agradeço a cada professor do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) por abrirem as portas do conhecimento e contribuírem para o meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço a todos os colegas com que convivi nesse período, em especial ao amigo Kenji, pelo incentivo e companheirismo nessa jornada.

Agradeço a todos os funcionários da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) pela forma cordial, gentil e calorosa com que sempre fui acolhido.

Agradeço ainda a CAPES, e a Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) pela Bolsa concedida.

Agradeço em especial a minha família, meu Pai Clecio Steinthaler por seus conselhos e companheirismo, a minha mãe Lineia Steinthaler, pelo apoio, suporte e amor incondicionais na minha vida, e a minha irmã Glenda Steinthaler pela paciência nas minhas ansiedades.

Agradeço a Adriana Fatima de Lima, pelo carinho em todos esses anos.

Agradeço a Raquel Pusch de Souza, que com sua luz e sabedoria, me orientou a me tornar cada dia melhor, superando minhas dificuldades para atingir meus objetivos.

Finalmente, agradeço a todos, que direta ou indiretamente compartilharam comigo mais esta etapa da minha vida.

“Dê-me, Senhor, agudeza para entender, capacidade para reter, método e faculdade para aprender, sutileza para interpretar, graça e abundância para falar. Dê-me, Senhor, acerto ao começar, direção ao progredir e perfeição ao concluir”.

(São Tomás de Aquino)

RESUMO

A dissertação em questão investiga a educação superior durante a Idade Média (1200-1500), com foco na prática pedagógica da Universidade de Bolonha e suas influências para a educação contemporânea. O objetivo geral é apresentar o que herdamos do mundo medieval (1200-1500) concernente a educação superior, tendo por base a universidade de Bolonha, que ainda se mantém presente e/ou poderia ser algo produtivo às práticas pedagógicas contemporâneas? Para alcançar objetivo geral proposto, delimita-se os seguintes objetivos específicos: a) Descrever o século XIII ao XV concernente as suas transformações sociais e educacionais; b) Explicar o nascimento das universidades na idade média e suas principais características, em especial, a universidade de Bolonha; c) Descrever a estrutura das primeiras universidades durante o período de 1200 a 1500; c) Elucidar as heranças e contribuições da Universidade Bolonha às práticas pedagógicas contemporâneas.

Como principais aportes teóricos utilizados foram utilizados os autores: Jacques (2003); José Francisco (2000); Nunes (2018), Ullmann (2000), Haskins (2015), Jerpgagnon (1992), Jacques Le Goff (1964), Marc Bloch (1939) e Verger (2001). A metodologia utilizada nessa pesquisa é de abordagem qualitativa (Biklen; Bogdan, 1994) e corresponde a uma pesquisa de caráter e procedimento bibliográfico. Ao longo desta dissertação, destacou-se o surgimento e a continuidade de uma instituição educacional de grande relevância, que persiste até os dias atuais. É sabido que as instituições perduram apenas enquanto conseguem se adaptar às demandas do seu tempo histórico, caso contrário, correm o risco de desaparecer. A presença contínua dessa universidade na vida acadêmica é um testemunho de sua capacidade de evoluir, antecipando e satisfazendo as necessidades dos indivíduos. No decorrer da pesquisa, focou-se em responder à questão central, onde demonstrou-se o pioneirismo da Universidade de Bolonha na implementação de preocupações em diversas áreas, como, entre outras, estabelecer os alicerces para a estruturação dos ciclos acadêmicos de estudo, promover a padronização de sistemas de créditos, a integração entre pesquisa e ensino, além de garantir a qualidade e a própria flexibilidade curricular, permitindo a internacionalização e a mobilidade acadêmica. Seu modelo de ensino, baseado em faculdades e departamentos, estruturando o ensino em cátedras específicas demonstrou sua organização eficaz de gerir e gerar o conhecimento. Junto a isso, criou uma estrutura administrativa, envolvendo reitores,

professores e estudantes em suas decisões acadêmicas. Esse pioneirismo continua a influenciar e moldar o ambiente acadêmico contemporâneo. É importante destacar que embora algumas práticas adotadas na época não sejam amplamente utilizadas hoje, não se pode ignorar o papel fundamental da Universidade de Bolonha na formação do sistema educacional existente e como seu legado inspira a comunidade acadêmica global.

Palavras-chave: Educação e Idade média; Universidade de Bolonha; Práticas Pedagógicas; Universidades medievais.

ABSTRACT

The dissertation in question investigates higher education during the Middle Ages (1200-1500), focusing on the pedagogical practice of the University of Bologna and its influences on contemporary education. The general objective is to present what we have inherited from the medieval world (1200-1500) regarding higher education, based on the University of Bologna, which is still present and/or could be something productive for contemporary pedagogical practices? In order to achieve the proposed general objective, the following specific objectives are delimited: a) Describe the 13th to 15th centuries in terms of their social and educational transformations; b) Explain the birth of universities in the Middle Ages and their main characteristics, especially the University of Bologna; c) Describe the structure of the first universities during the period from 1200 to 1500; c) Elucidate the legacies and contributions of the University of Bologna to contemporary pedagogical practices. The main theoretical contributions used were: Jacques (2003); José Francisco (2000); Nunes (2018), Ullmann (2000), Haskins (2015), Jerpgagnon (1992), Jacques Le Goff (1964), Marc Bloch (1939) and Verger (2001). The methodology used in this research is a qualitative approach (Biklen; Bogdan, 1994) and corresponds to a bibliographical research and procedure. Throughout this dissertation, we have highlighted the emergence and continuity of an educational institution of great importance, which persists to this day. It is well known that institutions only last as long as they can adapt to the demands of their historical time, otherwise they run the risk of disappearing. The continued presence of this university in academic life is testimony to its ability to evolve, anticipating and meeting the needs of individuals. In the course of the research, the focus was on answering the central question, which demonstrated the pioneering spirit of the University of Bologna in implementing concerns in various areas, such as, among others, laying the foundations for the structuring of academic study cycles, promoting the standardization of credit systems, the integration of research and teaching, as well as guaranteeing quality and curricular flexibility itself, allowing for internationalization and academic mobility. Its teaching model, based on faculties and departments, structuring teaching in specific chairs, demonstrated its effective organization for managing and generating knowledge. Alongside this, it created an administrative structure, involving deans, professors and students in its academic decisions. This pioneering spirit continues to influence and shape the contemporary academic environment. It is important to note

that although some of the practices adopted back then are not widely used today, one cannot ignore the fundamental role of the University of Bologna in shaping the existing educational system and how its legacy inspires the global academic community.

Keywords: Education and the Middle Ages; University of Bologna; Pedagogical practices; Medieval universities.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Análise Comparativa da Universidade de Bolonha e do Processo de Bolonha	92
Quadro 2: O que herdamos da universidade de Bolonha	97
Quadro 3: O que não herdamos da universidade de Bolonha	101
Quadro 4: Processo Evolutivo das metodologias de Ensino	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Dr.º	Doutor
Drª.	Doutora
ECTS	Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos
EEES	Espaço Europeu de Ensino Superior
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
Prof.	Professor
Profª	Professora
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UTP	Universidade Tuiuti do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2 DO PERCURSO METODOLÓGICO.....	26
2.1 ETAPAS DE ELABORAÇÃO, PRODUÇÃO, SELEÇÃO E COLETA DE DADOS.....	26
2.2 A IMPORTÂNCIA DO PERÍODO SELECIONADO	27
2.3 CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO COMO PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	29
3 DO SÉCULO XIII AO SÉCULO XV: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E EDUCACIONAIS.....	31
3.1 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NA IDADE MÉDIA	32
3.2 O ENSINO E A CULTURA NA IDADE MÉDIA.....	33
3.3 AS CORPORAÇÕES DE OFÍCIO.....	35
3.4 O PAPEL DAS CRUZADAS NO LEGADO CULTURAL GRECO-ROMANO	37
3.5 O NASCIMENTO DOS INTELECTUAIS E A LITERATURA NA IDADE MÉDIA.....	37
3.6 AS ESCOLAS DO OCIDENTE NO SÉCULO XIII E XV	40
3.6.1 Escolas Paroquiais.....	43
3.6.2 Escolas Monásticas e Episcopais	46
3.6.3 Escolas Urbanas	49
3.6.4 Escolas Palatinas	51
4. UNIVERSIDADES NA IDADE MÉDIA E A UNIVERSIDADE DE BOLONHA: DO NASCIMENTO AS SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	52
4.1 A CAVALARIA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES	52
4.2 AS UNIVERSIDADES ESPONTÂNEAS	55
4.3 A UNIVERSIDADE DE BOLONHA	56
4.4 AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS UNIVERSIDADES DA IDADE MÉDIA.....	58
4.4.1 Subdivisões e Grade Curricular	58
4.4.1 Admissão e Exames.....	65
4.4.2 Corpo Docente e Discente	68
5 ESTRUTURA DAS UNIVERSIDADES NO PERÍODO 1200 A 1500.....	75
5.1 A FILOSOFIA NOS ANOS 1200 A 1500.....	76
5.1.1 Outras escolas filosóficas.....	77
5.2 O COTIDIANO UNIVERSITÁRIO	78
5.3 O RENASCIMENTO	85

5.4 AS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	86
6 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: O QUE HERDAMOS DA UNIVERSIDADE DE BOLONHA?	88
6.1 AS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS QUE EMBASARAM A FORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BOLONHA E O PROCESSO DE BOLONHA	90
6.2 O QUE HERDAMOS DA UNIVERSIDADE DE BOLONHA	94
6.2.1 O que não herdamos da Universidade de Bolonha.....	101
6.3 EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS.....	109

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem origem no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), na linha de pesquisa Práticas pedagógicas – elementos articuladores e refere-se ao seguinte tema: Educação Superior na Idade Média com foco nas práticas Pedagógicas da Universidade de Bolonha (1200-1500).

O período que compreende os séculos XIII ao XV representou uma época de profundas mudanças na Europa, tanto no âmbito social quanto educacional. Durante essa era, a sociedade experimentou transformações significativas que deixaram uma marca indelével nas formas de vida, trabalho e aprendizado das pessoas. Inicialmente, o cenário era dominado pela estrutura feudal, com a maioria da população residindo em feudos e sujeita ao controle dos senhores feudais. Como bem delineou Marc Bloch em sua obra "A Sociedade Feudal" (1939), esse sistema era caracterizado por estruturas sociais e relações específicas. Nesse contexto, a educação estava, em grande medida, sob a tutela da Igreja, limitando o acesso ao conhecimento apenas à nobreza e ao clero. Além disso, podemos identificar a contribuição de Jacques Le Goff em "A Civilização do Ocidente Medieval" (1964), ao descrever como as mudanças econômicas e sociais desencadeadas pelo Renascimento Comercial afetaram a vida nas cidades e o sistema educacional, com o surgimento de escolas urbanas.

Essas transformações marcaram o início do Renascimento Cultural, um movimento que trouxe a redescoberta das obras clássicas gregas e romanas. Petrarch, um dos primeiros humanistas, enfatizou a importância do estudo das humanidades e da educação clássica em suas cartas, reforçando assim o papel do humanismo como uma força educacional, destacando a relevância do estudo das artes liberais. Um aspecto crucial desse período foi o surgimento das Universidades da idade média, que desempenharam um papel fundamental nas transformações educacionais. A Universidade de Bolonha, fundada em 1088, se destacou como um centro de estudos jurídicos, enquanto a Universidade de Paris, famosa por seu currículo baseado nas artes liberais, influenciou o desenvolvimento da educação superior. Autores como Abelard e Tomás de Aquino tiveram um impacto duradouro na filosofia e teologia, enriquecendo o panorama intelectual da época.

No âmbito social, testemunhamos transformações significativas, incluindo o surgimento da burguesia como uma classe ascendente e um aumento na mobilidade

social. A educação passou a ser vista como uma ferramenta para o progresso social, abrindo portas para indivíduos talentosos que não tinham origens nobres. Todas essas transformações sociais e educacionais que ocorreram nos séculos XIII ao XV lançaram as bases para o subsequente Renascimento cultural que floresceria no século XVI. Esse período viu o surgimento de novas ideias, instituições educacionais e avanços tecnológicos, como a imprensa móvel, que permitiu a produção em massa de materiais impressos, a Bússola que muito embora tenha sido desenvolvida na China antes do século XIII, tornou-se mais difundida na Europa durante este período, revolucionando a navegação marítima, facilitando o intercâmbio econômico e cultural, o uso da escrita carolíngia que foi uma forma simplificada e mais uniforme de escrita latina, com letras claras e bem definidas, facilitando a cópia e a transmissão de textos religiosos, legais e administrativos, promovendo a disseminação do conhecimento e da cultura. Esses avanços moldaram a Europa e culminaram com a formação das primeiras universidades como Paris, Bolonha e Oxford, que depois se espalharam por vários países, exercendo influência contínua no curso da história ocidental nos séculos subsequentes. Essas transformações sociais e educacionais lançaram as bases para o Renascimento cultural subsequente no século XVI, trazendo novas ideias, instituições educacionais e avanços tecnológicos que continuaram a influenciar a cultura europeia e a história ocidental.

Como bem destaca Newman (1997), a visão de Universidade secular, é estruturada a partir do princípio de que cabe a ela, servir de amparo a todo o conhecimento e toda as ciências, dos fatos e dos princípios, de pesquisa e das descobertas, bem como dos experimentos e especulações. Esses princípios tem sido confrontados com outros que entendem ser a Universidade uma instituição criada para atender às demandas de uma sociedade que hoje deseja consumir produtos que agregam informações de conteúdo tecnológico e é impulsionada cada vez mais pelas necessidades da economia de mercado, exigindo da universidade atual um momento de intensas transformações decorrentes da necessidade de se compatibilizar, adequar ou mesmo mudar valores de uma ordem mundial em transição, por novos valores da chamada "Era do Saber, da Informação e da Automação".

Isso posto, indaga-se: O que herdamos do mundo medieval (1200-1500) concernente a educação superior, tendo por base a universidade de Bolonha, que ainda se mantém presente e/ou poderia ser algo produtivo às práticas pedagógicas contemporâneas?

A universidade do mundo contemporâneo possui os anseios próprios de sua época, mas se a considerarmos como uma extensão de uma instituição nascida a mais de 800 anos, ela pode e deve aprender com as experiências anteriores, como aponta Oliveira (2005, p.69):

[...] em uma época como a nossa, em que se questiona a própria universidade e a sua função social, buscar a sua origem talvez seja uma forma de perguntar pelo seu verdadeiro papel na atual sociedade, e, em última instância, buscar nossa própria identidade.

Mediante o exposto e comungando da compreensão de Malavasi, Oliveira e Batista (2023, p. 1294) em que “[...] recuperar a memória da universidade medieval pode contribuir para a reflexão sobre aspectos observados na instituição na contemporaneidade”, estabelece-se o seguinte problema de pesquisa: “O que herdamos do mundo medieval (1200 – 1500) concernente a educação que ainda se mantém presente e/ou poderia ser algo produtivo às práticas pedagógicas contemporâneas?”

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral apresentar o que herdamos do mundo medieval (1200-1500) concernente a educação superior, tendo por base a universidade de Bolonha, que ainda se mantém presente e/ou poderia ser algo produtivo às práticas pedagógicas contemporâneas?

Para alcançar objetivo geral proposto, delimita-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever o século XIII ao XV concernente as suas transformações sociais e educacionais;
- b) Explicar o nascimento das universidades na idade média e suas principais características, em especial, a universidade de Bolonha;
- c) Descrever a estrutura das primeiras universidades durante o período de 1200 a 1500;
- c) Elucidar as heranças e contribuições da Universidade Bolonha às práticas pedagógicas contemporâneas.

Na busca por “[...] compreender o presente pelo passado e, correlativamente, compreender o passado pelo presente” (Bloch, 2001, p. 25), de modo a analisar o período de 1.200 a 1.500, relacionado ao surgimento destas primeiras instituições, em especial a universidade de Bolonha, procurando conhecer os principais pontos da dinâmica interna dessa universidade, destacando as heranças e contribuições à

educação superior na contemporaneidade, que a metodologia utilizada nessa pesquisa é de abordagem qualitativa (Biklen, Bogdannn,1994), e corresponde a uma pesquisa de caráter bibliográfico com procedimento bibliográfico, que consiste em uma revisão bibliográfica, através de uma investigação científica de obras já publicadas, ligados a história da educação no nível superior, tendo por base autores como Jacques (2003); José Francisco (2000); Nunes (2018), Ullmann (2000), Haskins (2015), Verger(2001) Jerpagnon (1992) e Meirinhos (2021). Outros autores também foram utilizados na elaboração desta dissertação, estando presentes de forma implícita na estruturação e encaminhamento do texto.

Quanto as justificativas para o presente estudo, destaco inicialmente a minha **justificativa pessoal** pela sua própria relevância e atualidade, caracterizada aspectos inerentes a universidade de Bolonha: 1) História e Tradição: A Universidade de Bolonha é considerada a universidade mais antiga do mundo ocidental. A sua história confunde-se com a dos grandes nomes da ciência e da literatura, sendo um ponto de referência para a cultura europeia. Surgida espontaneamente como resultado da iniciativa de vários estudantes, que se reuniram em formas primitivas de associação, definindo os objetivos de ensino e supervisionando a sua correta implementação. Os professores, por sua vez, pagos diretamente pelos alunos, muitas vezes os recebiam em suas casas e construíam com eles relações quase familiares. Seu prestígio e reputação como uma instituição de ensino superior de excelência têm sido reconhecidos ao longo dos séculos, o que lhe confere uma posição de destaque no cenário acadêmico mundial. 2) Inovação e Pesquisa: Apesar de sua longa história, a Universidade de Bolonha continua a ser uma instituição inovadora e vibrante em termos de pesquisa e desenvolvimento acadêmico. Ela se destaca em diversas áreas do conhecimento, contribuindo significativamente para avanços científicos e tecnológicos em todo o mundo. 3) Internacionalização: Assim como muitas outras universidades europeias, a Universidade de Bolonha valoriza a internacionalização e a diversidade cultural. Ela atrai estudantes, pesquisadores e acadêmicos de todo o mundo, promovendo a troca de conhecimentos e experiências em um ambiente multicultural. 4) Programas de Estudo Diversificados: A universidade oferece uma ampla gama de programas de estudo em diversas áreas acadêmicas, desde ciências humanas e sociais até ciências exatas e biológicas. Isso permite que os estudantes escolham cursos de acordo com seus interesses e aspirações profissionais. 5) Rede de Cooperação: A Universidade de Bolonha faz parte de redes acadêmicas e colabora

com outras instituições de ensino superior em todo o mundo. Essas parcerias promovem o intercâmbio de conhecimentos e recursos, fortalecendo a posição da universidade como uma instituição de renome global.

Portanto, desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do sistema de educação superior e na formação de muitos conceitos e práticas acadêmicas que ainda influenciam o ensino e a pesquisa. Sua maior contribuição é a criação do modelo universitário chamado "Studium Generale", que foi desenvolvido por volta do século XI e XII e continua a influenciar o sistema educacional em todo o mundo até os dias atuais. Este modelo incorporava várias características inovadoras que se tornaram fundamentais para o ensino superior moderno. Algumas das características mais importantes incluem: 1) Autonomia Acadêmica: O modelo de Studium Generale concedia uma considerável autonomia acadêmica aos estudiosos e professores, permitindo-lhes determinar os currículos, métodos de ensino e avaliação. Isso contribuiu para a liberdade acadêmica e a diversidade de perspectivas na pesquisa e no ensino. 2) Currículo Padronizado: A Universidade de Bolonha introduziu um sistema de currículo padronizado, com cursos divididos em etapas progressivas de estudo. Isso incluía a divisão dos estudos em três níveis: os "trivium" (gramática, retórica e lógica) e os "quadrivium" (aritmética, geometria, música e astronomia), que formavam a base do ensino superior. 3) Graus Acadêmicos: O modelo de Bolonha formalizou a concessão de graus acadêmicos, como o "Baccalaureus" (Bacharel) e o "Magister" (Mestre), que eram conferidos após a conclusão bem-sucedida dos estudos em determinadas áreas do conhecimento. Esse sistema de graus acadêmicos serviu como base para o desenvolvimento dos sistemas de graduação e pós-graduação modernos. 5) Sistema de Ensino e Aprendizagem: A Universidade de Bolonha promovia um ambiente de ensino e aprendizagem centrado no diálogo e na discussão entre estudantes e professores. Isso estimulava o pensamento crítico, a investigação e o debate intelectual, valores que continuam a ser fundamentais no ensino superior contemporâneo.

Esses princípios fundamentais do modelo de Studium Generale estabelecido pela Universidade de Bolonha tiveram um impacto duradouro no ensino superior e influenciaram a estrutura e a organização das universidades em todo o mundo. O modelo promoveu a universalidade do conhecimento, a padronização acadêmica e a autonomia institucional, princípios que ainda são valorizados e praticados nas instituições de ensino superior modernas.

A Universidade de Bolonha introduziu ainda a ideia de um currículo estruturado, dividido em diferentes disciplinas, com cursos organizados em níveis de complexidade crescente. Isso levou à criação dos graus acadêmicos (bacharelado, mestrado e doutorado). Além disso, foi pioneira na adoção do sistema de "cátedras" ou professores que lecionavam em áreas específicas do conhecimento, permitindo uma especialização mais profunda no ensino e na pesquisa, influenciando a maneira como os professores e pesquisadores se organizam nas universidades modernas.

A **justificativa acadêmica** se ancora nas lacunas existentes sobre a temática. Da pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPE)¹, (disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11293244), em 18/04/2022, utilizando os descritores: Idade Média + Pedagógicas, constatei a presença de uma dissertação no Brasil sobre o tema educação da Idade Média e somente uma tratando de História que foi o começo da Idade Média e não do período das primeiras universidades que é de 2021, e intitulada "Faccin, Mayara. História da Morte no Século XIV: Uma Proposta para os Ensinos de História e de Idade Média por Meio de Oficinas Pedagógicas", e outra dissertação de 2008, intitulada "Vendrame, Vânia Santos. O Nascimento da Universidade No Século XIII: Características Intelectuais E Transformações Sociais Na Historiografia", sendo que outras dissertações encontradas sobre universidades na idade média, não abordam as práticas pedagógicas da forma que irá ser abordada nessa dissertação. Portanto, em termos acadêmicos, o que me suscitou a fazer esta pesquisa foi conhecer melhor como se formaram as universidades da idade média em suas práticas pedagógicas onde o mundo universitário era uma mistura de instituições religiosas e acadêmicas, focadas principalmente na teologia e nas artes liberais. Embora houvesse algumas semelhanças com as universidades modernas, como a autonomia e a transmissão de conhecimento, o contexto social, religioso e intelectual da Idade Média moldou de forma única o ambiente universitário da época, quer seja por suas origens em Mosteiros e Catedrais; pelo estudo das Sete Artes Liberais (gramática, retórica e lógica, aritmética, geometria, música e astronomia); seu enfoque na Lógica e na

¹ Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior. Portal de Periódicos da Capes. Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br. Acesso em: 21 ago. 2022.

Teologia: por sua Autonomia respaldada em seus próprios estatutos, governança e sistemas de justiça interna e por fim seus Métodos de Ensino que envolviam palestras e debates.

Para alcançar os objetivos pretendidos neste estudo, a dissertação foi dividida em seis capítulos, reservando o último capítulo para as considerações finais, e proposta de estudo posterior. No primeiro capítulo, descreve-se o processo de pesquisa, com sua natureza descritiva e analítica com base documental, objetivando obter os resultados a fim de respaldar a resposta quanto a pergunta da pesquisa de maneira sistemática e rigorosa. Como metodologia, optou-se pela abordagem bibliográfica. A importância do período, é respaldado pelas transformações sociais e educacionais significativas que ocorreram, desde o renascimento comercial, até o surgimento das primeiras universidades Bolonha e Paris, que desempenharam papéis fundamentais no desenvolvimento educacional, e filósofos como Abelard e Tomás de Aquino tiveram influência duradoura. A educação passou a ser vista como um meio de avanço social, independentemente da origem nobre, e com isso trazendo novas ideias, instituições educacionais e avanços tecnológicos que continuaram a influenciar a cultura europeia e a história ocidental.

No segundo capítulo, evidencia-se as transformações sociais na idade média, com destaque ao ensino e a cultura, tratando das corporações de ofício, o papel das cruzadas no legado greco-romano, foi feito um retrospecto sobre o nascimento dos intelectuais e a literatura na idade média, e por final, tratou-se das escolas do Ocidente do século XIII e XV, descrevendo as quatro escolas; Escolas Paroquiais; Escolas Monásticas/Episcopais; Escolas Urbanas e Escolas Palatinas.

No terceiro capítulo, trata-se do nascimento das primeiras universidades da idade média, em especial da universidade de Bolonha, e de forma geral foram mostradas as principais características dessas instituições, como programas e métodos de ensino, a filosofia nos anos 1.200 e 1.300 que foram as manifestações supremas do pensamento da idade média, com suas várias escolas (escolástica, empírica, combinatória, místicas) tendo em Santo Anselmo, Pedro Abelardo, Santo Alberto Magno e São Tomás de Aquino os mais importantes representantes da principal escola de pensamento desse período; a escolástica. Em seguida comentamos sobre o renascimento, onde destacamos os três principais autores desse período: Dante, Petrarca e Boccaccio. Assim, chegamos ao quarto capítulo em que destacamos de forma geral o conceito de práticas pedagógica e assinalamos as

heranças mais marcantes que recebemos da universidade de Bolonha, enfocando suas analogias e diferenças mais marcantes com a contemporaneidade.

No quarto capítulo, aborda-se as universidades na Idade Média e a Universidade de Bolonha, desde seu nascimento às suas principais características, enfocando a Cavalaria e o processo de formação das primeiras universidades destacando conexões históricas ou sociais entre esses dois elementos. Em seguida enfoca-se nas universidades Espontâneas, seu surgimento orgânico, e como esse processo influenciou sua estrutura e funcionamento. Por fim, é dada ênfase à Universidade de Bolonha abordando sua fundação, evolução e papel no contexto mais amplo das universidades medievais.

O quinto capítulo foi destinado para a análise da estrutura das universidades no Período 1200 a 1500, destacando aspectos como organização administrativa, divisão de faculdades ou departamentos, e talvez até mesmo a arquitetura dos campi universitários. Em seguida é feito um retrospecto sobre a Filosofia nos Anos 1200 a 1300, com uma exploração da importância e do desenvolvimento da filosofia focando em escolas de pensamento proeminentes da época, bem como em filósofos notáveis e suas contribuições. Após retratar as principais escolas do pensamento filosófico aborda-se de forma complementar as outras Escolas Filosóficas, oferecendo uma visão mais ampla da diversidade de pensamento filosófico na Idade Média. Em seguida, busca-se compreender o cotidiano universitário, como forma de análise da vivência acadêmica, incluindo aspectos como ensino, aprendizado, vida social, e até mesmo questões administrativas e políticas que afetavam o ambiente universitário. Por fim, buscou-se analisar o surgimento e desenvolvimento das ciências sociais dentro do contexto universitário durante o período abordado, incluindo disciplinas como sociologia, ciência política, economia e antropologia, e como essas áreas de estudo contribuíram para a evolução do pensamento acadêmico.

No sexto capítulo foi introduzido o tema das práticas pedagógicas contemporâneas e sua relação com a universidade de Bolonha. Explorou-se seu modelo educacional, sua estrutura administrativa e seus princípios pedagógicos, bem como o "Processo de Bolonha", tratado como uma referência à reforma educacional europeia que visa a harmonização e a integração dos sistemas de ensino superior na Europa. Analisou-se quais os aspectos do modelo educacional de Bolonha foram herdados e continuam influenciando as práticas pedagógicas contemporâneas, procurando demonstrar como a influência da universidade de Bolonha ainda pode ser

sentida hoje, mesmo com as adaptações e transformações ocorridas ao longo dos séculos. Para finalizar esse capítulo, destacou-se de forma complementar quais elementos do modelo educacional de Bolonha não foram adotados na contemporaneidade.

Por fim, foi reservado o último capítulo para as conclusões finais, onde se buscou responder a questão central da pesquisa que foi retratar o que herdamos do mundo medieval (1200 – 1500), tendo por base a universidade de Bolonha, e que ainda se mantém presente nas práticas pedagógicas e no mundo universitário contemporâneo.

2 DO PERCURSO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento dessa investigação atendeu-se a um conjunto de procedimentos de natureza bibliográfica de coleta de dados, com o objetivo de obter informações que possam respaldar a responder à pergunta da pesquisa de maneira sistemática e rigorosa. Iniciou-se a Formulação do Problema, com a delimitação do escopo da pesquisa e a formulação da pergunta de pesquisa específica: “O que herdamos do mundo medieval (1200 – 1500) concernente a educação que ainda se mantém presente e/ou poderia ser algo produtivo às práticas pedagógicas contemporâneas? Para tanto, procedeu a uma revisão bibliográfica, compreendendo o período de 1200 a 1500, tendo por base a seleção de referências em três diretrizes; inicialmente através das Fontes Primárias, com o uso das obras de autores que abordaram o tema naquele período; em segundo lugar pelas Fontes Secundárias, através da pesquisa em obras acadêmicas, como artigos, monografias e ensaios, e por final a própria Interdisciplinaridade, que permitiu obter uma compreensão mais ampla do contexto histórico. As informações foram organizadas em ordem cronológica, dentro de suas temáticas, que permitiu uma perspectiva histórica sobre os eventos e seus processos.

Para tanto, foram autores de referência para o estudo: Gil (2002), que apresenta obras sobre metodologia da pesquisa científica; Kosik (2007), filósofo que tem como tema de estudo a dialética do concreto; e Minayo (1994).

2.1 ETAPAS DE ELABORAÇÃO, PRODUÇÃO, SELEÇÃO E COLETA DE DADOS

Como Metodologia, optou-se pela abordagem geral qualitativa (Biklen; Bogdan, 1994) e metodologicamente corresponde a uma pesquisa de caráter exploratório/descritivo com procedimento bibliográfico. A pesquisa bibliográfica segundo Severino (2016, p. 131) é aquela que se realizada “a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. [...] os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados [...]”. O estudo teve por base autores como Jacques (2003); José Francisco (2000); Nunes (2018), Ullmann (2000), Haskins (2015), Verger(2001) Jerpagnon (1992) e Meirinhos (2021). Outros autores também foram utilizados na

elaboração desta dissertação, estando presentes de forma implícita na estruturação e encaminhamento do texto.

A pesquisa é uma etapa crucial em qualquer pesquisa científica, e permite ao pesquisador contextualizar o problema de pesquisa, identificar lacunas no conhecimento e obter insights valiosos de estudos anteriores.

Essa abordagem é apoiada por Gil (2002), que enfatiza que a pesquisa bibliográfica "fornece o alicerce conceitual para o desenvolvimento da pesquisa", pois para Gil (2002), o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento.

Portanto, a pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental na pesquisa científica, fornecendo uma base sólida de conhecimento existente, orientando o desenvolvimento da pesquisa e contribuindo para a construção de uma pesquisa informada e fundamentada.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO PERÍODO SELECIONADO

Le Goff (1964) menciona que esse período (1.200 a 1.500) foi marcado por transformações sociais e educacionais significativas. No campo social houve um crescimento urbano significativo, e as cidades tornaram-se centros de atividade comercial, com o surgimento de uma classe burguesa influente, que passou a desafiar o poder da nobreza feudal, iniciando um processo do feudalismo, com mudanças na estrutura familiar e na mobilidade social. Houve mudanças na estrutura familiar, com um aumento da mobilidade social e geográfica. Muitas famílias urbanas começaram a ter menos filhos devido a uma melhor qualidade de vida e maior acesso à educação. Na área educacional houve o Renascimento Cultural, que trouxe consigo uma mudança de mentalidade, valorizando o conhecimento, a arte e a cultura clássica greco-romana, que teve um impacto profundo na sociedade, promovendo o pensamento crítico e uma apreciação pela educação. Universidades foram estabelecidas, permitindo estudos avançados em diversas disciplinas. Esse processo gerou as transformações educacionais, com o surgimento das universidades que proporcionaram um ambiente para o estudo avançado das artes liberais, teologia, medicina, direito e outras disciplinas. As universidades começaram a incluir estudos em obras de autores como Aristóteles, Platão e Cícero, contribuindo para o

desenvolvimento do pensamento humanista. Muito embora que a educação religiosa continuava a ser uma parte fundamental do currículo, com foco no estudo das escrituras e doutrinas cristãs, o desenvolvimento da Imprensa revolucionou a disseminação do conhecimento.

No início desse período, a sociedade era predominantemente feudal, com a educação controlada pela Igreja e de acesso limitado. Com o Renascimento Comercial, que foi um período de crescimento e expansão dos mercados e do comércio na Europa, caracterizado por uma série de mudanças econômicas, sociais e políticas que impulsionaram a atividade comercial e transformaram a estrutura da sociedade feudal. Alguns dos seus principais fatores foram o crescimento populacional, pois após séculos de estagnação demográfica devido a guerras, fome e epidemias, a população europeia começou a crescer novamente, criando uma demanda crescente por bens e serviços, estimulando o comércio. Com isso ocorreu o crescimento e expansão das cidades medievais, tornando-se centros de atividade econômica e social proporcionando um ambiente propício para o comércio. Houve ainda a expansão das rotas comerciais, tanto terrestres quanto marítimas, que ligavam diferentes regiões e continentes. Isso facilitou o comércio de mercadorias, como especiarias, tecidos, metais preciosos e produtos agrícolas. Surgiram novas práticas financeiras, como a criação de bancos, letras de câmbio e sistemas de crédito, que facilitaram as transações comerciais e estimularam o investimento, propiciando o crescimento da Classe Mercantilista, que fez com que os comerciantes desempenhassem um papel crucial no desenvolvimento econômico da época, acumulando riqueza e influência política. Dessa forma, o Renascimento Comercial desempenhou um papel importante na transição da economia feudal para uma economia mais comercial e monetária, e ajudou a preparar o cenário para o surgimento do capitalismo na Europa.

Isso desencadeou o Renascimento Cultural, que foi um período de renovação intelectual, artística e cultural na Europa, quando ocorreram diversas transformações culturais como a renovação da educação e das artes, através de um ressurgimento do interesse nas artes liberais, ciências, filosofia e literatura clássica greco-romana. Ocorreu a redescoberta do conhecimento clássico, caracterizado pela redescoberta e valorização dos textos clássicos da Antiguidade, como as obras de Platão, Aristóteles, Cícero e Virgílio, que influenciaram profundamente o pensamento intelectual e estimularam o desenvolvimento do humanismo. O Pensamento Humanista emergiu

como uma corrente de pensamento que colocava o ser humano e suas capacidades intelectuais no centro das atenções, valorizando a educação, o estudo das humanidades e a busca pelo conhecimento como meio de alcançar a excelência moral e intelectual. Essas transformações culturais foram fundamentais para o surgimento do Renascimento como um movimento cultural e intelectual que redefiniu as noções de arte, conhecimento e humanidade na Europa.

Essas transformações sociais e educacionais lançaram as bases para o Renascimento cultural subsequente no século XVI, trazendo novas ideias, instituições educacionais e avanços tecnológicos que continuaram a influenciar a cultura europeia e a história ocidental.

2.3 CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO COMO PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O estudo das grandes transformações sociais e educacionais que ocorreram do século XIII ao século XV é de fundamental importância como uma produção científica para o mundo contemporâneo. Essa investigação histórica proporciona insights valiosos que podem ser aplicados em várias áreas do conhecimento e em nossa compreensão das mudanças sociais, educacionais e tecnológicas que enfrentamos hoje. Três aspectos fundamentais podem ser destacados: 1) Compreensão da Evolução das Sociedades: O estudo dessas transformações da idade média nos ajuda a entender como as sociedades evoluem ao longo do tempo. Isso é crucial para a sociologia, a antropologia e outras ciências sociais, uma vez que fornece um contexto histórico que nos permite traçar paralelos com as mudanças sociais modernas. A transição da sociedade feudal para estruturas mais complexas, como as cidades medievais em crescimento e a emergência da burguesia, oferece lições valiosas sobre como as sociedades se desenvolvem e se transformam em resposta a fatores econômicos, políticos e culturais. 2) Educação e Inovação: O estudo desse período destaca o papel da educação na mudança social e no avanço da civilização. O Renascimento Cultural, por exemplo, ressaltou a importância das artes liberais e da educação humanista. Isso é relevante para a pedagogia e a filosofia da educação moderna, pois nos permite questionar como a educação pode moldar o pensamento, a cultura e a inovação. A evolução das universidades medievais também tem paralelos com o ensino superior atual, levantando questões sobre como as instituições educacionais podem se adaptar às necessidades da sociedade. 3)

Tecnologia e Disseminação do Conhecimento: O século XV testemunhou um dos avanços tecnológicos mais significativos da história, a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg. Essa inovação revolucionou a disseminação do conhecimento, tornando os livros mais acessíveis. Hoje, o estudo desse avanço histórico é crucial para a compreensão das transformações tecnológicas contemporâneas, como a revolução da informação e a internet. A invenção de Gutenberg nos lembra que a tecnologia tem o poder de democratizar o acesso ao conhecimento e influenciar profundamente a sociedade.

Em resumo, o estudo das transformações sociais e educacionais do século XIII ao XV é de grande relevância para a produção científica contemporânea. Ele fornece uma base sólida para compreender a evolução das sociedades, o papel da educação e a influência da tecnologia na disseminação do conhecimento. Essas lições do passado podem iluminar o caminho para solucionar desafios sociais, educacionais e tecnológicos que enfrentamos hoje, ajudando a moldar um futuro mais informado e inclusivo. Portanto, a investigação e a reflexão sobre esse período histórico são essenciais para abordar as complexas questões do nosso mundo contemporâneo.

3 DO SÉCULO XIII AO SÉCULO XV: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Nesse período, a sociedade passou por transformações profundas que moldaram a forma como as pessoas viviam, trabalhavam e aprendiam. O início do período é marcado pela continuidade da sociedade feudal, em que a maior parte da população vivia em feudos e era submetida à autoridade dos senhores feudais. Marc Bloch, em sua obra "A Sociedade Feudal" (1939), delineou as estruturas e relações sociais desse sistema. Nesse contexto, a educação estava em grande parte nas mãos da Igreja, e o acesso ao conhecimento era restrito à nobreza e ao clero. Com o Renascimento Comercial os mercados cresceram, as cidades se expandiram, e as guildas surgiram como novas formas de organização econômica. Jacques Le Goff, em "A Civilização do Ocidente Medieval" (1964), descreveu como essas mudanças influenciaram a vida nas cidades e a educação, à medida que escolas urbanas começaram a surgir. Com esse processo teve início o Renascimento Cultural, que trouxe uma redescoberta das obras clássicas gregas e romanas. Petrarch, um dos primeiros humanistas, exaltou a importância do estudo das humanidades e da educação clássica em suas cartas. O humanismo ressurgiu como uma força educacional, enfatizando a importância do estudo das artes liberais.

Surgiram as Universidades Medievais, que tiveram um papel fundamental nas transformações educacionais desse período. A Universidade de Bolonha, fundada em 1088, foi um centro de estudo do direito, enquanto a Universidade de Paris, famosa por seu currículo baseado nas artes liberais, pois segundo Le Goff (1964) incluía o estudo de disciplinas como gramática, retórica, lógica, aritmética, geometria, música e astronomia. Esse currículo abrangente proporcionava aos estudantes uma formação ampla e equilibrada, promovendo o desenvolvimento intelectual e preparando-os para carreiras em diversas áreas. Localizada na capital da França, Paris, a Universidade de Paris atraiu estudantes e acadêmicos de toda a Europa. Sua posição central a tornou um importante centro de aprendizado e troca de ideias, com uma atmosfera intelectual vibrante tornou-se um centro de debate intelectual e crítico, onde ideias eram discutidas e contestadas livremente, estimulando o pensamento criativo e inovador, contribuindo para o avanço do conhecimento em diversas áreas. Por final cabe destacar que a Universidade de Paris estava intimamente ligada à Igreja Católica, e muitos dos primeiros estudiosos e professores eram membros do clero.

Isso proporcionava à universidade acesso a recursos e financiamento, além de legitimidade e reconhecimento oficial, permitindo que ela estabelecesse padrões de excelência acadêmica e promovendo a disseminação do conhecimento em toda a região.

3.1 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NA IDADE MÉDIA

A compreensão das raízes das universidades medievais requer uma contextualização dos principais acontecimentos dos séculos anteriores, especificamente nos séculos XIII e XIV. Pesquisadores desse período identificaram inúmeras transformações econômicas, políticas, religiosas e sociais que exerceram uma influência substancial sobre o desenvolvimento do sistema educacional. O que chamamos de Idade Média foi o período que teve início com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 D.C. com a deposição do último soberano do Império Romano do Ocidente, Rômulo Augústulo (476, século V), e a tomada da capital do Império Bizantino, Constantinopla, pelos Turcos-Otomanos em 1453 (século XV), que representou o fim do Império Bizantino.

Seu período foi marcado por grandes transformações, pois foi durante a Idade Média que a Europa viu surgir a estruturação do feudalismo, e as três principais ordens que formaram a sociedade europeia: o clero, a nobreza e os camponeses. Destaca-se ainda o surgimento do Império Carolíngio, a expansão do cristianismo e o fortalecimento da Igreja Católica. Fora do contexto europeu, foi marcada pelo surgimento do Islamismo e a expansão dos muçulmanos pelo norte da África e pela Península Ibérica. No início do século XI, a sociedade já testemunhava um aumento populacional significativo, impulsionado, em grande parte, pela diminuição das invasões e das epidemias que haviam assolado a Europa durante os primeiros séculos do período feudal. O aumento das atividades comerciais e econômicas desempenharam um papel crucial na transformação da sociedade, criando novas formas de enriquecimento da sociedade, por conseguinte, estimulando mudanças substanciais na sociedade feudal, que já estavam sendo abaladas em suas estruturas por diversos outros fatores, como as cruzadas, e a descentralização do poder que se acentuava.

Essas mudanças, somadas a um crescimento populacional, quer seja pela diminuição das epidemias, ou pelos novos tipos de guerrear, que segundo Franco Jr. (1994, p.64):

[...] Ela não envolvia grandes tropas de combatentes anônimos, como nas legiões romanas ou nos exércitos nacionais modernos, mas apenas pequenos bandos de guerreiros de elite, os cavaleiros. O equipamento desses era sobretudo defensivo (especialmente a armadura, que protegia praticamente todo o corpo), minimizando nos combates o número de mortes. Na verdade, a guerra feudal não objetivava a morte do adversário, mas apenas sua captura.

Acrescidas a um período de aumento de natalidade, como cita Franco Junior (1994) beneficiado por um longo período de clima ameno com abundância de recursos naturais. Essas mudanças no panorama social também se refletiram na esfera educacional, com a consolidação de instituições de ensino. De acordo com Verger (2001, p.22), "a definição e o enriquecimento de novos saberes, bem como o surgimento de um número suficiente de indivíduos capazes de assimilá-los foram tornados possíveis".

3.2 O ENSINO E A CULTURA NA IDADE MÉDIA

Quanto ao ensino, nas escolas da Idade Média, seguia-se um contexto de primeiro se compreender a gramática, a retórica e a lógica; em segundo compunha-se de estudar a aritmética, a geografia, a astronomia e pôr fim a música. Portanto, a cultura da Idade Média era um conjunto de manifestações filosóficas, literárias, religiosas e científicas, que misturava fatores das culturas greco-romanas e germânicas, numa síntese permeada por aspectos cristãos, pois cabe destacar que a Igreja Católica teve uma preponderância marcante durante todo o período da Idade Média, sobretudo quando os francos e as tribos germânicas aderiram ao Cristianismo.

Com o fortalecimento dos mosteiros, em especial pela criação da Regra de São Bento, também conhecida como Regra de São Bento de Núrsia, que foram um conjunto de preceitos e orientações escritos por São Bento de Núrsia, um monge italiano que viveu no século VI, que teve por principal finalidade fornecer um guia prático para a vida monástica, enfatizando a busca da santidade, a disciplina espiritual e a organização da vida comunitária em mosteiros. A regra estabelecia princípios de obediência, estabilidade e "conversatiom orum" (conversão de vida) como

fundamentais para a vida monástica. Ela também abordava questões como a liturgia, o trabalho manual, o silêncio, a oração e a leitura espiritual. A Regra de São Bento influenciou profundamente a vida monástica na Europa Ocidental e desempenhou um papel importante na preservação e transmissão do conhecimento durante a Idade Média. Além disso, muitos mosteiros beneditinos se tornaram centros de aprendizado, realizando cópia de manuscritos e preservação da cultura clássica.

O legado da Regra de São Bento perdura até os dias de hoje, e os monges e monjas beneditinos ainda seguem suas orientações em mosteiros ao redor do mundo. A Regra também teve um impacto significativo na formação da espiritualidade cristã e na organização da vida religiosa. A Regra de São Bento elevou o monastério à condição de modelo para a organização social e política da Cristandade, como um modelo de pólis, tal como o modelo de cidade ideal elaborado por Platão. Essa opinião é defendida, entre outros, pelo filósofo austríaco Eric Voegelin, que, em sua obra "História das Ideias Políticas" (1944, p.54), assim se expressou:

A regra transferia o ideal helênico da pólis como comunidade autossuficiente para uma comunidade cristã. O mosteiro deveria ficar isolado, cercado por terras e muros; deveria ter extensão suficiente para satisfazer as necessidades materiais e espirituais do grupo, mediante a divisão e a cooperação. A vida cotidiana era equilibrada entre o trabalho, o serviço religioso e o estudo.

Uma das figuras mais importantes na história da medicina, filosofia, ciência e outras disciplinas acadêmicas foi Abu Ali al-Husayn ibn Abdallah ibn Sina, mais conhecido no Ocidente pelo nome latino Avicena. Foi um polímata persa muçulmano que viveu no final do século X e início do século XI. Avicena é particularmente conhecido por sua obra influente "O Cânon da Medicina" (Al-Qanunfi al-Tibb), que teve um impacto duradouro na medicina Islâmica e Européia durante a Idade Média.

O Cânon da Medicina é uma obra monumental que sistematiza e organiza o conhecimento médico disponível na época, incorporando as contribuições de médicos gregos, persas e indianos antigos. A obra foi usada como um texto padrão em escolas médicas europeias por séculos. Além de suas contribuições para a medicina, Avicena também desempenhou um papel importante na filosofia, escrevendo obras como "O Livro da Cura" que é uma enciclopédia científica e filosófica, escrita, no século XI, entre os períodos de 1014 e 1020, que servia como um compêndio de todos os conhecimentos filosóficos sendo constituída de quatro partes principais que tratam,

de lógica, ciência natural, psicologia, geometria, astronomia, aritmética e música. No "Livro da Sabedoria", explorou questões de metafísica, ética e epistemologia, contribuindo significativamente para o pensamento islâmico e a filosofia em geral. Ele também discutiu a relação entre a razão e a fé, destacando a importância do conhecimento e da sabedoria na busca do entendimento do mundo e da existência humana. Este livro é uma pedra angular da filosofia islâmica medieval e uma obra fundamental na história da filosofia em todo o mundo. Além disso, Avicena fez contribuições notáveis em campos como matemática, astronomia, química e geologia. Sua abordagem à ciência enfatizava a observação, a experimentação e a razão, e ele era um dos proponentes do método científico em seu trabalho. Avicena é considerado uma das figuras mais importantes da Idade de Ouro Islâmica, um período de grande florescimento intelectual, científico e cultural no mundo muçulmano que teve um impacto duradouro na história da ciência e da filosofia. Suas obras foram traduzidas para várias línguas e tiveram um impacto significativo na Europa durante a Idade Média, contribuindo para o Renascimento intelectual europeu. Suas doutrinas sobre a alma e a distinção entre existência-essência, foi particularmente visível em Paris, onde o "avicenismo" foi proscrito em 1210, mesmo assim, a sua psicologia e a sua teoria do conhecimento influenciaram William de Auvergne e Alberto Magno, enquanto que a sua metafísica teve impacto no pensamento de Tomás de Aquino.

No ano de 1202, Leonardo Fibonacci escreveu o livro *Liber Abacci*, sobre aritmética, apresentando a numeração arábica para toda a Europa. A obra é reconhecida mundialmente por ser o primeiro registro de um livro que introduziu e explicou o funcionamento deste sistema de numeração, que até era desconhecido.

3.3 AS CORPORAÇÕES DE OFÍCIO

As corporações de ofício, também conhecidas como guildas, eram organizações de profissionais e artesãos que desempenharam um papel significativo na organização econômica e social durante o período da Idade Média. Eram associações de profissionais compostas por artesãos que praticavam o mesmo ofício ou comércio, como ferreiros, padeiros, alfaiates, ourives, entre outros. Essas organizações estabeleciam regras e regulamentações para a prática de seu ofício, visando garantir a qualidade dos produtos, a formação de aprendizes e a proteção

dos interesses dos membros. Sua estrutura compreendia três graus (ou classes) de artesãos: aprendizes oficiais e mestres.

Os mestres eram os chefes das oficinas, sendo os proprietários da matéria-prima, das ferramentas, do produto final e assim dos lucros da venda. Os aprendizes, eram instruídos pelo mestre, não recebiam remuneração; pelo contrário, pagavam uma determinada quantia ao mestre, recebendo em troca alojamento, alimentação e vestuário. Após o período de Treinamento, que ia de 2 a 7 anos, o aprendiz se tornava oficial e passava a receber um salário. Havendo vaga de artesão-mestre o oficial poderia candidatar-se, mediante o pagamento de uma determinada quantia à corporação e prestando um exame perante uma comissão julgadora, normalmente a execução de uma obra-prima do ofício, denominada de “a obra do mestre”. Caso o aprendiz não fosse aprovado no exame, seu cargo passava a ser “companheiro” ou “jornaleiro” que eram os trabalhadores assalariados que, embora houvessem terminado o período de aprendizado, não conseguiram elevar-se à categoria de mestre (Pirenne, 1963).

As guildas frequentemente detinham o monopólio da produção e do comércio em sua área. Elas tinham o poder de regular os preços, a oferta de produtos e a concorrência, protegendo assim os interesses econômicos de seus membros, punindo os que sonegavam mercadorias ou abaixavam os preços. Cabe destacar que todos os seus membros contribuíam com quotas para um fundo comum, que servia para pagar modestas pensões aos artesãos doentes ou incapacitados, para custear enterros e para proteger as viúvas e órfãos que ficavam desamparados. A corporação protegia seus membros contra os abusos do poder público. Nas sociedades livres, a corporação constituía a verdadeira unidade política, porque dos seus quadros é que saíam os membros dos conselhos (câmaras municipais) que administravam a cidade, e nos quais se achavam representados os grêmios mais importantes. Usava-se comumente nesse período também o termo *universitas* (universidade) para designava os tipos de comunidade ou corporações. Para especificar cada corporação, após o uso do termo, era colocada também uma espécie de complemento, desse modo, por exemplo, havia a universidade dos ferreiros, dos sapateiros e dos ourives.

Seguindo os moldes dessas corporações de ofício, os mestres e estudantes começaram, no início do século XIII, a organizarem-se, constituindo, desse modo, as primeiras universidades dos mestres e dos estudantes (*universitas scholarum* ou *universitas magistrorum et scholarum*). Com o passar do tempo, as demais corporações

deixaram de usar o termo *universitas*, ficando este apenas para designar a instituição superior medieval.

3.4 O PAPEL DAS CRUZADAS NO LEGADO CULTURAL GRECO-ROMANO

As cruzadas exerceram grande influência e provocaram notáveis mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais, em vários aspectos históricos, em especial para a decadência do feudalismo. Com o término das cruzadas os templários não se mantinham por sua exclusiva conta, tinham de vender seus objetos ou endividar-se. Em muitos casos, a fim de obter os recursos necessários, viram-se obrigados a perder regalias, fazendo certas concessões como as “cartas de alforria”, aos seus servos, e as “cartas de franquia” às suas vilas. Os que sobreviveram voltaram empobrecidos ou arruinados, o que aumentou a autoridade Central dos reis. Ao terminarem as cruzadas, quando os muçulmanos tentaram reiniciar seus conflitos na Europa, encontraram nações bem organizadas e aparelhadas para defenderem a civilização cristã. Mas esse contato, incorporou entre os povos alguns aspectos culturais, como os próprios refinamentos da vida feudal, que começou a se espalhar pela Europa, transformando os hábitos da sociedade europeia. Além, das próprias consequências culturais se seguiram. As civilizações bizantina e muçulmana mantinham intactos muitos aspectos do legado cultural greco-romano, já esquecidos ou ignorados no ocidente, que através dos bizantinos e muçulmanos difundiram-se na Europa Ocidental, popularizando obras de Aristóteles e Platão, e muitos novos conhecimentos em astronomia, geografia, medicina, química entre outras ciências.

3.5 O NASCIMENTO DOS INTELECTUAIS E A LITERATURA NA IDADE MÉDIA

O nascimento do intelectual na Idade Média foi um processo complexo que evoluiu ao longo dos séculos e estabeleceu as bases para o Renascimento que viria mais tarde. O período testemunhou uma rica tradição intelectual que ajudou a moldar o pensamento europeu e a preparar o terreno para a evolução do pensamento intelectual na Idade Moderna. O nascimento do intelectual nesse período está ligado ao contexto histórico e cultural da própria época, quando a Europa passou por transformações significativas em diversos aspectos, incluindo religião, filosofia,

educação e cultura. O surgimento dos intelectuais nesse período foi influenciado por vários fatores, como menciona Becker (1991), que com o Renascimento Carolíngio e Renascimento do Século XII, houve um renascimento do aprendizado clássico e uma valorização da educação. Monges e clérigos começaram a preservar e copiar manuscritos antigos, promovendo o estudo das obras de filósofos, cientistas e escritores da Antiguidade. Ocorreu o surgimento das primeiras universidades na Europa medieval, como a Universidade de Bolonha, Paris e Oxford, que proporcionaram um ambiente institucionalizado para o estudo e a pesquisa. Essas instituições ofereciam oportunidades para o aprendizado avançado em áreas como teologia, direito, medicina e filosofia. Deve-se considerar ainda o Patrocínio Eclesiástico, que desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da educação e do aprendizado, pois muitos intelectuais medievais eram membros do clero, e a Igreja fornecia financiamento e apoio para atividades educacionais e intelectuais. Outro fato importante foi a tradução e transmissão de Textos antigos do grego, latim, árabe e hebraico para o latim medieval permitindo o acesso a obras de filosofia, ciência, matemática e literatura. Por final o próprio interesse pela Filosofia e Teologia, que era altamente valorizado na Idade Média, especialmente entre os clérigos e os intelectuais. O debate intelectual e teológico era uma parte central da vida acadêmica e religiosa, e muitos intelectuais medievais se destacaram como filósofos, teólogos e comentaristas de textos religiosos. Esses fatores combinados contribuíram para o surgimento e o florescimento dos intelectuais na Idade Média, cujas contribuições influenciaram profundamente o desenvolvimento do pensamento, da cultura e da sociedade europeia medieval.

A Idade Média testemunhou ainda um sincretismo cultural, onde as ideias greco-romanas se mesclaram com a tradição cristã, e pensadores como Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino buscaram reconciliar a filosofia clássica com a teologia cristã, criando um ambiente intelectual rico e fértil. O próprio Renascimento Carolíngio, durante o reinado de Carlos Magno (século VIII), trouxeram um renascimento cultural pelo incentivo a educação, a criação de escolas e a padronização do ensino, ajudando a estabelecer as bases para o desenvolvimento do intelectualismo. Um período tão fértil, permitiu o desenvolvimento do escolasticismo, um sistema de pensamento que se baseava na lógica, na razão e na análise crítica, permitindo que os intelectuais explorassem questões filosóficas e teológicas de maneira sistemática, reforçada pela “Clericatura Educada”, pois muitos dos primeiros

intelectuais medievais eram membros do clero, como bispos, padres e monges, e isso refletia o fato de que a educação formal estava frequentemente vinculada à igreja.

O nascimento do intelectual na Idade Média foi um processo complexo que evoluiu ao longo dos séculos e estabeleceu as bases para o Renascimento que viria mais tarde. O período testemunhou uma rica tradição intelectual que ajudou a moldar o pensamento europeu e a preparar o terreno para a evolução do pensamento intelectual na Idade Moderna. As Manifestações literárias destacaram-se pelos trovadores, que cantavam e difundiam poemas épicos e líricos, como as façanhas de audazes cavaleiros, sempre tendo por temas centrais o heroísmo, a honra e a lealdade. O tom das epopéias era essencialmente masculino, e as mulheres eram raramente citadas, sendo personagens secundárias, consideradas de escasso valor. A vida real não era bela; era dura e cruel e na vida do cortesão e na carreira militar havia pouco espaço para o surgimento de bravura por amor.

Exceção literária nasceu no sul da França, especialmente na Provença -- uma das regiões mais civilizadas da Europa Feudal., onde os Trovadores provençais criaram poemas líricos, cuja personagem central era a mulher, e o tema era o amor. Não era um amor sensual, mas sentimento romântico, de êxtase, quase místico. Um amor, por vezes, afetado, que terminou sendo platônico, convencional ou insincero. Dentre as maiores obras literárias da idade média destacaram-se dois poemas: O Nome da Rosa e A Divina Comédia. O romance "O Nome da Rosa" pode ser considerado uma prática pedagógica de várias maneiras durante a Idade Média, pela alfabetização e leitura, pois era frequentemente usado como uma ferramenta para ensinar alfabetização e habilidades de leitura. Os estudantes podiam aprender a ler através da história contada no romance, que apresentava uma narrativa complexa e cativante. Destacava temas morais e éticos, como amor, virtude, tentação e redenção. Através das aventuras dos personagens, os leitores podiam refletir sobre questões éticas e discutir valores morais. A obra é rica em simbolismo e alegoria, com personagens e eventos representando conceitos abstratos e universais. Isso permite aos leitores interpretar e analisar os significados por trás das histórias, promovendo o pensamento crítico e a análise literária, por fim traz uma narrativa fantástica e poética do romance estimulando a imaginação e a criatividade dos leitores, transportando-os para um mundo de sonho e fantasia. Isso pode inspirar os estudantes a explorar sua própria criatividade na escrita e na expressão artística. Em resumo, esse romance serviu como uma prática pedagógica eficaz na Idade Média, ajudando os estudantes

a desenvolver habilidades de leitura, promovendo a reflexão moral e ética, estimulando a imaginação e a criatividade, e enriquecendo seu conhecimento da literatura e da história.

Quanto a "A Divina Comédia", escrita por Dante Alighieri, pode ser considerada uma prática pedagógica em diversos aspectos, como pelo seu ensino Moral e Ético, pela jornada de Dante através do Inferno, Purgatório e Paraíso. É uma exploração profunda dos conceitos de pecado, redenção e virtude. A obra apresenta uma ampla gama de personagens e situações que oferecem lições morais e éticas aos leitores, incentivando-os a refletir sobre suas próprias vidas e condutas. No conhecimento Teológico e Filosófico, a "A Divina Comédia" é permeada por referências teológicas, filosóficas e mitológicas. Dante explora conceitos complexos da fé cristã, como a natureza do pecado, a justiça divina e a vida após a morte. Os leitores são expostos a ideias e debates teológicos e filosóficos importantes da época, contribuindo para o seu desenvolvimento intelectual. Possui ainda uma forte Alegoria e Simbolismo, com cada círculo do Inferno, cada terraço do Purgatório e cada esfera do Paraíso representando diferentes aspectos da condição humana e da jornada espiritual. Isso permite aos leitores interpretar e analisar os significados mais profundos por trás da narrativa, promovendo o pensamento crítico e a análise literária. Sua narrativa ricamente visual e imaginativa transporta os leitores para um mundo de fantasia e simbolismo. Isso pode inspirar a criatividade e a imaginação dos leitores, encorajando-os a explorar seu próprio potencial criativo na escrita e na expressão artística. Em resumo, "A Divina Comédia" pode ser considerada uma prática pedagógica eficaz que oferece lições morais, conhecimento teológico e filosófico, análise simbólica e estudo da linguagem e da literatura, ao mesmo tempo que estimula a criatividade e a imaginação dos leitores.

A partir de 1.300 é que a Itália começou a ter literatura própria, sendo que o dialeto dominante era o de Florença, que influenciou a formação do currículo filosófico e literário da universidade de Bolonha.

3.6 AS ESCOLAS DO OCIDENTE NO SÉCULO XIII E XV

Durante os séculos XIII a XV na Europa Ocidental, várias escolas e instituições educacionais surgiram e desempenharam papéis importantes no ensino e na disseminação do conhecimento, como a Universidade de Paris, fundada no século XII,

foi uma das mais importantes instituições educacionais da Idade Média. Conhecida por sua ênfase nas artes liberais e na teologia, a Universidade de Paris atraiu estudantes e professores de toda a Europa, desempenhando um papel central no desenvolvimento do pensamento medieval. Em seguida temos a Universidade de Oxford, fundada no século XII, é uma das universidades mais antigas do mundo de língua inglesa. Durante os séculos XIII a XV, Oxford tornou-se um centro importante de estudos em diversas áreas, incluindo teologia, filosofia, direito, medicina e ciências naturais e por fim a Universidade de Bolonha que foi uma das primeiras universidades medievais e é conhecida por seu foco no estudo do direito. Durante os séculos XIII a XV, Bolonha era um importante centro de ensino jurídico, atraindo estudantes de toda a Europa. Esse período registrou ainda a Universidade de Salamanca, fundada no século XIII, na Espanha, foi uma das primeiras universidades europeias e um centro importante de estudos teológicos, filosóficos e jurídicos durante a Idade Média e o Renascimento e em seguida as Escolas Catedrais que mantinham escolas associadas, onde os clérigos e crianças da elite podiam receber educação formal. Essas escolas ensinavam principalmente teologia, mas também incluíam estudos de artes liberais e línguas clássicas e por fim as Escolas Monásticas, originárias dos mosteiros medievais frequentemente mantinham escolas onde monges e, em alguns casos, jovens da comunidade local, podiam receber educação. Essas escolas ensinavam uma variedade de assuntos, incluindo teologia, filosofia, latim, escrita e música. Essas são apenas algumas das escolas mais proeminentes que existiam no Ocidente durante os séculos XIII a XV. Cada uma dessas instituições desempenhou um papel importante na preservação e disseminação do conhecimento durante a Idade Média.

Adentrando a formação da educação na Idade Média, ressalta-se que no baixo império o ensino da Filosofia desaparecia lentamente, isso porque sua prática nunca foi popular entre os romanos, centrados no domínio da gramática e da retórica. O estado Cultural da Roma antiga é muito diferente da situação do império Bizantino ocupado pelas diferentes classes do próprio Império romano, por isto, quando os árabes das antigas cidades do oriente, entraram em um continente que dominava o saber grego, eles detinham um adiantado conhecimento científico e filosófico, pois os árabes se destacavam na Filosofia, já haviam traduzido e preservado muitos dos textos filosóficos gregos, incluindo obras de Platão, Aristóteles e Plotino. Além disso, eles desenvolveram sua própria tradição filosófica, conhecida como filosofia islâmica,

que incluía figuras como Al-Kindi, Al-Farabi, Avicena (Ibn Sina) e Averróis (Ibn Rushd). Esses filósofos islâmicos combinaram elementos da filosofia grega com a tradição islâmica e influenciaram profundamente o pensamento filosófico posterior na Europa. Na Matemática, com o desenvolvimento do sistema numérico indo-arábico (0-9) e a introdução dos algarismos árabes na Europa. Eles também avançaram no estudo da álgebra, geometria e trigonometria, com figuras proeminentes como Al-Khwarizmi e Omar Khayyam. A astronomia era uma disciplina central para os árabes, que construíram observatórios e realizaram observações astronômicas detalhadas. Eles desenvolveram métodos avançados para medir a posição e o movimento dos corpos celestes e produziram catálogos estelares e tabelas astronômicas precisas. Destacam-se nomes como Al-Battani, Al-Zarqali e Al-Biruni. Os árabes foram pioneiros no campo da medicina, expandindo e aprimorando os conhecimentos da medicina grega e romana. Eles traduziram muitos textos médicos gregos para o árabe e desenvolveram novas técnicas cirúrgicas, métodos de diagnóstico e tratamentos. Destacam-se figuras como Avicena (Ibn Sina) e Al-Razi (Rhazes) e também fizeram contribuições significativas para as ciências naturais, incluindo a botânica, zoologia, geologia e química. Para Ulmann (2000) o domínio muçulmano se baseou nos antigos centros urbanos, que era sede da atividade cultural e comercial, fortalecendo seus conhecimentos, enquanto, que os romanos se expandiam em várias regiões, com um gênero de vida agrária, e um padrão cultural conturbado por guerras e invasões.

Após Santo Agostinho, inicia-se a fase de construção do Direito Canônico, onde a paróquia é uma parte territorial da diocese com a sua igreja própria, com a sua própria população e com seu pastor. De início a paróquia confundiu-se com as dioceses, que eram governadas pelos bispos. Aos poucos, as comunidades dividiram-se em muitas igrejas, em especial nas grandes cidades com o bispo assumido o cargo superior de todas as igrejas.

Para bem entender a questão das escolas da idade média, é preciso compreender que o Clero se dividia, como ainda hoje, em secular e regular. O Clero secular ou diocesano é constituído pelos sacerdotes que só prestam a Deus Voto de castidade, podendo dispor dos próprios bens, e sem se vincularem ao seu superior, o bispo, por voto de obediência. Eles constituem o manípulo oficial dos obreiros eclesiásticos, servem ao bispo de uma diocese com quem assumem um compromisso de submissão, ao fazerem o juramento de obediência, e por viverem a serviço do povo de Deus nas paróquias. O Clero regular é como um corpo auxiliar da tropa oficial, do

ponto de vista administrativo. Ele abrange as ordens e congregações cujos membros levam a vida em comum, sob a orientação, de um superior, prestam a Deus os três votos de pobreza, castidade, obediência e vivem de acordo com a regra de sua corporação.

À medida que as escolas oficiais e a dos mestres particulares foram desaparecendo, a igreja tomou providências quanto à formação dos candidatos ao sacerdócio, a fim de lhes assegurar a instrução mínima necessária ao desempenho do ministério sacerdotal. O nível elementar desse ensino era representado pelas escolas paróquias e o superior, pelas episcopais. A escola paroquial funcionava na igreja matriz da paróquia ou na casa paroquial, e a episcopal alojava-se na igreja catedral ou residência do bispo. Aliás, desde os primórdios da igreja, os bispos tratavam de formar ao seu lado os colaboradores do seu ministério pastoral, assim como os concílios e os sínodos orientais e ocidentais foram legislando a respeito dos requisitos para ordenação sacerdotal e para imposição dos ministérios. Por conseguinte, as escolas paróquias e as episcopais foram instituídas para formação do Clero. No entanto, devido ao desaparecimento das escolas públicas e a falta ou a raridade dos particulares, nelas também estudavam alunos que não se dedicariam mais tarde ao sacerdócio e que, a certa altura dos estudos, resolviam constituir família. (Ullmann, 2000).

Tendo por base os autores Saraiva António José em *História da Cultura em Portugal* (1950) e Sousa, Armindo *História de Portugal*, vol. 2, *A Monarquia Feudal* (1992), bem como Le Goff, Jacques - *Os Intelectuais na Idade Média* (1983), podemos destacar que esses ciclos evolutivos demonstraram a transformação da educação ao longo da Idade Média, desde suas raízes na educação eclesiástica até o surgimento das universidades e a influência crescente do humanismo e do pensamento secular. Cada fase representou uma etapa importante no desenvolvimento da educação e do pensamento europeu, preparando o terreno para os avanços que viriam na Idade Moderna. Suas principais escolas foram: Escolas paroquiais; Escolas Monásticas e Episcopais; Escolas Urbanas; Escolas Palatinas.

3.6.1 Escolas Paroquiais

Surgidas originariamente dentro dos limites das cidades romanas, cada comunidade cristã organizava-se tendo à sua cabeça um bispo - episcopos, que quer dizer vigilante – eleito pelos fiéis. Contudo, a diligência não foi adotada pela maioria dos bispos, pois, “[...] Na realidade, os mosteiros foram, durante toda a Alta Idade Média, os principais centros de magistério na cristandade” (Verger, 2001, p.37).

Ainda, reportando-se aos mosteiros no século VI, convém destacar entre os monges irlandeses o costume de acolher crianças, por vários motivos, entre eles a influência do Cristianismo; iniciado desde o início do século V, quando São Patrício começou a converter os irlandeses ao cristianismo; por um processo de educação e evangelização; como refúgio para órfãos; como caridade e responsabilidade Social; mas acima de tudo pela preservação da Cultura e da tradição que incluía a preservação de histórias, língua e música, fazendo com que nesse período quase todos os mosteiros nesse período compunham-se de uma escola, uma biblioteca e de um ateliê de cópias de manuscritos.

Por isso, Verger (2001, p.37) é enfático ao afirmar que “[...] desde então, e durante séculos, a escola foi, no Ocidente, uma instituição antes de tudo monástica”. Com as modificações nas relações sociais e econômicas ocorridas no final do século X, como a intensidade da vida urbana e do comércio; a preocupação da Igreja em relação à necessidade de se preparar para esta nova realidade, foi crescente. Além disso, segundo Ullmann (2000, p. 50) “para poder manter-se, propagar a sua doutrina e assegurar o exercício do culto, a religião cristã exige um mínimo de cultura. Num ambiente totalmente bárbaro, o cristianismo não sobreviveria”.

Nessas escolas, programas e métodos eram ainda os que Alcuíno conferia às escolas da época carolíngia. As disciplinas ministradas resumiam-se ao estudo do trivium (gramática, retórica e dialética) e, principalmente, o do quadrivium (aritmética, geometria, astronomia e música), que eram chamadas, especificamente, de Artes Liberais. Além, e acima de tudo, ensinava-se canto, liturgia e sagrada escritura. Disciplinas como filosofia, história, retórica, ciências, medicina e direito não eram valorizadas “[...] devido ao esquecimento quase completo do grego no Ocidente, ou foram completamente negligenciados, como o direito romano, porque não correspondiam mais a uma verdadeira demanda social e política e era possível contentar-se com os sumários compêndios (compendia) compostos por Bóecio, Cassiodoro ou Isidoro de Sevilha nos séculos VI e VII” (Verger, 2001, 26 p.39). O Objetivo era de preparar os novos integrantes da vida religiosa (padres e monges).

Em cada uma dessas disciplinas, existiam obras básicas que eram completadas pela leitura de alguns autores universalmente reconhecidos. Assim, existia o estudo de alguns manuais básicos que eram complementados com os estudos de mais algumas obras:

[...] o estudo dos manuais básicos de Gramática (Donato, Prisciano) e de Retórica (Cícero) era ilustrado pelo de alguns poetas antigos como Virgílio ou Ovídio. Em Lógica, o autor essencial era Aristóteles, pelo menos quanto ao que dele se conhecia então, isto é, os tratados traduzidos no século VI por Bóecio, que formavam o que se chamará mais tarde a *logica vetus*. A leitura da Bíblia, enfim, era acompanhada pela dos comentários que dela haviam feito os Padres, particularmente Gregório, o Grande (Verger, 1990, p.21).

Já o método aplicado nessas aulas era basicamente de três passos: a leitura, a sentença e o debate. Primordialmente, o mestre lia o texto a ser estudado, interrompendo sua leitura em alguns trechos para possíveis comentários. Doravante dessa extraía uma passagem, que seria depois debatida pelo mestre e estudantes. O exercício do debate só ganhou status relevante nas universidades do século XIII, crescendo em termos de qualidade e quantidade. Os docentes envolvidos no ensino destas escolas eram sustentados pela própria Igreja, porque eram monges, padres ou bispos. Não havia professores leigos. Já, para os alunos, vigorava a gratuidade do ensino. Le Goff (1995, p.54), afirma “que esta atitude da Igreja estava ligada, primeiramente, ao fato de poderem assegurar o ensino para estudantes pobres e, depois, por entenderem que a ciência é um dom de Deus, e por isso, não poderia ser vendida”.

Com o número crescente de igrejas, os bispos localizavam-se apenas nos centros mais importantes, enquanto se desenvolvia nas cidades menores só o papel dos presbíteros – do grego *presbyteroi*, os anciãos – donde vem a palavra francesa “*prêtre*”, sacerdote. Foi nestas cidades que surgiram as Escolas Paroquiais (ou Presbitérias). As primeiras remontam ao século II. Limitavam-se à formação de eclesiásticos, sendo o ensino ministrado por qualquer sacerdote encarregado de uma paróquia, que recebia em sua própria casa os jovens rapazes. À medida que a nova religião se desenvolve, passa-se das casas privadas às primeiras igrejas nas quais o altar substitui a tribuna. O ensino reduz-se aos salmos, às lições das Escrituras, seguindo uma educação estritamente cristã.

3.6.2 Escolas Monásticas e Episcopais

Essa escola da Idade média, também conhecida como episcopal ou catedralícia (Por ficar instalada em dependências de catedral) ou ainda como canônica (por ser dirigida pelos cônegos que serviam à catedral), não tiveram importância social, na primeira fase da Idade Média, e só ministravam a educação clerical na órbita do castelo e dos mosteiros, longe do centro da vida que estava nos campos. Com o renascimento do século XII (1100), houve uma renovação e desenvolvimento da vida urbana, e as escolas monásticas entraram em declínio, enquanto que as escolas episcopais assumiram a liderança do ensino e foram as bases das faculdades de artes e teologia no século XIII (1200).

A regularização da escola episcopal e o estabelecimento orgânico da formação dos presbíteros remontam a santo Eusébio de *Vercelli*, bispo e fundador monástico que nasceu na Sardenha no início do século IV e morreu em *Vercelli* a 1 agosto de 371. Santo Eusébio, como era conhecido, organizou a vida comunitária para o clero e é considerado o fundador dos cônegos regulares. A direção da escola episcopal foi destinada ao cônego, que se encarregava da instrução e da formação espiritual dos meninos e dos adolescentes, como cita Henri-Irénée (2017, p. 124) que destaca em seu livro que no século VIII, Crodegango, bispo de Metz, regulou a vida comum e canônica dos clérigos, promovendo a difusão do monarquismo Beneditino, e preocupou-se com a formação do clero secular promulgando *parvum decretulum*, que é conhecido como “o pequeno código”, isto é, a *Regula Canonicorum* inspirada na regra de São Bento, que adaptou a vida dos clérigos diocesanos à regra de São Bento.

Através do império carolíngio, as escolas episcopais mais famosas foram as de Tornai, Magúncia, Reims, Sens, Tréveris, Lyon, Worms, Metz, Orleães, Laon, Chartres e Paris. Na Espanha foram às de San Salvador de Oviedo, Léon, Vich, Gerona, Barcelona, Palência e Salamanca. Na Inglaterra brilharam as escolas episcopais de York e Cantuária. A escola episcopal de York foi criada pelo primeiro bispo dessa cidade, Paulino, era uma escola de gramática e canto. Deu-lhe novo impulso o arcebispo Egberto, discípulo de São Beda, o Venerável, que fundou a escola episcopal com a biblioteca, famosa no século VIII, e influenciou a educação no Império carolíngio através de Alcuíno, seu representante. Essa escola funcionou regularmente até a conquista normanda, mas a sua biblioteca, que parece ter sido a maior da Europa ocidental no século VIII, foi destruída por incêndio em 1069. A escola episcopal

de Cantuária foi fundada e desenvolvida por Teodoro de Tarso em 602, e que sucedeu ao primeiro arcebispo inglês Dêusdedit, falecido em 664. Por notável coincidência, o Dêusdedit inglês teve por sucessor o Dêusdebit grego, uma vez que tal é tradução latina do nome Teodoro (o que Deus deu, presente de Deus). Teodoro de Tarso, com 67 anos, era um erudito grego, instruído nas letras profanas e sagradas, em filosofia e direito. Estudara em Atenas e chegou a Cantuária a 27 de maio de 668 junto com Bento Biscope, conhecido como monge Adriano, que foi o seu grande colaborador. Segundo o historiador São Beda, Teodoro difundiu a instrução propagou o conhecimento da Língua e da literatura gregas. A Inglaterra foi morada predileta dos estudos helênicos, numa tradição secular, e em muitas dioceses no início e no decurso da Idade Média, as escolas episcopais foram dirigidas por comunidades monásticas. As escolas monásticas, que se derramaram pela Europa na primeira parte da Idade Média, surgiram por um processo espontâneo no interior dos cenóbios. Os homens procuravam o mosteiro para se consagrarem inteiramente a Deus pela imitação de Cristo, através de uma vida de oração e trabalho. Assim a prece e a meditação implicam na leitura, e no trato com os livros. O trabalho intelectual e o manual exprimiram-se de forma proveitosa na cópia e na reprodução dos manuscritos. As pessoas instruídas que ingressavam nos mosteiros iam servir de mestres e formavam discípulos. Os rudes e chamados de ignorantes recebiam a instrução suficiente para o cumprimento dos deveres monásticos. Havia ainda os mosteiros, como os da Ordem Beneditina, que desde a sua origem recebiam os meninos que lhes eram ofertados pelos pais, para se consagrarem a Deus na vida monástica. Mas havia casos de meninos e adolescentes que eram confiados aos mosteiros só para receberem instrução, pois não tinham a intenção de ser monges, então passavam às escolas como pensionistas. Para a iniciação gramatical tomavam-se os Salmos e o ensino estava dirigido para o seu conhecimento, assim como de toda a bíblia, com auxílio da gramática e da retórica que propiciavam excelentes recursos de interpretação alegórica para o alcance do senso místico das palavras sagradas. Durante certos períodos da Idade Média, o ensino da filosofia como disciplina independente foi menos enfatizado em algumas instituições monásticas. No entanto, não se pode afirmar que a filosofia nunca foi parte da educação monástica ou que não houve estudo da filosofia propriamente dita até a primeira parte da Idade Média, pois muitos mosteiros e centros educacionais da Idade Média, como os famosos mosteiros de São Bento em Monte Cassino e em Cluny, tinham bibliotecas e manuscritos contendo obras filosóficas.

Além disso, algumas das figuras mais proeminentes do pensamento medieval, como Agostinho de Hipona, Boécio, Anselmo de Cantuária e Tomás de Aquino, eram monges e tiveram influência significativa do monasticismo em seus trabalhos filosóficos. Para os monges, o conhecimento filosófico muitas vezes servia como uma ferramenta para a compreensão e aprofundamento da fé religiosa, em vez de ser um fim em si mesmo.

As primeiras escolas monásticas do ocidente foram os refúgios seguros da cultura intelectual, especialmente na Gália, enquanto, que na Irlanda fruía uma relativa paz e tranquilidade para os estudos, a Pavia, a Roma a Pisa, Aquiléia e a Gália sofriam com os ataques muçulmanos e as pilhagens ocorridas sob Carlos Martel, bem como a fraqueza do governo dos reis merovíngios, e as guerras civis que levaram a pilhagem dos bispados e das abadias, enfraquecendo e retardando todo um ciclo de educação. A Gália só iria conseguir superar essa lastimável situação com o advento de Pepino, “o breve”, e com as reformas política, religiosa e educacional sob os carolíngios, começando uma nova fase para as escolas monásticas no reino franco e na Germânia.

No século VI, S. Bento de Núrcia elabora, no Mosteiro de Monte Cassino, na Campânia (Itália), a regra - *regula* - que tantos mosteiros viriam a adotar. Esta regra recomenda que os monges permaneçam num mesmo lugar, façam voto de pobreza e de castidade, prestem obediência ao abade – do grego *abbas*, que significa pai - pratiquem a hospitalidade e a caridade para com os pobres, trabalhem manualmente de forma a garantir a sua subsistência, rezem e, mais importante do que tudo, se dediquem ao estudo e ao ensino. Os mosteiros beneditinos tornam-se assim centros culturais que vão desempenhar um papel decisivo na história da civilização ocidental. Fechados no seu *scriptorium* (a oficina de escrita e iluminura) e nas suas bibliotecas, os monges copistas, contribuíram de forma decisiva para salvar do esquecimento as obras literárias da Antiguidade. É nos mosteiros espalhados pela Europa, longe da efervescência das novas cidades da Europa, que surgem as Escolas Monásticas que visam, inicialmente, apenas a formação de futuros monges. Funcionando de início em regime de internato, estas escolas abrem mais tarde escolas externas com o propósito da formação de leigos cultos (filhos de Reis e servidores nobres). O programa de ensino compreendia do elementar - aprender a ler, escrever, conhecer a bíblia, canto e um pouco de aritmética –e progredia com o ensino do latim, gramática, retórica e dialética. Paulatinamente, nas cidades, começam a surgir as Escolas

Episcopais que funcionam numa dependência da habitação do bispo. Estas escolas visavam, em especial, a formação do clero secular e também de leigos instruídos que assim eram preparados para defender a doutrina da Igreja na vida civil.

3.6.3 Escolas Urbanas

O período da idade média foi, indiscutivelmente, um período de notável efervescência intelectual, moldado por uma maior disponibilidade de recursos que permitiram não apenas pagar remunerações aos mestres, mas também sustentar os estudantes e fomentar a produção de livros. Como bem destacou Verger (2001 p.23),

a vida intelectual beneficiou-se de uma atmosfera mental certamente mais propícia do que na Alta Idade Média, atmosfera da cidade e do 'canteiro urbano', atmosfera nova de liberdade alimentada pelas garantias e franquias individuais a partir de então consentidas aos cidadãos, da intensidade das trocas de todo tipo, da vivacidade das discussões e das tomadas de palavra públicas.

Nesse contexto de efervescência intelectual, as escolas começaram a proliferar e adquiriram uma nova característica fundamental: elas se estabeleceram além dos limites dos mosteiros, chegando às cidades e burgos. Este fenômeno é uma representação vívida da transformação que estava ocorrendo na sociedade medieval, onde o conhecimento estava se deslocando do ambiente monástico para as áreas urbanas. No entanto, para compreender plenamente esse processo, é imprescindível conectar essas mudanças com um evento paralelo crucial desse período: a reforma da Igreja Católica. Iniciada no século XI e estendida ao longo dos dois séculos seguintes, essa reforma teve um profundo impacto na vida espiritual e religiosa da cristandade ocidental, repercutindo diretamente na vida cultural e no ensino, conforme ressaltou Verger (2001).

Ainda, segundo Verger (2001), a reforma também fortaleceu a centralização eclesiástica, elevando o poder pontifical a um status quase absoluto. Esse fortalecimento do poder papal teve o efeito de fazer de Roma uma verdadeira capital intelectual e cultural, atraindo clérigos de todas as origens. Além disso, a centralização pontifical incentivou os Papas dos séculos XII e XIII a buscar letrados formados nas melhores escolas, impulsionando o desenvolvimento de instituições educacionais que valorizavam as disciplinas eruditas. Outro fato crucial, relacionado à reforma da Igreja e que influenciou grandemente o aumento das escolas urbanas, foi a formação de

novas ordens religiosas. Isso resultou na alteração de costumes religiosos, com a exaltação da oração, da penitência e do trabalho manual, enquanto práticas como o acolhimento de crianças em mosteiros foram suprimidas. Nesse cenário, as escolas monásticas entraram em declínio constante, enquanto as escolas urbanas procuraram preencher essa lacuna educacional.

Verger também enfatiza que, embora já existissem escolas urbanas em algumas cidades episcopais desde a Alta Idade Média, o século XII testemunhou um aumento significativo no número de escolas catedrais. No entanto, essas escolas catedrais não foram a única forma de ensino urbano, pois, havia: "escolas capitulares ligadas a um cabido local de cônegos regulares, escolas privadas abertas por mestres independentes, preceptoria individual nas famílias aristocráticas" (Verger, 2001, p.41).

Todas essas instituições educacionais, de uma forma ou de outra, estavam vinculadas à Igreja, mas mantinham uma autonomia em relação à autoridade eclesiástica. Embora a falta de material específico sobre o funcionamento dessas escolas urbanas e o número exato de alunos envolvidos limite a precisão histórica, algumas obras literárias desse período oferecem vislumbres valiosos desse ambiente educacional. A obra "História das Minhas Calamidades" de Pedro Abelardo, por exemplo, é uma fonte rica em detalhes que lança luz sobre o mundo educacional do século XII, permitindo uma compreensão mais profunda dessas instituições e seus métodos.

Sendo assim, as escolas urbanas na Idade Média desempenharam um papel vital na preservação do conhecimento, na formação de líderes religiosos e intelectuais e na preparação para a transição para a Idade Moderna, quando as instituições educacionais passaram por transformações significativas. Essas escolas desempenharam um papel fundamental na transição da Europa medieval para a Renascença intelectual que viria nas décadas posteriores. Se, até ao século XI, a vida intelectual era praticamente monopólio da Igreja, a partir do século XII, inaugura-se uma nova fase. À margem da sociedade feudal, emerge um novo grupo social, a burguesia, urbana, mercantil e manufatureira, dedicada à finança, acumulando riquezas, poder e importância cultural. É com o seu apoio que se vai operar a renovação da ideia de escola, a sua abertura para além das paredes dos mosteiros e abadias rurais. O ensino literalmente deixa o campo e instala-se definitivamente nas cidades.

3.6.4 Escolas Palatinas

Durante o reinado de Carlos Magno (768-814), a Europa experimentou um notável desenvolvimento cultural que se tornou conhecido sob o nome de “Renascimento Carolíngio”, incrementando o número de escolas nos mosteiros, conventos e abadias, Carlos Magno criou uma quase obrigatoriedade de fornecer instrução aos leigos por parte da Igreja. Estas escolas deveriam ser presididas por um eclesiástico - *scholasticus* - dependente diretamente do bispo, daí o nome de escolástica dado à doutrina e à prática de ensino assim veiculadas. Carlos Magno funda, ainda, junto da sua corte e no seu próprio palácio, a assim chamada *Escola Palatina* que servirá de modelo a outras escolas que vão surgir, especialmente em França. Para apoio do seu plano de desenvolvimento escolar, Carlos Magno chamou o monge inglês *Alcuíno*. É sob a sua inspiração que, a partir do ano 787, foram emanados os *decretos capitulares* para a organização das escolas e organizados os respectivos programas. Estes incluíam as sete artes liberais, repartidas no *trivium* e no *quadrivium*. O *trivium* abraçava as disciplinas formais: gramática, retórica, dialética, esta última desenvolvendo-se, mais tarde, na filosofia; o *quadrivium* abraçava as disciplinas reais: aritmética, geometria, astronomia, música, e, mais tarde, a medicina. Para cada matéria existiam determinadas obras fundamentais: o estudo da gramática é feito pelos manuais de *Donato* e *Prisciano*; o da retórica, tinha por base fundamentalmente *Cícero* complementado pela leitura de alguns poetas antigos, como *Virgílio* ou *Ovídio*; *Aristóteles* é o autor fundamental para a lógica (através do que da sua obra havia sido traduzido por *Boécio*). O programa incluía ainda a leitura da Bíblia acompanhada dos comentários dos Padres, particularmente de Gregório Magno. Além de Alcuíno, vai trabalhar na corte imperial, *Paulo Diacre*, um italiano que trabalhou na corte da Lombardia; *Teodulfo* que traz de Espanha a riqueza da cultura moçárabe, *Scoto Eriúgena*, o teólogo irlandês e por fim, o germano *Eginardo*. Frequentavam esta escola o próprio imperador, os príncipes e os jovens da nobreza. Ao lado desta instrução e educação ministrada aos jovens da nobreza por eclesiásticos, a Idade Média oferece-lhes ainda uma educação militar e cortez, educação à qual, desde cedo, a Igreja procurou também imprimir uma orientação religiosa e doutrinal (Ullmann,2000).

4. UNIVERSIDADES NA IDADE MÉDIA E A UNIVERSIDADE DE BOLONHA: DO NASCIMENTO AS SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

A transformação mais notável em termos de conhecimento durante esse período foi o surgimento das universidades. As primeiras instituições universitárias na Europa (Bolonha, Paris e Oxford), surgidas pelo anseio das pessoas que buscavam criar conhecimento que fosse diferente do tradicionalmente preservado, principalmente pela Igreja.

Nesse contexto, as universidades medievais desempenharam um papel fundamental como espaços dedicados à exploração de novos conhecimentos. Elas se tornaram locais de intensos debates e discussões, inclusive aqueles que levaram à condenação de 219 teses pela Igreja, sob a acusação de ameaçarem a integridade da fé. Essas universidades representaram, assim, uma notável arena para a busca de conhecimento inovador e aprofundado.

Supõe-se que a primeira universidade europeia tenha sido na cidade italiana de Salerno, cujo centro de estudos remonta ao século XI. Além desta, antes de 1250, formaram-se no Ocidente a primeira geração de universidades idade média. São designadas de *espontâneas* porque nascem do desenvolvimento de escolas preexistentes. As universidades de Bolonha e de Paris estão entre as mais antigas. Outros exemplos são a Universidade de Oxford e a de Montpellier. Mais tarde, é a vez da constituição de universidades por iniciativa papal ou real. Exemplo desta última é a Universidade de Coimbra, fundada em 1290. Originalmente, estas instituições eram chamadas de *Studium generale*, agregando mestres e discípulos dedicados ao ensino superior de algum ramo do saber (medicina, direito, teologia). Porém, com a efervescência cultural e urbana da Baixa Idade Média, logo se passou a fazer referência ao estudo universal do saber, ao conjunto das ciências, sendo o nome *Studium generale* substituído por *universitas*.

4.1 A CAVALARIA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES

Quanto ao cotidiano do mundo do aluno da Idade Média, deve-se considerar que as primeiras universidades tiveram origem nas Guildas dos cavaleiros, em especial nos anos 1200, quando ocorreram o tempo das guerras conhecidas como

“Cruzadas” onde houve o surgimento conceitual dos primeiros cavaleiros, que posteriormente fundaram a ordem conhecida como “Templária” que empregava uma hierarquia inspirada na teologia, com uma missão declarada e um rígido código de ética, formando um exército de “Templários” dedicados à “guerra santa”. Este mesmo período, regido por diversos contextos, marcado por várias guerras, permitiu o surgimento de diversas correntes de pensamento, culminadas na formação das primeiras universidades como Bolonha, Padua, Paris e Cambridge. Uma observação interessante daquele período, é que o surgimento das primeiras Universidades, pela sua localização e distância em relação ao local de origem dos seus vários alunos, fez surgir às rotas; ou os caminhos; que deveria ser seguido até elas. Os alunos, montados em cavalo, doados por suas famílias, um senhor feudal, ou ainda pela própria Guilda de cavaleiros, seguiam tais caminhos levando comida, mantimentos, roupa e livros (Haskins, 2015). Os próprios professores tinham esse mesmo problema, então a junção de poucas universidades e distâncias longas, criavam grandes períodos de viagem, fazendo com que a própria permanência dentro das universidades fosse muito curta. Quanto ao idioma presente, o Latim dominava empregado nos processos de ensinar e que tem na figura de São Tomás de Aquino seu defensor. Outro fato é que a Universidade de Paris possuía uma presença marcante nesse meio, pela sua importância e destaque, fazendo com que a língua Francesa se torna-se predominante nos meios acadêmicos. Esse favorecimento de idiomas propiciou um intercâmbio notável entre as universidades, propagando e mesclando os diversos pensamentos (Haskins, 2015).

Muito embora deva-se frisar que as próprias características do período da idade média, foi marcada por um clima de instabilidades das mais diversas origens, quer seja por suas diversas regiões “independentes”, com fortes sentimentos de origem e ideias políticas, quer fossem por princípios ou até mesmo a justificativa de posses territoriais, o que de forma costumeira faziam que os alunos entrassem em conflito uns com os outros, em muitos casos extrapolando a defesa oral culminando com brigas e ameaças. Os professores tinham que intervir para garantir a paz, muito embora eles mesmos possuíssem fortes rixas entre si, normalmente quanto à hierarquia, que envolviam discussões aos cargos de reitoria, distribuição de aulas, e posições acadêmicas a serem atribuídas, o que de certa forma não diverge de muitos processos que existem nas universidades atuais.

A formação do corpo docente, e por consequência dos professores, era uma questão muito importante que exigia um exame admissional, com base em critérios pessoais, e até mesmo discutíveis em vários casos, para só então ser admitido no quadro pessoal da Universidade com o título de professor. Um fato interessante, que dado os devidos limites, nos remete aos processos seletivos atuais, de análise curricular e banca avaliativa. O fato marcante é que o professor deveria manter um mínimo de aulas, para custear seu próprio salário, e quanto maior a classe, maior a importância do professor na instituição, levando a alguns professores, de família abastadas, a pagarem a alguns alunos para assistirem as suas aulas, em um processo de marketing para atrair novos alunos de forma voluntária. Existia uma variedade muito grande de alunos dentro das universidades, de variados níveis, locais e classes sociais, até mesmo alunos que de forma direta ou indireta tinham alguma ligação com os cavaleiros e suas insígnias, como os templários, sendo que alguns eram cavaleiros. Assim, cavaleiros, camponeses, artesãos, artistas, senhores feudais, realeza e servos conviviam dentro do que se concebia da noção das primeiras universidades. Dessa forma as primeiras universidades não eram restritivas, elitista e não-inclusivas, praticando a inclusão de alunos de diferentes origens e classes, se contrapondo ao mundo moderno, que busca ainda sobrepujar esse problema, com políticas de inclusão.

Na própria ordem dos templários existia também uma forma de educação, que foi determinante ou de certa influenciou a fundação e criação das primeiras universidades. Existia uma hierarquia na ordem que iniciava com o “Noviço”, em seguida “Cavaleiro” e na sequência “Paladino” sendo a mais alta o “Grão Mestre”. Entender estas classificações hierárquicas é importante, pois serviram de base para o que seria implantado como parâmetro evolutivo da educação das primeiras universidades. Para uma visão ampla desse conceito estrutural, vamos entender no que consistia a educação dos Templários. Cita Charles Homer Haskins (A Ascensão das Universidades, 2015) que os noviços eram introduzidos à ordem através de um exame de admissão, logo seguida teria um orientador, um cavaleiro templário, que ensinaria a arte da cavalaria e o manejo de armas, principalmente a espada. Depois, a sua educação evoluía para conhecimentos sobre o mundo feudal, com uma educação centrada no latim e uma “catequese” sobre a bíblia. Esse processo educativo, pode-se dizer que incluía o conceito de Geografia, pois lhe era ensinado

sobre a “Terra Santa” (Jerusalém), as rotas dos templários e por fim o comércio. Quando estivesse pronto seria preparado para prestar o último exame de aprovação para a ordem, que consistia no seu juramento, na presença do templário instrutor e de um senhor feudal, que o recente cavaleiro templário iria servir em missões. Destaca-se que o Paladino, posto superior ao de “Cavaleiro” e abaixo do nível de “Grão Mestre” era aquele que já havia cumprido certo número de missões, sendo indicado e posteriormente “eleito” como dirigente de toda ordem dos templários.

4.2 AS UNIVERSIDADES ESPONTÂNEAS

Dentro dessa estrutura formaram-se as universidades, como exemplo a universidade de Nápoles, a primeira surgida “ex-privilegio”, por iniciativa de Frederico II, em 1224. A constituição dessa universidade teve por objetivo inicial um cunho político: Concorrer, e se possível, arruinar a universidade de Bolonha, e com isso criar um baluarte de formação acadêmica para instruir e governar toda a Itália, sendo então caracterizada como a primeira universidade estatal. Enquanto isso, na Universidade de Bolonha dirigiam-se muitos estudantes do reino de Frederico II, mas com uma contradição acadêmica muito forte, pois o monarca limitou a liberdade escolar dessa universidade, erigindo-a sobre frágeis fundamentos políticos, o que praticamente a arruinou, sendo posteriormente transferida para Salerno. Somente em 1226, ela conseguiu criar suas próprias raízes e estabelecer-se novamente em Bolonha. Enquanto isso nascia na França, em Toulouse, a base de uma universidade, conhecida como universidade “ex privilegia” e com nascimento em 1229, por iniciativa dos Papas Honório III e Gregório IX, que atenderam a solicitação do conde Raymund VII. O pedido do conde estava embasado na necessidade de combater a heresia dos cátaros ou albigenses, que viviam no Languédoc e na Itália, no começo do século XIII. Não é demais recordar que catarismo (Katharós, em grego, significa puro) foi considerado o maior movimento herético surgido na Baixa Idade Média, sendo herdeiro de doutrinas gnósticas que defendiam uma visão dualista do mundo. Segundo seus ideais, o princípio do mal dá origem ao corpo; enquanto, que a alma é oriundo do princípio do bem, e o sexo era visto como fonte de pecado, portanto, nessa concepção, os cátaros proibiam a constituição de família e aconselhavam o suicídio individual. Contra essas ideias moveu-se uma verdadeira guerra, mas somente a força

da espada não foi possível para exterminá-la por inteiro. A universidade de Toulouse surgiu então como a arma ideal, para que com seu espírito de luz e conhecimento, pudesse debelar esse “erro”.

As bases das primeiras universidades estavam criadas e solidificadas, mas como tudo que é sólido desmancha no ar, a secessão de alunos e professores, as desavenças com autoridades locais, e princípios políticos distintos, fizeram com que algumas desaparecessem, enquanto poucas sobreviveram, ancoradas em uma organização de uma universidade-mãe. A dispersão das universidades no período da idade média teve vários fatores, como por exemplo, em Bolonha, onde os protestos de mestres e alunos sempre tiveram causa política, mas as autoridades seculares bolonhesas haviam obrigado os professores, sob o juramento, a não lecionarem noutra escola de ensino superior. Ora, tal exigência feria profundamente a liberdade, incentivando a migração de alunos entre as universidades, e em seguida a dos próprios professores. Na secessão de Paris (1229-1231), mestres e discípulos dispersaram-se por diversas cidades de França, das quais duas, Angers e Orléans, que já possuíam escolas de direito, que passaram quase um século depois, à categoria de universidades – a primeira, em 1306, a segunda em 1337, em grande parte devido ao afluxo dos emigrados da cidade de Sena. Esse processo permitiu o recrudescimento do conceito de universidade “*ex-migratione*”, como por exemplo, a de Cambridge, que deve sua origem em Oxford, terceiro centro universitário do Ocidente, onde foram criadas cátedras de filosofia, teologia e direito, regidas por mestres de Paris e de Bolonha, muito embora sua repercussão, não tenha sido classificada como significativa.

4.3 A UNIVERSIDADE DE BOLONHA

Muito embora a universidade de Bolonha possua 800 anos de existência, uma importância a nível nacional e mundial, fundador é desconhecido. Admite-se, porém, que, pelo ano de 1088, Irnerius, também conhecido como magister Wernerius, Warnerius, Warnerius e Gaunerius, tenham começado a dar aulas sobre direito romano, seguindo a obra de Justiniano. De outro lado, há, também quem diga que em 1076, um professor de nome Peppo, ministrava lições de direito, mas sem adquirir grande fama. Como quer que seja, Irnerius, apelidado Lucerna *iuris et maximinominis*, nascido por volta de 1055/1060 e falecido depois de 1125, é considerado como o

verdadeiro autor da Universidade de Bolonha. Apregoa-se que ele iniciou a lecionar de forma espontânea, sem que o papa ou o imperador lhe pedissem, sendo assim, a origem da Universidade bolonhesa enquadra-se nas chamadas *ex-consuetudine*. Seu reconhecimento oficial ocorreu em 1158 por Frederico Barbarossa. Entre seus objetivos iniciais buscava fazer a formação dos futuros administradores da própria Itália. Infelizmente, Bolonha foi erigida sobre frágeis fundamentos políticos, e quase chegou a soçobrar, sendo transferida para Salerno. Só em 1226, criou raízes mais profundas e firmou-se reconhecidamente na cidade onde nascera.

Os primeiros estatutos escritos de Bolonha, datam de 1253, portanto muito tempo depois de sua provável fundação. Uma explicação surgida decorre de que quando o Magister Irnerius adquiriu fama, e muitos estudantes, passaram a se reunir em seu entorno, ninguém estava preocupado em constituir uma corporação nem lavrar estatutos. Porém, na medida em que foi aumentando o número de alunos, foi dada em passos ainda lentos, a criação estatutária da universita, ou seja, a criação formal de sua corporação, com características próprias. As viagens para fins científicos, naquele período, eram constantes, e a “*Habita’ de Bolonha*, documento de Frederico I, de 1158, onde os estudantes são contemplados com privilégios, sendo que a comuna universita não podia exercer opressão contra alunos, os estrangeiros em destaque e especialmente contra os professores, incentivava esse processo, pois os privilégios nela constantes eram concedidos aos que empreendessem viagens de finalidade científicas. Portanto os estudantes estrangeiros (*Scholares forenses*) procuravam um mestre famoso, e em Bolonha estava o maior deles (Irnerius), portanto foram esses estudantes os verdadeiros fundadores da Universidade de Bolonha, que fundaram inicialmente as suas corporações, conhecidas como “*universitas scholarum*”, independente dos professores, que formavam um *collegium* ou *societas* inteiramente a parte. Jamais fora esquecido o estudo do direito romano, na Itália; apenas sofreu renovação, em fins do século XI e começo do século XII, por Irnerius, que introduziu a codificação Justiniana do *Corpus iuris civilis*. Inovou, também, o método de ensino, mediante as glosas, com explicações interlineares e marginais. Com isso, deu-se novo impulso aos estudos jurídicos, em Bolonha. Não demoram, as glosas foram adotadas, na Inglaterra, por Vacário, e na França de Montpellier, por Placentino.

Assim, Bolonha tornou-se o centro de estudos de direito civil e canônico, vinculado estreitamente com o das artes liberais. Roma, Pavia, Milão, Mântua, Ravena e Verona também haviam granjeado alguma celebridade, por suas escolas jurídicas, com o culto ao direito lombardo e romano, das quais, saíam formados juízes e advogados. Só em 1316, Bolonha foi contemplada com as faculdades de filosofia e medicina; e em 1362, nasceu ali a de teologia, por bula de Inocêncio IV, confiada aos dominicanos. A julgarmos pelas datas, Paris estava muito à frente, nos diversos campos de estudo, que, naquele tempo, construía as *facultates*, exceto o direito. Além de destacar-se no *ius civile*, Bolonha, igualmente, lançou as bases do futuro direito canônico da Igreja, cuja influência sobre *ius Romanum* é evidente, por exemplo, na eliminação da pátria potestas, na interdição do Ordálio e na proibição de matar os escravos. Apesar de ter alcançado um desenvolvimento respeitável, o direito canônico, denominado *ius antiquum*, apresentava-se, até então ao fim do século XI, como uma coletânea informe e desordenada. O decreto de Graciano, monge camaldulense falecido em 1159, aproximadamente, substituiu-a pelo *ius novum*, o qual em breve, se tornou conhecido em todo ramo católico. Trata-se do primeiro código do direito canônico publicado em 1140. Sem demora, difundiu-se por todas as universidades.

4.4 AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS UNIVERSIDADES DA IDADE MÉDIA

É fascinante explorar a história das primeiras universidades da idade média, apesar das lacunas quanto a documentação. A partir de manuscritos e cartas da época, podemos obter algumas informações sobre como essas instituições funcionavam e qual era o seu impacto na sociedade. Embora houvesse variações entre as universidades da Idade Média, é possível destacar alguns elementos comuns que caracterizavam essas instituições.

4.4.1 Subdivisões e Grade Curricular

As subdivisões das primeiras universidades, como as faculdades e as nações, desempenhavam um papel crucial na organização e na gestão das atividades acadêmicas. De acordo com as informações apresentadas, as faculdades eram

divisões administrativas do studium e estavam diretamente relacionadas à organização do ensino. Elas eram responsáveis por agrupar as disciplinas de acordo com áreas de conhecimento específicas. Segundo Verger (1990), quando se fala de faculdades a faculdade de artes, era conhecida como preparatória, enquanto existia, também, as faculdades superiores organizadas em certa hierarquia que era Teologia, Direito e Medicina. As faculdades constituíam divisões administrativas do studium e estavam ligadas especificamente à organização do ensino. Na verdade, muitas universidades possuíam apenas algumas disciplinas, e mesmo com o surgimento, no final do século XIV, da ideia de que toda universidade deveria ter as quatro faculdades, era comum o não cumprimento. Em Paris, a faculdade mais importante era a de Teologia. E os papas opunham-se à expansão dessa faculdade em outras universidades, primando pelo monopólio de Paris. Por isso, “Toulouse (após a tentativa abortada de 1229) só recebeu uma faculdade de Teologia em 1362, Bolonha, em 1364, Montepellier, somente em 1421” (VERGER, 1990, p.49).

A Universidade de Bolonha destacou-se como um centro de estudo de Direito, sendo que a medicina só foi introduzida tardiamente. Destaca Verger (1996) que, embora as faculdades fizessem parte de uma totalidade que é a universidade, cada faculdade se mostrava como uma unidade fundamental e relativamente autônoma, com seus próprios estatutos, o seu próprio conselho, e o seu próprio decano. As nações eram noutras maneiras de subdivisões de universidade, relacionadas mais com o aspecto corporativo dessas instituições, pois representavam uma organização de auxílio e defesa dos mestres e dos estudantes. As primeiras referências a uma nação aparecem em 1219 e 1222 nas bulas de Honório III, mas só em 1249 surge a primeira menção expressa a nações organizadas - neste caso da Universidade de Paris (Pombo, 2003).

A Universidade de Paris tinha no século XIII quatro nações: a francesa, a picarda, a normanda e a inglesa, enquanto Bolonha contava com quatorze.

Embora a criação de nações dentro das universidades fosse uma solução prática para as dificuldades enfrentadas pelos estudantes estrangeiros, também pode ter contribuído para a formação de grupos mais fechados e, em alguns casos, tensões entre diferentes nacionalidades. No entanto, no geral, as nações desempenharam um papel importante na vida universitária medieval, facilitando a integração de estudantes de diversas origens em um ambiente acadêmico desconhecido. Em resumo, as corporações desempenharam um papel vital no apoio aos estudantes universitários

durante a Idade Média. Elas contribuíram para tornar a experiência acadêmica mais acessível, oferecendo acomodações, alimentação, integração social e assistência financeira. Essas instituições desempenharam um papel crucial na promoção do ensino superior e no desenvolvimento de comunidades estudantis nas primeiras universidades da Idade Média. Portanto, em Bolonha, os mestres podiam ser excluídos das nações, pois a primazia estudantil estava em vigor, e os estudantes tinham uma voz dominante nas questões acadêmicas e administrativas. Isso ilustra como as regras e tradições variavam entre as universidades, mesmo que compartilhassem algumas características comuns. No entanto, é importante notar que esses rituais não eram universalmente praticados em todas as universidades da Idade Média, e as práticas variavam de acordo com a instituição e a época. Além disso, à medida que a educação superior evoluiu ao longo dos séculos, muitas dessas práticas foram modificadas ou abandonadas.

Contudo, o nacionalismo, marcante das nações, foi responsável rotineiramente pelo extremismo dos seus integrantes. Diversas disputas, muitas vezes sangrentas, entre as diferentes nações ocorreram. “Foram essas mesmas contendidas entre nações que, juntamente com divisões políticas entre os países de origem dos estudantes (discórdias entre Roma e os reis de França, o Grande Cisma e a Guerra dos Cem Anos, por exemplo)” (Pombo, 2003) que contribuíram para o aparecimento de nações com caráter plurinacional. Os estudantes agrupavam-se com outras nações consideradas amigas, havendo o aparecimento de nações cujos estudantes e mestres uniam-se conforme a diocese a qual pertenciam.

Diante de tantos conflitos, as nações começaram a enfraquecer e em muitos casos a extinguir-se, além de terem sua imagem corrompida diante dos outros seguimentos da sociedade. Essa fraqueza e corrupção que afetaram muitas das nações estudantis nas universidades da Idade Média levaram à necessidade de reformas e padronização de suas operações. A criação de estatutos ou regulamentos para governar as nações, estabelecendo regras claras para matrículas, mandatos de conselheiros, eleições e finanças, foi um passo importante na tentativa de restaurar a dignidade e a integridade dessas instituições. Isto ocorreu por volta do período de 1500. No caso das receitas das nações, a maior parte era decorrente de pagamento de quotas, por parte de estudantes e mestres, em conjunto com noutras taxas como aquelas pagas para a obtenção do grau de acadêmico. A estas receitas juntavam-se, ainda, outras aplicadas aos mestres por razões variadas, como a não assistência à

missa ou à eleição do presidente da nação, por chegarem atrasados ou acabarem tarde as suas lições, ou por não impedirem os alunos da nação de violarem os estatutos desta (Pombo, 2003).

Durante a Idade Média, a Universidade de Paris ganhou imensa fama e reputação, atraindo estudantes e mestres de toda a Europa. Essa reputação de prestígio tornou a Universidade de Paris um local desejável para o ensino e o estudo, e a instituição começou a impor taxas ou "impostos" sobre os mestres que desejavam lecionar lá. Essas taxas eram conhecidas como "taxas de licença" ou "taxas de cátedra". "Essas despesas refletem a natureza complexa das nações estudantis nas universidades da Idade Média, que não eram apenas organizações acadêmicas, mas também desempenhavam papéis religiosos, sociais e caritativos. Elas eram fundamentais para a vida estudantil e a cultura acadêmica da época, proporcionando apoio não apenas aos acadêmicos, mas também à comunidade em geral. A manutenção e reparação de bens e propriedades das nações, além de outras despesas como gratificações a funcionários e a compra de vinho para festividades, eram elementos comuns nas despesas das nações estudantis nas universidades da Idade Média. Olga Pombo (2003) destaca que o empréstimo de dinheiro por parte das nações estudantis durante o século XIV era uma prática importante que auxiliava os estudantes e professores a financiarem sua educação e despesas acadêmicas. Visando o pagamento da dívida exigia-se um juramento solene, juntamente com a entrega de uma garantia (fiador ou um bem para penhorar, geralmente um livro). O aluno beneficiado pelo empréstimo financeiro ficava comprometido a pagar quando tivesse posses, ou após o término dos seus estudos. Era comum, também, os jovens já formados fazerem doações às nações às quais tinham pertencido, quando estas estavam passando por dificuldades. Essa prática reflete a função de apoio social e financeiro desempenhada pelas nações nas universidades da Idade Média.

Quanto aos Programas das instituições universitárias da Idade Média eram constituídos basicamente de textos chamados de "autoridades". Estes serviam de base para as disciplinas, "famosos por conter, se não todo o saber, pelo menos os princípios gerais sobre os quais todo conhecimento posterior deveria basear-se". (Charle, Verger, 1996, p.34).

Como complemento desses textos básicos os comentários antigos e modernos também eram usados. Desse modo era comum o uso de textos de Aristóteles para ensinar Lógica e Filosofia; a Bíblia, no ensino da Teologia e Prisciano, na Gramática.

Já para o Direito usavam-se os dois Corpus (juris civilis e juris Canonici) e na Medicina era usada “uma coleção de textos reunidos no século. XI por Constantino, o Africano, compreendendo as obras de Hipócrates e Galeno [...]” (Le Goff, 1995, p.67).

É verdade que as universidades da Idade Média, ao longo do tempo, herdaram muitas concepções pedagógicas e classificações de conhecimento de tradições mais antigas. Essas tradições e influências pedagógicas eram profundamente enraizadas na história da educação, e muitas delas remontavam à antiguidade e à era carolíngia.

Segundo Verger (1996):

Esta hierarquia era determinada por critérios positivos, tais como o carácter mais ou menos directamente religioso da disciplina, a sua utilidade social e a sua dignidade intelectual; pelo contrário, uma disciplina seria rebaixada – ou mesmo excluída sem contemplações – se parecesse de algum modo ‘profana’, ‘lucrativa’ (isto é, se proporcionasse lucros a um indivíduo) ou ‘mecânica’ (isto é, relacionada com a matéria) [...] (p.39).

Tais critérios fizeram com que a Faculdade de Teologia assumisse o posto mais alto nessa hierarquia das disciplinas, ficando as de Direito e Medicina logo abaixo acompanhadas, em último lugar, a faculdade de Artes. O valor propedêutico desta explica-se pela suspeita de que as Artes estavam marcadas por origens profanas vindas da Antiguidade, por isso não poderiam “[...] aspirar a outro papel legítimo que não o de ajudar alguém a conseguir o acesso às formas de conhecimento verdadeiramente superiores e auto-suficientes” (Verger, 1996, p.40).

Quanto ao método de ensino usado em todas as faculdades este se caracterizava basicamente por dois tipos de exercícios: a lectio (aula) e o debate (disputatio). O primeiro era feito por estudantes avançados ou bacharéis e consistia na leitura e nos comentários das autoridades, permitindo assim o contato com as principais obras de um determinado ensino. Na Idade Média, os lavradores, ferreiros, marceneiros, alfaiates e sapateiros estão associados a esse conceito. Usava-se um texto de Aristóteles. Se o estudo fosse a Teologia, a Bíblia. Ullmann (2000, p.56) destaca ainda outros pontos relevantes da leitura, como a análise das palavras, conexão entre as frases, comparações com outros autores ou passagens paralelas dos evangelhos, destaque das ideias mais importantes – tudo isso fazia parte da lectio. Ou seja, nesse primeiro contato com os textos, o seu entendimento literal era de suma importância para o exercício das disputas, que viria logo em seguida. As aulas nas universidades da Idade Média eram organizadas de maneira específica e rigorosa, seguindo um cronograma e uma estrutura bem definidos.

Havia duas formas principais de aulas: as aulas ordinárias e as aulas extraordinárias. As aulas nas universidades da Idade Média eram altamente estruturadas e baseadas na leitura e no debate de textos. Essa abordagem pedagógica enfatizava a autoridade dos autores clássicos e a importância da interpretação e do debate intelectual, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e da erudição acadêmica. As "reparationes" nas universidades da Idade Média eram sessões adicionais de estudo projetadas para ajudar os alunos a consolidar o conhecimento e revisar o material que haviam aprendido durante as aulas regulares. Essas sessões eram realizadas em horários diferentes das aulas ordinárias e tinham o objetivo de reforçar a compreensão e a memorização do conteúdo.

Ullmann (2000) ressalta que o exercício de "lectionem reddere," no qual os alunos eram solicitados a comentar as leituras do dia anterior, era uma prática comum nas universidades da Idade Média. Esse exercício tinha vários objetivos e era uma parte essencial do processo de aprendizagem na época, exigindo dos alunos um alto grau de memorização.

O uso de livros e a prática de fazer anotações, conhecidas como "reportationes," eram elementos importantes nas aulas das universidades da Idade Média. No entanto, devido ao alto custo dos livros, a memorização desempenhava um papel crucial no processo de aprendizagem. As dúvidas dos alunos geravam as quaestiones (questionamentos), e destas nasciam o diálogo, isto é, a disputa entre o professor e os alunos, ou entre grupos de alunos. Esta, como mostra Gilson (1995, p.492):

[...] era uma espécie de torneio dialético que se desenrolava sob a presidência e a responsabilidade de um ou vários mestres. Tendo sido feita uma pergunta, cada um sustentava a solução a favor ou contra por meio dos argumentos que lhe pareciam mais convincentes; após uma ou várias jornadas desse exercício, um mestre reunia, ordenava os argumentos a favor ou contra e determinava a solução.

Deste modo o exercício constituía-se: partindo de uma dada questão nasciam as objeções prós e contras, as quais o estudante deveria responder. O mestre que presidia a sessão poderia intervir sempre que necessário, a fim de colaborar para a melhor compreensão dos ouvintes da disputa. Segundo Gilson (1982, p.359) "[...] destas disputas originaram-se as numerosas coleções de "Quaestiones disputata" da Idade Média, que chegaram até a modernidade. Isso só foi possível graças ao fato de um dos alunos presente ou, até mesmo o professor, tomar nota da determinatio

magistri. Para Verger (1990), o exercício da disputa era uma forma do professor aprofundar mais livremente certas questões e, para o estudante, era o momento de colocar em prática os princípios da Dialética. Nas disputas acadêmicas que ocorriam nas universidades da Idade Média, os estudantes eram submetidos a regras estritas, incluindo aquelas relacionadas à citação de autoridades e à leitura de obras durante os debates. Os debates de quolibet eram uma tradição acadêmica que enfatizava a liberdade intelectual e o diálogo interdisciplinar. Eles proporcionavam um ambiente no qual estudantes e mestres podiam explorar uma variedade de questões, independentemente de suas disciplinas específicas de estudo. Essa prática contribuía para o desenvolvimento das habilidades argumentativas, do pensamento crítico e da ampliação do horizonte intelectual dos participantes. Por isso, era um exercício que exigia muito preparo por parte de quem iria enfrentá-lo, pois as "disputation magistralis" eram parte integrante da cultura acadêmica das universidades da Idade Média, enfatizando o diálogo intelectual e a busca por um entendimento mais profundo das questões. Esses debates entre professores contribuía para o avanço do conhecimento e para a formação dos alunos, preparando-os para enfrentar questões complexas e desafiadoras em suas carreiras acadêmicas e intelectuais. Esses quatro estágios refletem a abordagem pedagógica progressiva das universidades da Idade Média, que começava com a aquisição de habilidades linguísticas e gramaticais, avançava para a lógica e a argumentação, explorava fontes autorizadas e, finalmente, estimulava a capacidade dos estudantes de usar a razão para formular argumentos e interpretações independentes. Esse método tinha como objetivo desenvolver habilidades intelectuais e preparar os estudantes para se tornarem eruditos e pensadores críticos. Como aponta Le Goff (1995), a preocupação com as leis da linguagem explica-se pela necessidade essencial dos envolvidos com o saber (mestres e estudantes) entenderem as relações que existiam entre a palavra, o conceito e o ser. Já a dialética, "[...] conjunto de operações que fazem do objeto do saber um problema". Le Goff (1995, p.75) e que leva os envolvidos a discutirem até obterem uma solução, expressava-se, também, como fundamento desse novo método. A Escolástica caracterizava-se, ainda, pelo apoio que encontrava nas autoridades. Quanto ao último desses elementos, a razão, esta foi responsável pelo entendimento da fé, presente entre os homens, por meio de um outro prisma. "Os escolásticos desenvolveram o convite implícito nas Escrituras, que incita o crente a esclarecer a razão de sua fé" (Le Goff, 1995, p.76).

Embora as faculdades de Direito e Medicina tenham suas próprias características distintas em relação ao ensino e à formação profissional, muitas das abordagens pedagógicas fundamentais derivaram da tradição escolástica que se originou nas universidades da Idade Média. Portanto, mesmo que os detalhes específicos variem entre as faculdades, os princípios gerais do método escolástico continuaram a ser uma parte importante da educação nas universidades da Idade Média.

A análise dos graus atribuídos nas primeiras universidades da Idade Média revela um sistema que se faz presente até os dias atuais. O grau de licença (*licencia docendi*) era o primeiro e, muitas vezes, o único grau acadêmico atribuído aos estudantes no início do ensino universitário nas universidades da Idade Média. Para obter essa licença, os estudantes passavam por um processo de avaliação, que incluía a apresentação de uma lição diante de um júri de mestres. Com o passar do tempo, as universidades desenvolveram uma hierarquia de graus acadêmicos que se assemelhava, em alguns aspectos, ao sistema de corporações de ofício, que incluía aprendizes, companheiros e mestres. Esses graus acadêmicos incluíam o bacharelado, o mestrado e o doutorado, e cada um deles representava um nível crescente de especialização e competência. Para receber o título de bacharel, o candidato deveria passar por dois testes. Primeiro, enfrentava as questões de um doutor, sendo, pois, bem-sucedido o estudante iria para a segunda etapa em que quatro mestres avaliavam seu desempenho na condução de uma aula. “O bacharelado tinha portanto, como finalidade fazer passar o estudante do estágio de discípulo passivo ao de assistente de seu mestre, capaz de realizar ele mesmo certas leituras e de intervir nos debates” (Verger, 1990, p.60).

A obtenção dos graus de mestrado e doutorado nas universidades da Idade Média envolvia um processo rigoroso, que incluía debates consecutivos com bacharéis e outros mestres, culminando em uma cerimônia formal de concessão desses graus. Essa prática também incluía a entrega de símbolos distintivos, como o barrete, o anel de ouro e um livro. No entanto, os custos associados a essa conquista eram substanciais, o que limitava o acesso a esses graus por muitos estudantes.

4.4.1 Admissão e Exames

Nos primeiros anos de existência das universidades da Idade Média, o ato de matricular-se não era ainda uma exigência. Era preciso, apenas, o vínculo a um

professor. Ao mestre cabia anotar o nome dos estudantes que havia escolhido assistir às suas aulas. No entanto, para a escolha dos alunos o mestre respeitava alguns critérios: “[...] a escolha incluía amizade, conhecimento pessoal, lugar de proveniência, apresentação e indicação por outrem” (Ullmann, 2000, p.194).

O registro de alunos e a organização das faculdades tornaram-se necessários à medida que o número de estudantes nas universidades da Idade Média aumentou. As faculdades de Artes, em particular, desempenharam um papel pioneiro nesse processo de registro. Um exemplo notável é o da Universidade de Oxford, que começou a registrar seus alunos antes de 1231. Isso marcou um passo importante na organização e na gestão das instituições de ensino superior da época. O registro de alunos nas universidades da Idade Média desempenhava um papel crucial na distinção entre aqueles que estavam genuinamente comprometidos com seus estudos e aqueles que estavam interessados apenas em usufruir das vantagens oferecidas pela universidade, como o acesso a recursos acadêmicos, alojamento e benefícios sociais. O processo de matrícula nas universidades da Idade Média era formal e envolvia várias etapas, incluindo um juramento de matrícula, o pagamento de taxas e a inscrição do nome no livro de registro.

O juramento incluía obediência ao reitor,

[...] cumprimento e observância das normas já vigentes e das, que de futuro, fossem promulgadas; promoção do bem-estar da universitas, no que fosse possível ao acadêmico; renúncia a todo tipo de vingança pessoal de injustiça sofrida (Ullmann, 2000, p.195).

Depois de ter analisado a matrícula, será necessária proceder o pagamento da taxa de matrícula, nas universidades da Idade Média havia políticas de isenção de taxas que variavam de acordo com a situação financeira dos estudantes e seu status social. O registro de nomes de estudantes nas universidades da Idade Média, complementado com informações sobre a origem, estatuto social e data de matrícula, tinha o benefício adicional de permitir que os estudantes usufríssem da proteção e ajuda da universidade quando necessário. Esses registros detalhados facilitavam a identificação dos estudantes e a documentação de sua afiliação à instituição.

O rito de iniciação nas universidades da Idade Média era uma tradição informal que precedia o ingresso dos novos estudantes e constituía uma espécie de festa de iniciação. Embora a data exata de sua criação seja desconhecida, essa prática era organizada pelos estudantes mais velhos e financiada pelos recém-chegados.

Durante o trote, os novos estudantes enfrentavam uma série de "rituais" e brincadeiras destinados a prepará-los para o início de sua vida universitária.

Le Goff (1995, p.69) faz uma descrição dessa prática:

[...] A iniciação do novato é descrita como uma cerimônia de "purgação" destinada a despojar o adolescente de sua rusticidade, até de sua bestialidade primitiva. Zomba-se de seu odor de besta fera, de seu olhar perdido, de suas longas orelhas, de seus dentes parecendo presas. Extraem-lhe supostos chifres e excrescências. Banham-no e mimam-lhe os dentes [...].

Embora a tradição do trote nas universidades da Idade Média fosse geralmente destinada a promover a integração e a diversão, como mencionado anteriormente, em algumas festas de iniciação ocorriam excessos e abusos. Em certos casos, a recepção dos novos estudantes era marcada por comportamentos inadequados e, às vezes, até mesmo violentos.

O processo avaliativo compreendia duas fases: O oral e o escrito: A oralidade foi uma característica marcante do ensino escolástico nas universidades da Idade Média, mas o livro desempenhava um papel fundamental na forma de aprendizagem. O processo de elaboração de exemplares de livros nas universidades da Idade Média era um procedimento meticuloso e caro.

Em Bolonha eram necessários de dez a quinze meses para copiar um manuscrito jurídico e, mesmo sem iluminuras, custava de 20 a 60 libras bolonhesas, numa época em que o salário anual dos professores era de 150 a 200 libras. (Verger, 1990, p.59).

Por isso, era muito comum os estudantes alugarem os livros ou comprá-los de segunda mão. O aumento do uso de livros nas universidades da Idade Média trouxe consigo mudanças significativas na forma como os livros eram elaborados e produzidos. Se destacou um aspecto interessante da elaboração de livros nas universidades da Idade Média: a diminuição das ornamentações, especialmente nos manuscritos de Teologia e Filosofia, e a prática de deixar espaços em branco para tornar os livros mais acessíveis aos estudantes mais pobres. Esse processo rigoroso de exames e defesa de tese foi uma característica fundamental do sistema educacional das universidades da Idade Média e refletia a ênfase na demonstração de habilidades intelectuais e na obtenção de conhecimento profundo em uma disciplina específica. A obtenção de um grau acadêmico representava um marco significativo na carreira de um estudante e era uma prova de sua competência

acadêmica. Alguns dias antes do exame privado, o futuro jurista deveria prometer publicamente que se enquadrava nas exigências do estatuto e que não iria corromper os examinadores. Este juramento deveria ser realizado na presença do reitor da universidade.

Conforme explica Le Goff (1995, p.68):

Na semana precedente ao exame, um dos mestres o apresentava ao arcediogo, respondendo pela sua capacidade de enfrentar a prova. Na manhã desta, após assistir à missa do Espírito Santo, o candidato comparecia diante do colégio de doutores, um dos quais lhe dava dois excertos para comentar. Retirava-se então para sua casa a fim de preparar esse comentário, que apresentaria no final do dia, em lugar público (geralmente na catedral), diante de um júri de doutores e na presença do arcediogo, que não podia intervir. Após o comentário exigido, respondia às questões dos doutores, que se retiravam em seguida para votar. Obtida a decisão por maioria, o arcediogo anunciava o resultado. Se fosse aprovado, o estudante era considerado licenciado, mas só poderia receber o título de doutor depois que fosse aprovado no exame público.

Para a realização deste, o licenciado era levado até a catedral onde deveria fazer um discurso e ler uma tese, que depois era debatida pelos outros estudantes presentes. Se obtivesse sucesso, “o arcediogo lhe entregava então, solenemente, a licença para ensinar e lhe outorgava as insígnias de sua função: uma cátedra, um livro aberto, um anel de ouro e a touca ou o gorro” (Le Goff, 1995, p.68).

Sugere que os exames eram predominantemente orais e que havia um sistema rigoroso de controle, mas, mesmo assim, muitas vezes, não era possível evitar fraudes. Isso implica que, apesar do controle, algumas pessoas ainda conseguiam cometer fraudes nos exames. É importante notar que essa frase parece se referir a um contexto específico, mas sem mais informações, não é possível fornecer detalhes adicionais sobre a situação em questão.

4.4.2 Corpo Docente e Discente

Menciona-se que, de acordo com Verger (1990), os cargos eletivos nas universidades geralmente envolviam um processo complexo, com vários turnos de eleições e, como resultado, muitos conflitos. Além disso, a citação destaca que o reitor (ou chanceler, em Oxford) era o cargo mais importante na universidade, possuindo responsabilidades e atribuições próprias: 1) Honras e precedências excepcionais: O reitor recebia honras e tratamento especial, tanto dentro quanto fora da universidade. Isso pode incluir protocolos de respeito e deferência devido à importância do cargo.

2) Gestão das finanças: O reitor, com o auxílio das "nações" (que geralmente se referem a faculdades ou grupos de professores e estudantes), administrava as finanças da universidade. Isso significa que ele desempenhava um papel central na gestão dos recursos financeiros da instituição. 3) Guardião dos estatutos: O reitor era responsável por zelar pela conformidade com os estatutos da universidade. Os estatutos são as regras e regulamentos que governam o funcionamento da universidade. A amplitude das funções do reitor, que não apenas administrava a universidade internamente, mas também desempenhava um papel fundamental na representação da instituição perante as autoridades externas e na proteção de seus direitos e membros (Verger, 1990, p.50).

Portanto, embora o reitor desempenhasse um papel de destaque na universidade e tivesse muitas responsabilidades, seu poder era limitado por restrições temporais e pela necessidade de aprovação ou revisão por outras instâncias da universidade. Essas medidas eram destinadas a evitar concentrações excessivas de poder nas mãos de um único indivíduo.

No século XIII, os estudantes e os mestres eram considerados clérigos e, portanto, podiam desfrutar de todos os privilégios concedidos a estes. Conforme explica Ullmann (2000, p.198). O termo clérigo é ambíguo, porquanto pode designar clérigo (eclesiástico), em oposição a leigo, como também possuía o sentido de estudante, homem instruído, letrado. Já que todos os estudantes eram clerici, não há razão para falar-se em leigo. Como a maioria dos estudantes era estrangeira, os privilégios recebidos eram muito importantes para eles, já que, na condição de estrangeiros, não desfrutavam das vantagens locais. Essas regras refletem a influência da Igreja e as normas sociais da época nas práticas acadêmicas, especialmente em relação ao casamento e ao celibato. Cada universidade poderia ter suas próprias regras e regulamentos, o que resultava em variações nas práticas em diferentes instituições. De acordo com Verger (1990), os privilégios concedidos por autoridades como papas, imperadores, reis ou comunas eram classificados com base em seus objetivos e alcance. Nesse contexto, alguns privilégios tinham um alcance local. Isso significa que esses privilégios eram aplicáveis apenas em determinadas áreas geográficas ou regiões específicas, em oposição a privilégios que poderiam ser aplicados de forma mais ampla ou nacional. A classificação com base em objetivos e alcance ajuda a entender como as concessões de privilégios eram estruturadas e quais eram suas limitações em termos de abrangência territorial.

Os privilégios concedidos aos universitários em relação a isenções e vantagens econômicas. Esses privilégios eram destinados a incentivar a educação e tornar a vida dos universitários mais acessível e vantajosa. Eles eram uma forma de reconhecimento do valor da educação e dos estudantes universitários na sociedade da época. Além dos privilégios locais e específicos, havia outros privilégios de alcance mais amplo, com ênfase na importância da jurisdição, que colocavam os universitários ao abrigo das jurisdições leigas, e do papado, os universitários haviam recebido privilégios apreciáveis em matéria benéfica: “podiam receber benefícios eclesiásticos e gozar de seus rendimentos durante cinco ou sete anos sem residir no local e sem receber as ordens exigidas” (Verger, 1990, p.51).

Significava que os estudantes universitários eram julgados apenas perante os tribunais eclesiásticos em questões legais. Esses privilégios refletiam uma certa autonomia e proteção concedida aos estudantes universitários, destinados a assegurar que eles tivessem um tratamento legal justo e que a autoridade da igreja fosse predominante em questões relacionadas a eles. Esses privilégios concedidos aos universitários causavam descontentamento em outras classes sociais que não desfrutavam dos mesmos direitos, resultando em conflitos inevitáveis. Essa dinâmica de conflito entre os estudantes universitários e outras classes sociais mostra como os privilégios acadêmicos podiam gerar tensões na sociedade da época, com resultados variados em termos de quem prevalecia em disputas legais e políticas.

A idade de início dos estudos universitários podia variar, dependendo do contexto histórico e regional específico, mas era dividido em duas etapas: o bacharelado, ao fim de dois anos e o doutorado, no final dos estudos. “Medicina e Direito eram, sem dúvida, ministrados em seguida, para alunos entre os 20 e 25 anos” (Le Goff, 1995, p.67).

Para a obtenção da licença ou doutorado em Medicina, a Universidade de Paris exigia que o aluno tivesse seis anos de estudos, depois de já ter obtido o mestrado em Artes. Já a Teologia cobrava do aluno oito anos de estudos. “Este passava por três bacharelados (bacharelados bíblico, sentenciário e formado), depois pela licenciatura e podia se tornar, por isso mesmo, mestre e doutor em teologia” (Gilson, 2001, p. 492).

Mas, para a obtenção do doutorado era preciso ter idade mínima de trinta e cinco anos. Destaca-se um aspecto importante da educação nas universidades da Idade Média, muitos estudantes ingressavam na universidade em uma idade jovem e

frequentemente com deficiências em habilidades básicas, como leitura e escrita. Essa prática reflete a importância da educação progressiva nas universidades da Idade Média, onde os estudantes eram gradualmente preparados e equipados com as habilidades necessárias antes de progredirem em estudos mais avançados.

Interessante nota que quanto ao contexto social, o ensino universitário não era a prioridade para os filhos dos reis e príncipes. Em vez disso, acreditava-se que aprender a "arte de governar" exigia a participação ativa nas atividades administrativas e a aquisição de conhecimento prático, em contraste com a teoria. Essa prática reflete as atitudes da época em relação à educação e governança, onde a experiência prática na administração era valorizada mais do que a educação formal nas universidades, especialmente para os filhos de reis e príncipes. A ênfase no aprendizado prático estava alinhada com as necessidades da administração real e governança efetiva. Charles e Verger (1996) afirmam que o número de nobres que enfrentavam a universidade correspondia a menos de 5% do total, podendo chegar, no máximo a 15%, sendo que a faculdade de Direito detinha a maior percentagem dos estudantes.

Ressalta-se que a maioria dos estudantes nas universidades da Idade Média era proveniente de diversos estratos sociais, principalmente das classes consideradas médias. Essa diversidade de origens sociais e a capacidade financeira variável dos estudantes destacam a natureza inclusiva das universidades da Idade Média, onde indivíduos de diferentes origens podiam buscar educação superior, desde que tivessem os meios financeiros necessários para fazê-lo. Mesmo as camadas mais pobres da sociedade, contribuíram para a constituição do ensino universitário na Idade Média. No entanto, devido às numerosas despesas associadas à educação universitária, era comum que esses estudantes recebessem ajuda de patronos ricos ou trabalhassem para financiar seus estudos. Essa dinâmica ilustra o desejo de educação superior por parte de indivíduos de todas as origens sociais, mesmo quando enfrentavam desafios financeiros. A ajuda de patronos ricos e o trabalho árduo eram estratégias comuns para superar esses desafios econômicos.

Quanto aos custos de vida e dos estudos, eles eram muito dispendiosos, e já iniciavam com a própria matrícula. Embora fossem reservados aos estudantes certos direitos e privilégios, a matrícula era algo que custava caro. No caso da Universidade de Montpellier, por exemplo, era no valor de 29 soldos e 10 dinheiros. Estes valores aumentavam quando o aluno chegava a bacharel ou licenciado. Se este

aspirava a ser doutor, tinha que pagar 30 escudos em ouro. Esses custos de matrícula refletem a realidade de que, embora a educação universitária fosse acessível a uma variedade de origens sociais, a obtenção de um diploma acadêmico exigia um investimento financeiro significativo. Os estudantes muitas vezes precisavam encontrar maneiras de financiar suas despesas educacionais por meio de ajuda de patronos, trabalho ou outros meios. Além das taxas de matrícula, havia várias outras despesas relacionadas ao estudo nas universidades da Idade Média. Todas essas despesas adicionais eram necessárias para o prosseguimento dos estudos e refletiam o custo total envolvido na busca de uma educação universitária na Idade Média. Segundo Pombo (2003), era cobrada uma taxa para aqueles alunos que desejassem sentar-se nas primeiras fileiras, ao lado do professor, no valor de 20 soldos ou 6 libras.

Havia ainda uma espécie de taxa de entrada imposta pelos estudantes mais antigos aos recém-chegados nas universidades medievais. Essa prática, conhecida como "propina de entrada" ou "taxa de novato", era comum em algumas instituições acadêmicas. Essas taxas de novato eram uma parte peculiar da experiência universitária medieval e muitas vezes serviam para financiar atividades ou festividades estudantis. Embora possa parecer incomum do ponto de vista contemporâneo, essas práticas refletem a cultura e as normas sociais da época. Os custos de vida dos universitários na Idade Média envolviam uma série de despesas além das relacionadas à educação. Essa lista de despesas adicionais destaca a complexidade e a variedade de custos associados à vida universitária na Idade Média. Os estudantes enfrentavam desafios financeiros significativos ao equilibrar todas essas obrigações, o que frequentemente os levava a buscar apoio financeiro de várias fontes. As despesas associadas à vida universitária na Idade Média estavam intrinsecamente ligadas à posição social e econômica do indivíduo, tanto dentro quanto fora da universidade. Essa variação nos custos reflete a realidade da sociedade da época, onde o acesso à educação e a manutenção financeira na universidade eram influenciados pela posição social e econômica do indivíduo. Os estudantes de diferentes origens sociais enfrentavam realidades financeiras distintas, o que afetava sua experiência na universidade. Pombo (2003) destaca ainda, o caso de Lisboa-Coimbra, em que um decreto do rei D. João I, de 1392, estabelecia uma propina de 20 libras aos estudantes ricos e de 10 libras aos estudantes pobres, a serem pagas ao professor.

Devido às inúmeras despesas associadas à vida universitária na Idade Média, o dinheiro enviado pelos pais muitas vezes não era suficiente, a menos que a família fosse rica. Como resultado, os estudantes frequentemente buscavam outras maneiras de sustento para cobrir essas despesas. Essas atividades eram uma maneira de os estudantes financiarem suas despesas e manterem-se na universidade. A capacidade de equilibrar o estudo com o trabalho, muitas vezes desempenhando funções diversas, era uma característica da vida universitária na Idade Média. Isso reflete a necessidade de encontrar maneiras criativas de lidar com os custos associados à educação superior na época. Se mesmo assim, o aluno não encontrava condição de manter suas despesas era então designado como bolseiro, e mediante um juramento da condição de pobre, era-lhes atribuída uma bolsa que cobria os gastos de alimentação, alojamento, iluminação, vestuário, livros, e até moradia, como destaca Pombo (2003). Além das bolsas de estudo, outra forma importante de auxílio para estudantes pobres na Idade Média era o apoio de ricos protetores.

Nesse contexto, o Papa Gregório IX recompensava os benfeitores que apoiavam estudantes com uma indulgência de 40 dias.

Cabe destacar nesse ponto, um breve retrospecto sobre o salário dos professores da idade média, pois como visto era comum os estudantes pagarem os seus mestres, mas a quantia dependia do curso ministrado, sendo o de lógica o mais barato e o de direito canônico o mais caro, portanto exigia mais rendas e consequentemente um número menor de alunos. Ulamm (2000 p.211), destaca muito bem essa situação quando cita: “[...] a maioria dos mestres levava uma vida modesta, quase pobre, máxime os da faculdade de artes, os quais, por vezes, chegavam a empenhar os seus livros para poderem sobreviver”.

A Universidade de Paris foi a que mais tardiamente concordou com o pagamento das aulas pelos alunos. Essa cobrança desencadeou várias discussões, pois alguns membros da Igreja defendiam que a cobrança caracterizava simonia, ou seja, venda de bens religiosos, pois o saber era considerado um dom de Deus. Assim, para livrar-se da acusação de simoníacos, alguns mestres “[...] diziam ser necessário distinguir entre o saber do professor (scientia, dom de Deus que não podia ser vendido) e o trabalho por ele realizado, digno, sem dúvida, de justa remuneração” (Ulmann, 2000, p. 213).

Destaca ainda Ulmann (2000) que a questão do pagamento dos professores nas universidades medievais envolvia várias nuances e considerações, como a

dignidade do trabalho dos professores e as práticas de remuneração. A ideia de que os professores deveriam receber por seu trabalho era importante, mas, ao mesmo tempo, havia regras e normas específicas relacionadas a como os pagamentos poderiam ser feitos. ideia de que os professores deveriam receber por seu trabalho era importante, mas, ao mesmo tempo, havia regras e normas específicas relacionadas a como os pagamentos poderiam ser feitos. Tais pagamentos poderiam ser feitos diretamente pelos alunos, individualmente ou em grupo, na forma de honorários ou taxas de matrícula. Em casos específicos poderiam pagar com outros tipos de bens ou serviços, como por exemplo, fornecendo alimentos, abrigo ou outros serviços em troca de instrução. Com o tempo, à medida que as universidades se organizavam e se tornavam mais institucionalizadas, novos métodos de financiamento e pagamento dos professores foram desenvolvidos, muitas vezes envolvendo salários fixos pagos pelas instituições ou por patrocinadores externos.

5 ESTRUTURA DAS UNIVERSIDADES NO PERÍODO 1200 A 1500

Mencionando Becker (1971) em seu livro “Pequena História da Civilização Ocidental) que o período compreendido ente 1200 a 1500, as universidades na Europa passaram por um desenvolvimento significativo naquele período, marcando uma fase importante na história da educação superior. Sua estrutura institucional pode ser caracterizada em cinco itens que a compunham: 1) Faculdades e Currículo: As universidades medievais eram frequentemente organizadas em faculdades, cada uma focada em uma área específica do conhecimento, como Teologia, Direito, Medicina e Artes Liberais (que incluía disciplinas como gramática, retórica, lógica, aritmética, geometria, música e astronomia). O currículo era fortemente influenciado pela tradição escolástica, que buscava reconciliar a fé cristã com a razão. 2) Autoridade e Autonomia: As universidades medievais geralmente tinham um alto grau de autonomia em relação às autoridades locais ou eclesiásticas. Elas muitas vezes emitiam seus próprios estatutos e tinham o direito de conceder graus acadêmicos. 3) Governança e Administração: A governança das universidades era frequentemente realizada por um corpo de estudantes e professores, com pouca intervenção externa. As decisões acadêmicas eram geralmente tomadas por assembleias ou conselhos compostos por membros da comunidade universitária. 4) Professores e Estudantes: Os professores, conhecidos como mestres, desempenhavam um papel central nas universidades medievais, ministrando aulas, conduzindo pesquisas e supervisionando os estudantes. Os estudantes vinham de diversas origens sociais e geográficas e eram organizados em guildas ou nações, muitas vezes de acordo com sua região de origem. 5) Instalações e Recursos: As universidades medievais contavam com uma variedade de instalações, incluindo salas de aula, bibliotecas, dormitórios, refeitórios e capelas. Os recursos eram frequentemente limitados, mas as bibliotecas podiam abrigar importantes coleções de manuscritos e livros. Como contribuições e legado podemos destacar: 1) Preservação do Conhecimento: As universidades medievais desempenharam um papel fundamental na preservação e transmissão do conhecimento clássico, bem como no desenvolvimento de novas ideias e descobertas. 2) Formação de Elites Intelectuais: As universidades formaram muitos dos líderes intelectuais e religiosos da época, incluindo teólogos, juristas, médicos e filósofos. 3) Desenvolvimento da Pedagogia: A pedagogia nas universidades medievais influenciou significativamente as práticas educacionais subsequentes,

incluindo o método de ensino baseado em disputas e debates. 4) Impacto Social e Cultural: As universidades desempenharam um papel importante na transformação social e cultural da Europa medieval, promovendo ideias de aprendizado, racionalidade e debate intelectual.

No entanto, é importante notar que as universidades medievais também eram instituições elitistas e exclusivas, frequentemente reservadas para membros da nobreza ou do clero, e o acesso à educação superior era limitado para grande parte da população. Apesar dessas limitações, as universidades medievais estabeleceram as bases para o sistema educacional moderno e continuaram a influenciar o pensamento e a prática educacional até os dias atuais.

5.1 A FILOSOFIA NOS ANOS 1200 A 1500

O período entre os anos 1200 e 1500 é frequentemente conhecido como a Idade Média Tardia ou a Baixa Idade Média na história da filosofia. Durante esse tempo, a filosofia foi influenciada por uma série de movimentos intelectuais e contextos históricos. Na teologia (conhecimento de deus e da religião cristã) e na filosofia (conhecimento do mundo e dos homens) – encontram-se as manifestações supremas do seu pensamento, mas Houve várias escolas que fundamentaram seu pensamento, como a: 1) Escolástica, corrente filosófica dominante nesse período, e a mais importante das escolas filosófico-teológicas. Ela se baseava na reconciliação da fé cristã com a razão. Filósofos escolásticos, como Tomás de Aquino e Duns Scotus, procuraram usar a lógica aristotélica para desenvolver argumentos teológicos e sistemáticas filosóficas. Nela destacaram-se: Santo Anselmo, Pedro Abelardo, santo Alberto Magno e são Tomás de Aquino. Sua ideologia propunha demonstrar que existia íntima união entre a fé e razão, entre a teologia e a filosofia, procurando conciliar os postulados da fé cristã com normas da razão humana. 2) O Renascimento que surgiu no final do período, principalmente, na Itália, trazendo consigo um interesse pelas obras da antiguidade clássica, especialmente as de filósofos gregos e romanos, como Platão e Aristóteles. 3) O Humanismo renascentista que enfatizava a importância do indivíduo e do estudo das humanidades, como literatura, história e filosofia, como meio de alcançar a excelência humana. Filósofos como Giovanni Pico della Mirandola e Marsilio Ficino estavam

envolvidos nesse movimento. 4) Ceticismo, que foi um movimento paralelo, com filósofos como Michel de Montaigne questionando a confiança na razão e destacando a incerteza do conhecimento humano. 5) Pré-Iluminismo de onde surgiram as ideias que prepararam o terreno para o Iluminismo posterior. Pensadores como Francisco Bacon e René Descartes deram ênfase à observação empírica e ao método científico como fontes fundamentais de conhecimento.

5.1.1 Outras escolas filosóficas

Outras escolas floresceram nesse período, e cada uma dessas escolas tinha suas próprias características, influências e abordagens filosóficas, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento da filosofia e da teologia durante a Idade Média. Cada uma dessas escolas filosóficas oferece uma perspectiva única sobre a natureza do conhecimento e a busca pela verdade, refletindo diferentes abordagens para a filosofia e a compreensão do mundo. Entre as várias escolas, destaca-se a 1) Escola Empirista, que foi uma corrente filosófica que enfatiza a experiência sensorial como a fonte fundamental de todo o conhecimento. Os filósofos empiristas argumentam que as ideias e conceitos se originam da observação e da experiência direta. Alguns dos filósofos empiristas mais influentes incluem John Locke (1632-1704), George Berkeley (1685-1753) e David Hume (1711-1776). Por exemplo, John Locke defendia que a mente humana é uma "tábula rasa" (uma tabula em branco) no nascimento, e que nossas ideias são derivadas da experiência sensorial. 2) Escola Combinatória, que não era uma corrente filosófica tradicionalmente reconhecida, mas se referia a uma abordagem à filosofia que valoriza a combinação criativa de ideias e conceitos para a resolução de problemas ou a produção de novos conhecimentos. Isso muitas vezes envolvia a síntese de diferentes correntes filosóficas ou a aplicação de várias disciplinas intelectuais para abordar questões complexas. 3) Escola Mística, que se concentrava na busca de uma compreensão direta e imediata da realidade espiritual ou divina, muitas vezes por meio de experiências transcendentais ou contemplativas. Os místicos frequentemente afirmam que a verdade mais profunda não pode ser alcançada apenas pela razão ou pela observação sensorial, mas requer uma conexão espiritual ou intuição direta. Exemplos notáveis incluem os místicos cristãos como Santa Teresa de Ávila e São João da Cruz. Rusbroek (1298-1381) e Gerson (1363- 1429) sustentaram que as verdadeiras vias para atingir o conhecimento

são a contemplação de Deus e a meditação. À razão opunham o sentimento, que era considerado a fonte última do conhecimento. 4) Escolas Neoplatônicas, influenciadas pela filosofia de Plotino e o pensamento neoplatônico, essas escolas enfatizavam a importância do Uno como a causa suprema e a hierarquia das realidades espirituais. Filósofos como Agostinho de Hipona e Pseudo-Dionísio, o Areopagita, foram influenciados por essa tradição. 5) Escolas Agostinianas, originadas de Santo Agostinho, que desempenhou um papel significativo na filosofia medieval, e várias escolas de pensamento surgiram em torno de suas obras. O agostinianismo enfatizava a importância da fé e da graça divina na obtenção do conhecimento e na salvação. 6) Escola Franciscana, que associada aos ensinamentos de São Francisco de Assis e São Boaventura, enfatizava uma abordagem mais espiritual e emocional à filosofia e à teologia em contraste com a abordagem mais intelectual da Escolástica. 7) Escola Averroísta, baseada na interpretação das obras de Aristóteles por Averróes (Ibn Rushd), essa escola argumentava que a filosofia e a religião eram domínios separados e que a razão humana era suprema na busca do conhecimento. Isso gerou debates e controvérsias sobre a relação entre a filosofia e a fé. 8) Escola Nominalista, representada por filósofos como Guilherme de Ockham, essa escola defendia que as abstrações universais eram meros nomes e não tinham existência real. Isso teve implicações nas discussões sobre a natureza da linguagem, da realidade e do conhecimento.

5.2 O COTIDIANO UNIVERSITÁRIO

Ao explorarmos o cotidiano dos alunos da Idade Média, tendo por base as primeiras universidades, destaca-se diversas informações fornecidas por estudiosos da história das universidades da idade média, sendo importante notar que ao longo da história dessas instituições, ocorreram várias mudanças na organização tanto dos alunos quanto dos professores, passando por diferentes transformações. No período da Idade Média, a matrícula nas universidades diferia significativamente do processo atual. Ao contrário dos tempos modernos e contemporâneos, não era necessário passar por um exame vestibular para ingressar na universidade. Os alunos simplesmente se matriculavam na instituição, independentemente de sua classe social. No entanto, ao longo do desenvolvimento das universidades, começou-se a exigir o pagamento de uma taxa de matrícula. No início, essa exigência não existia, e

muitas vezes era oferecida a opção de uma bolsa de estudos para ajudar a cobrir os custos da matrícula, permitindo que alunos sem recursos financeiros pudessem ingressar nas universidades. No que diz respeito às classes de alunos, é relevante mencionar que, principalmente após o estabelecimento das universidades, houve um grande ingresso de alunos provenientes de classes mais baixas, que historicamente representava 8 entre 10 matriculados. No entanto, ao longo desse período inicial, observa-se um aumento nos custos das universidades para sua manutenção, o que resultou em uma taxa de desistência de aproximadamente 80% entre os alunos matriculados. Ou seja, muitos alunos iniciavam o curso, mas, por diversos motivos, não conseguiam concluí-lo, como bem destacou Haskins (2015)

Após ingressarem na universidade, os alunos eram submetidos a um rito de iniciação, que era comum, ao contrário do que ocorre nos tempos contemporâneos. Um rito de iniciação consistia essencialmente em que o novo estudante deveria se vestir de forma peculiar, como se fosse um tipo de carnaval, usando vários adereços e trajes. Entre eles, destacavam-se o uso de chifres de animais, orelhas e dentes de porco. Basicamente, esse rito simbolizava a transição do mundo dos vícios e da ignorância para o mundo do conhecimento e dos saberes. Essa constatação da fase inicial dos estudantes da idade média se baseia nas obras de vários estudiosos, como explicado por Umberto Eco em seu livro "O Nome da Rosa", e de Jacques Le Goff, em "A Civilização do Ocidente Da Idade Média", que aborda as transformações organizacionais ao longo do tempo, tendo ainda os estudos de Roger Chartier, em "A História Cultural: entre práticas e representações". Quanto ao processo de estudo propriamente dito, destaca-se que na Universidade de Bolonha durante a Idade Média, o método de ensino era baseado nas leituras e nas discussões em sala de aula. Esse método era conhecido como "método bolonhês" ou "método das leituras" e era amplamente utilizado. De acordo com os registros históricos. Os professores liam em voz alta textos clássicos, principalmente trata dos legais e filosóficos, enquanto os alunos ouviam atentamente e faziam anotações chamadas glosas. As discussões em sala de aula eram incentivadas para desenvolver habilidades de argumentação e análise crítica.

Segundo o historiador Jacques Verger, em seu livro "A Idade Média: Instituições e Sociedades (888-1180)", as leituras desempenhavam um papel fundamental na educação universitária da época. Elas eram consideradas uma forma de transmissão direta do conhecimento, com o professor explicando e comentando o

texto enquanto o lia. As anotações dos alunos, conhecidas como glosas, eram essenciais nesse método de ensino. As glosas eram anotações marginais feitas pelos estudantes para registrar os principais pontos do texto e suas próprias reflexões e interpretações. Elas serviam como um auxílio para o estudo posterior e também como uma forma de envolvimento ativo dos alunos no processo de aprendizado. Além das leituras, as discussões em sala de aula desempenhavam um papel importante no método de ensino da Universidade de Bolonha. Após a leitura de um texto, os alunos tinham a oportunidade de debater e discutir o conteúdo com o professor e entre si. Essas discussões eram encorajadas como uma forma de desenvolver habilidades de argumentação, análise crítica e raciocínio lógico. Essa abordagem do ensino baseado em leituras e discussões refletia a ênfase na aquisição de conhecimento através da leitura de textos clássicos e na análise e interpretação desses textos. Os professores atuavam como guias e especialistas, explicando e comentando os textos, enquanto os alunos participavam ativamente, tomando notas e envolvendo-se nas discussões.

Assim, o método de ensino na Universidade de Bolonha durante a Idade Média era caracterizado pelo uso das leituras como meio principal de transmissão de conhecimento, acompanhadas por discussões em sala de aula e anotações pessoais dos alunos. Esse método enfatizava a importância da interação direta com os textos clássicos e da participação ativa dos estudantes no processo de aprendizado.

Nas universidades medievais, como a Universidade de Bolonha, ofereciam-se uma variedade de cursos que abrangiam diferentes áreas do conhecimento. Alguns exemplos comuns incluíam Direito Civil e Canônico, Medicina, Teologia e Artes Liberais, que consistiam no Trivium (gramática, retórica e lógica) e no Quadrivium (aritmética, geometria, música e astronomia). Os cursos mais reconhecidos e renomados eram de medicina, Direito e Filosofia. Os estudantes e professores desses cursos tinham melhores salários e melhores oportunidades de emprego. Os cursos de Artes eram considerados de menor importância nesse aspecto. Deve-se frisar que quando se é referido ao curso ter maior ou menor relevância, refere-se ao aspecto de cargos e salário. Sendo assim, os cursos para os alunos e professores de Filosofia, Direito e Medicina tinham os melhores salários.

Voltando as universidades da Idade Média, como a Universidade de Bolonha, Oxford e Paris, elas desempenharam um papel crucial no desenvolvimento do conhecimento acadêmico e na formação de estudantes durante esse período histórico, e o seu cotidiano era rico em atividades intelectuais e o ensino centrado em

cursos específicos, divididos em duas partes principais: o Trivium e o Quadrivium. As áreas de conhecimento dividiam-se em:

1) Direito Civil e Canônico: O estudo do direito era uma área importante nas universidades medievais. O direito civil abrangia as leis e regulamentos civis, enquanto o direito canônico se concentrava nas leis e regulamentos da Igreja. Esses cursos eram frequentemente ministrados nas universidades mais renomadas, como a Universidade de Bolonha. Esse curso tinha um papel crucial no ensino e na formação dos estudantes, pois o Direito era uma das principais disciplinas ensinadas, juntamente com a Teologia, a Medicina e as Artes Liberais. O currículo de Direito Civil e Canônico nas universidades medievais era baseado em uma combinação de fontes legais romanas e canônicas. O Direito Civil se referia às leis e práticas jurídicas baseadas no direito romano, enquanto o Direito Canônico dizia respeito às leis e regulamentos da Igreja Católica. Ambas as áreas eram consideradas essenciais para a sociedade da Idade Média, e o ensino delas visava formar juristas e clérigos qualificados. As aulas de Direito eram conduzidas principalmente por meio da leitura e comentários de textos legais. Os estudantes eram expostos a uma variedade de fontes, incluindo o Código de Justiniano, uma compilação do direito romano, e os decretos e leis canônicas promulgados pela Igreja. Esses textos eram estudados, analisados e interpretados pelos alunos sob a orientação dos professores. O ensino do Direito Civil e Canônico era realizado principalmente em latim, a língua franca da época. A capacidade de compreender e argumentar em latim era considerada fundamental para o estudo e a prática do Direito. Os estudantes eram incentivados a desenvolver habilidades retóricas e argumentativas para aplicar o conhecimento legal em situações práticas. Além das aulas teóricas, havia também disputas e debates conhecidos como "disputationes", onde os alunos tinham a oportunidade de aprimorar suas habilidades argumentativas e defender pontos de vista legais. Essas disputas eram conduzidas em um formato formal e ajudavam a desenvolver as habilidades de raciocínio jurídico dos estudantes. Ao concluir o curso de Direito Civil e Canônico, os estudantes recebiam um título acadêmico, como o de "bacharel em direito" ou "mestre em direito". Esses títulos permitiam que os graduados prosseguissem suas carreiras como juristas, assessores legais ou clérigos dentro da Igreja. É importante ressaltar que o sistema legal da Idade Média era baseado em tradições e práticas diferentes das que temos hoje. O Direito era frequentemente interpretado e aplicado de acordo com os costumes locais e as tradições feudais. Além disso, o Direito Canônico

desempenhava um papel significativo na regulação de assuntos eclesiásticos, incluindo questões de casamento, propriedade e moral. O curso de Teologia nas universidades medievais desempenhava um papel central na formação dos estudantes durante a Idade Média. A Teologia era considerada a "rainha das ciências" e era ensinada como uma disciplina fundamental nas universidades da época.

2) A medicina era outro campo de estudo popular nas universidades da época. Os cursos de medicina se baseavam principalmente nos textos clássicos de médicos romanos, como Hipócrates e Galeno. Os alunos aprendiam sobre anatomia, fisiologia, diagnóstico e tratamento de doenças. A Universidade de Salerno, na Itália, era famosa por seus estudos em medicina durante a Idade Média. Os estudantes de medicina, conhecidos como "discípulos", passavam vários anos assistindo às aulas e adquirindo conhecimentos teóricos. Após concluir essa etapa, eles recebiam o título de "bacharel" em medicina. No entanto, para se tornarem médicos praticantes, eles precisavam continuar seus estudos em outros lugares, como hospitais ou com médicos experientes, para obter experiência prática. O ensino da medicina era realizado principalmente em latim, a língua franca da época, o que limitava o acesso ao conhecimento apenas a um grupo restrito de pessoas que dominavam essa língua. É importante ressaltar que o entendimento científico e as práticas médicas da Idade Média diferiam significativamente dos padrões e conhecimentos atuais. A medicina da Idade Média era fortemente influenciada por crenças religiosas, magia e superstição. O tratamento de doenças envolvia a aplicação de teorias dos quatro humores (sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra) e métodos como sangrias, purgações e uso de ervas medicinais. O curso de medicina nas universidades da Idade Média tinha características bastante diferentes das práticas atuais. Naquela época, a medicina era baseada principalmente em teorias e conhecimentos herdados da medicina greco-romana, principalmente dos escritos de Hipócrates e Galeno. O ensino da medicina era oferecido como parte dos estudos nas faculdades de Artes Liberais, e não como uma disciplina independente. O objetivo principal do curso era formar médicos para atender às necessidades da Igreja e da sociedade em geral. O currículo médico da Idade Média era baseado em livros e manuscritos antigos, muitos dos quais eram traduções e compilações de textos médicos greco-romanos. As principais obras utilizadas incluíam os tratados de Hipócrates, como o "Corpus Hippocraticum", e os escritos de Galeno, como "De Humani Corporis Fabrica". Essas obras eram lidas, estudadas e comentadas pelos alunos e professores. As aulas eram realizadas

principalmente por meio da leitura e interpretação desses textos, com ênfase na memorização e na compreensão teórica. As práticas clínicas eram limitadas e, muitas vezes, baseadas em observações superficiais. A dissecação de cadáveres era rara e, em alguns lugares, até mesmo proibida por questões religiosas e culturais,(Ullmann, 2000).

3) A teologia era o estudo da religião e da fé, e era um componente central da educação universitária na Idade Média. Os estudantes de teologia se aprofundavam nos ensinamentos da Igreja e exploravam questões filosóficas e doutrinárias. A Universidade de Paris era conhecida por seus estudos teológicos e por sua influência no pensamento teológico da Idade Média.O currículo de Teologia nas universidades medievais era baseado principalmente no estudo e interpretação dos textos sagrados, como a Bíblia e os escritos dos Padres da Igreja. Os estudantes eram expostos a uma ampla gama de fontes teológicas, incluindo a teologia patrística, a filosofia escolástica e a doutrina cristã.

O ensino da Teologia era realizado principalmente em latim, a língua franca da época, e os estudantes eram incentivados a desenvolver habilidades em latim para entender e discutir questões teológicas complexas. A fluência no latim era considerada essencial para o estudo e a prática da Teologia.A s aulas de Teologia eram ministradas em formatos como palestras, disputas e debates acadêmicos. Os estudantes tinham a oportunidade de aprender por meio da leitura e comentário de textos teológicos, bem como por meio de discussões e trocas de ideias com seus colegas e professores. O currículo de Teologia nas universidades medievais também incluía o estudo da filosofia, especialmente a filosofia aristotélica, que desempenhou um papel importante no desenvolvimento da teologia escolástica. Os estudantes estudavam os escritos de filósofos como Aristóteles e Santo Agostinho para estabelecer uma base filosófica sólida para a compreensão e a análise teológica.Os estudantes de Teologia seguiam um caminho gradual de estudo e formação. Inicialmente, eram chamados de "bachelor" (bacharéis) e, ao concluir essa etapa, podiam receber o título de "mestre em Teologia". Os mestres em Teologia tinham autoridade para ensinar e discutir questões teológicas e muitas vezes se tornavam professores em universidades ou serviam como conselheiros e teólogos em cargos eclesiásticos (Umberto Eco, 2016). Vale ressaltar que o ensino da Teologia na Idade Média era fortemente influenciado pela Igreja Católica e seus dogmas. A Teologia era ensinada dentro do contexto da fé cristã e tinha como objetivo aprofundar a

compreensão dos estudantes sobre os ensinamentos e a doutrina da Igreja. 4) As Artes Liberais eram uma parte fundamental da educação universitária. Eles consistiam no Trivium (gramática, retórica e lógica) e no Quadrivium (aritmética, geometria, música e astronomia), como mencionado anteriormente. Esses cursos forneciam uma base ampla de conhecimento e habilidades intelectuais. O curso de Artes Liberais nas universidades medievais era uma parte fundamental da educação na Idade Média. Também conhecido como Trivium e Quadrivium, o currículo das Artes Liberais era composto por um conjunto de disciplinas que proporcionavam uma base sólida para o estudo e o desenvolvimento intelectual dos estudantes. O Trivium consistia em três disciplinas: gramática, retórica e lógica. A gramática envolvia o estudo da linguagem, a compreensão e o uso correto do latim, bem como a interpretação de textos clássicos. A retórica era a arte da persuasão e da comunicação eficaz, ensinando os estudantes a expressar suas ideias de forma clara e convincente. A lógica focava no raciocínio e no pensamento crítico, ensinando os estudantes a analisar argumentos, identificar falácias e construir argumentos válidos. O Quadrivium era composto por quatro disciplinas: aritmética, geometria, música e astronomia. A aritmética envolvia o estudo dos números, das operações matemáticas básicas e das proporções. A geometria tratava das formas, das medidas e da relação entre os objetos no espaço. A música incluía o estudo da teoria musical, como harmonia, melodia e ritmo. A astronomia abrangia o estudo dos astros, dos movimentos celestiais e da relação entre os corpos celestes. O currículo das Artes Liberais era projetado para fornecer aos estudantes as habilidades intelectuais e o conhecimento necessário para desenvolver uma educação completa. As disciplinas das Artes Liberais eram consideradas preparatórias para estudos mais avançados em disciplinas como Teologia, Direito e Medicina. O ensino das Artes Liberais era realizado principalmente por meio de palestras, discussões e exercícios práticos. Os estudantes eram expostos a textos clássicos e a obras de filósofos e pensadores da época. O objetivo principal era desenvolver habilidades de pensamento crítico, análise, expressão oral e escrita, bem como fornecer uma base sólida para o aprendizado avançado em outras disciplinas. Após concluir o curso de Artes Liberais, os estudantes podiam prosseguir para estudos mais especializados em áreas como Teologia, Direito, Medicina ou mesmo Filosofia. O conhecimento adquirido nas Artes Liberais servia como uma base essencial para esses estudos avançados. Vale ressaltar que o currículo das Artes Liberais variava um pouco de uma universidade para outra e ao longo do tempo. Além disso, a ênfase nas disciplinas das

Artes Liberais poderia diferir dependendo do objetivo da formação do estudante, como se tornar um clérigo, um jurista ou um médico (Umberto Eco, 2016).

Em resumo, nas universidades da Idade Média como a Universidade de Bolonha, o ensino era baseado em leituras e discussões em sala de aula. Os estudantes ouviam atentamente, faziam anotações e participavam ativamente das discussões. Os cursos mais prestigiosos eram os de medicina, Direito e Filosofia, enquanto as Artes tinham menor importância em termos de cargos e salários.

5.3 O RENASCIMENTO

O Renascimento desempenhou um papel fundamental na evolução da cultura, da filosofia e da sociedade ocidental. O Renascimento (ou Renascença) foi um conjunto das transformações literárias, artísticas e científicas, que se ocorreram na Europa; sobretudo na Itália; nos séculos XV (1400) e XVI (1500). Caracterizou-se como um movimento cultural marcado por uma redescoberta e uma revalorização das obras da antiguidade clássica, em particular as de autores gregos e romanos, como Platão, Aristóteles e Cícero. Durante o Renascimento, houve uma ênfase na valorização do indivíduo, no humanismo e na busca pelo conhecimento em uma variedade de áreas, incluindo a filosofia, a arte, a ciência e a literatura. Os humanistas renascentistas valorizavam a educação, a erudição e a criatividade. Na filosofia, o Renascimento viu a continuação das discussões sobre a relação entre fé e razão, influenciadas pelas ideias dos escolásticos medievais, mas com uma crescente ênfase na autonomia da razão e na capacidade humana de entender o mundo. Dante, Petrarca e Boccaccio, os três supremos escritores italianos do fim da Idade Média, são considerados os mais importantes influenciadores do humanismo, e portanto, os precursores do Renascimento. Os fatores que promoveram o desenvolvimento do humanismo, foram em síntese os ataques dos turcos contra Constantinopla, quanto muitos eruditos bizantinos fugiram de Constantinopla e se estabelecem no ocidente. Com eles vieram textos até então desconhecidos, e houve o ensino do idioma grego. Basílio Bessarion (1403-1472), dirigente da igreja ortodoxa, converteu-se ao catolicismo e estabeleceu-se em Roma, onde chegou a ser cardeal. Bessarion trouxe de Constantinopla mais de 800 códices gregos e latinos, que continham obras de Tácito, Sófocles e Tito Lívio. Aldo Manucio (1450-1515), editor tipógrafo veneziano, pública a maioria dos autores clássicos, entre eles (e pela primeira vez), 28 autores

gregos. Os mecenas, representados pelos Papas e bispos, reis e príncipes, banqueiros e comerciantes, protegeram e estimularam a tarefa dos humanistas, dos quais destacaram-se: 1) O papa Nicolau V (1447-1455), que conseguiu reunir mais de 5 000 manuscritos, formando assim- para o Vaticano uma vasta biblioteca classica; 2) Lourenço o Magnifico (1449-1492), dos médicos, poderosa família de banqueiros que dominou Florença “ a capital do humanismo e do renascimento, cerebro, cerebro e coração da Itália, e entre os Humanistas temos: 1) Antônio de nebrja (1441-1522), latinista e gramático; 2) Juan Luis Vives (1492-1540), filósofo, moralista e pedagogo; 3) Desiderio Erasmo - Erasmo de Roterdã (1460-1536), aclamado universalmente Como o príncipe dos humanistas, e o homem mais civilizado de seu tempo.

Em resumo, o Renascimento foi um período de redescoberta das obras da antiguidade clássica e um enfoque na valorização do indivíduo, enquanto a Modernidade abrangeu um período mais longo e viu o surgimento da filosofia moderna, impulsionada pelo pensamento crítico e pela ênfase na razão, com implicações significativas para a política, a ciência e a cultura. Esses dois períodos desempenharam papéis fundamentais na formação do mundo ocidental moderno.

5.4 AS CIÊNCIAS SOCIAIS

No início da Modernidade, surgiu um ramo específico de estudos, as chamadas Ciências Sociais, que fazem parte da vida acadêmica nos tempos contemporâneos. Neste ponto cabe destacar Wilhelm Christian Ludwig Dilthey (1833-1911), historiador, filósofo hermenêutico e sociólogo alemão, uma figura central e influente cuja obra ainda ecoa nas discussões teóricas e metodológicas sobre a história como ciência histórica, o historicismo, as ciências históricas e sociais, o cientificismo e a teoria histórica. Dilthey e seus contemporâneos desempenharam papéis originais, essenciais e significativos no campo dos estudos históricos, contribuindo para a diversificação das proposições sobre o papel do historiador. O que formava os ramos das ciências naturais, nas primeiras universidades, foi às bases filosóficas da teologia; a filosofia e as ciências jurídicas, bem como as artes Sênecas como a música, e a pintura, entre outras artes. A essência da estrutura acadêmica estava centrada na divisão entre quadrivritum (estrutura das ciências) e triviritum (estrutura das artes cênicas). Assim, pela sua estrutura, o que poderia chegar mais próximo das

denominadas ciências sociais seriam algumas práticas presentes na área jurídica, teológica e artística (Haskins, 2015). Na vivência acadêmica, a principal função do professor daquele período era o ensino da gramática, e era em seu entorno que a vida do professor girava. Em outras palavras, o que professor da Idade Média fazia era ensinar a gramática, primeiramente para a alfabetização e depois no seu letramento que se compunha de cinco etapas, estruturalmente construídas em sequência, formadas por “passivo bruto incompleto”, “passivo bruto completo”, “passivo incipiente” “passivo refinado” e “passivo culto”. Essa visão estruturada do ensino nos permite traçar uma analogia com a estrutura acadêmica atual, que está centrada em eixos de formação, que se referem às temáticas que abordam a diversidade por meio de ações de formação a todo indivíduo, na sua singularidade, de acordo com suas potencialidades. Esses eixos buscam estruturar as ações formativas referentes aos currículos acadêmicos, tendo como principais objetivos estabelecer as competências a serem desenvolvidas, e normalmente são estruturados em dois grandes grupos: a Formação Geral e a Formação Específica. Como instrumento a serem utilizados nessas composições tem-se a base do relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, denominado “Um Tesouro a Descobrir” (2003), tendo Jacques Delors como presidente da referida comissão, faz uma discussão extremamente aprofundada sobre a sociedade, a educação, a tecnologia, a inclusão digital e o desenvolvimento, como destaca Haskins (2015) que afirma ser antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança.

6 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: O QUE HERDAMOS DA UNIVERSIDADE DE BOLONHA?

O conceito de prática pedagógica é diverso e está atrelado a compreensão que se tem de pedagogia e o sentido que é atribuído a essa prática. Dessa diversidade, surgem as diferentes concepções de práticas pedagógicas.

Percebe-se, portanto, que falar de prática pedagógica é falar de uma concepção de Pedagogia e, além disso, do papel relacional dessa ciência com o exercício da prática docente. Dessa forma, só é possível ajuizar um conceito para práticas pedagógicas quando for definida a priori a concepção de Pedagogia, de prática docente e, fundamentalmente, a relação epistemológica entre Pedagogia e prática docente (Franco, 2016, p. 540).

Não se devem confundir práticas docentes com práticas pedagógicas, pois as práticas pedagógicas são essencialmente sociais enquanto as práticas docentes são ou englobam as práticas pedagógicas e são científicas técnicas.

Entre as diferentes concepções de prática pedagógica, neste trabalho recorreremos a conceituação de Franco (2016, p. 542) ao explicar que:

As práticas pedagógicas são aquelas que se organizam para concretizar determinadas expectativas educacionais. São práticas carregadas de intencionalidade uma vez que o próprio sentido de práxis se configura por meio do estabelecimento de uma intencionalidade, que dirige e dá sentido à ação, solicitando uma intervenção planejada e científica sobre o objeto, com vistas à transformação da realidade social.

Tem-se também a classificação em totalidade e particularidades. A totalidade é o contexto geral onde se desenvolvem as práticas pedagógicas e as particularidades são os vários elementos que envolvem as práticas pedagógicas.

Devem-se diferenciar práticas pedagógicas de outras práticas como as práticas educacionais. As práticas educacionais são mais abrangentes e englobam as práticas pedagógicas.

Franco (2016, p. 547) esclarece que as práticas pedagógicas

incluem desde o planejamento e a sistematização da dinâmica dos processos de aprendizagem até a caminhada no meio de processos que ocorrem para além da aprendizagem, de forma a garantir o ensino de conteúdos e atividades que são considerados fundamentais para aquele estágio de formação do aluno, e, por meio desse processo, criar nos alunos mecanismos de mobilização de seus saberes anteriores construídos em outros espaços educativos.

Quando se fala de formação, se fala do homem como “animal” político, portanto as práticas pedagógicas devem buscar a formação da pessoa como um agente de transformação social.

As práticas pedagógicas no mundo contemporâneo têm passado por uma série de mudanças e evoluções em resposta aos desafios e oportunidades que a sociedade enfrenta atualmente. Seu processo evolutivo incorporou a tecnologia na Educação, que passou a desempenhar um papel central, através do fortalecimento da educação online, com a aprendizagem móvel e o uso de ferramentas digitais, que transformaram a forma como os alunos acessam o conhecimento e interagem com os materiais de ensino. As plataformas de ensino a distância e os recursos interativos têm criado uma interação entre as redes sociais e as redes educacionais em aparelhos móveis, de acesso ininterrupto, com interface amigável, facilitando a inclusão e diversidade, aproximando alunos com diversas necessidades e origens culturais, facilitando práticas pedagógicas que propiciem criar ambientes de aprendizado inclusivos, onde todos os alunos tenham oportunidades iguais de sucesso.

Outro item interessante a ser destacado é o aprendizado personalizado, valorizado nas práticas pedagógicas contemporâneas, que reconhecem que os alunos têm diferentes estilos de aprendizagem e necessidades. Com isso os professores podem utilizar abordagens mais flexíveis, como a diferenciação instrucional, para atender às demandas individuais dos alunos. A ênfase na Habilidade do Pensamento Crítico, que busca promover a capacidade dos alunos de analisar, sintetizar informações e resolver problemas complexos, que associado com o aprendizado baseado em projetos e colaborativo busca trabalhar projetos práticos que têm relevância no mundo real. Além disso, a colaboração entre os alunos é incentivada, preparando-os para trabalhar em equipe e resolver problemas de forma conjunta. Esse conjunto de saberes se completa com a ênfase no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, que presta atenção ao desenvolvimento de habilidades como empatia, resolução de conflitos e inteligência emocional. Essas habilidades são consideradas essenciais para o sucesso na vida e no trabalho.

Por final, o sistema de avaliação, que de somatório passa a ser formativa, que fornece *feedback* contínuo para os alunos, permitindo-lhes ajustar seu aprendizado à medida que avançam. Portanto, a educação passa a ser para o longo da vida, e não mais como algo que ocorre apenas na infância e juventude, promovendo oportunidades contínuas de aprendizado e desenvolvimento profissional.

Em resumo, as práticas pedagógicas no mundo contemporâneo refletem a necessidade de preparar os alunos para um mundo em constante mudança. Isso envolve o uso efetivo da tecnologia, a promoção de habilidades de pensamento crítico, a valorização da diversidade e a ênfase no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, criando assim um ambiente de aprendizado mais flexível e inclusivo.

6.1 AS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS QUE EMBASARAM A FORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BOLONHA E O PROCESSO DE BOLONHA

A Declaração de Bolonha, também conhecida como o Processo de Bolonha, é um acordo assinado por ministros da Educação de 29 países europeus em 1999, na cidade de Bolonha, Itália. O principal objetivo desse acordo foi de promover a convergência e harmonização dos sistemas de ensino superior na Europa, com a criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES), facilitando a mobilidade de estudantes, promovendo a qualidade do ensino e da investigação científica, e aumentando a competitividade internacional das universidades europeias, facilitando o reconhecimento mútuo dos diplomas entre os países participantes.

A história das universidades e o processo de Bolonha estão intrinsecamente ligados, uma vez que as características fundamentais que embasaram a formação das universidades medievais estiveram na base das reformas do ensino superior na Europa, conhecidas como o "Processo de Bolonha". Essa conexão entre passado e presente na educação superior é fascinante e revela como os princípios centrais que deram origem às universidades continuam a influenciar o sistema de ensino superior na contemporaneidade. Vamos explorar, nesta discussão, essas características fundamentais que moldaram o surgimento das universidades e seu impacto duradouro no processo de Bolonha.

- 1) Sistema de Graus Comuns: Um dos principais objetivos da Declaração de Bolonha foi a introdução de um sistema de graus comuns em toda a Europa. Isso envolveu a criação de três ciclos de estudos: Bacharelado, Mestrado e Doutorado (ou equivalente).
- 2) Padronização e Comparabilidade: As universidades concordaram em adotar o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS) para facilitar a transferência de estudantes e o reconhecimento de créditos em diferentes países.
- 3) Mobilidade Estudantil e Docente: O Processo de Bolonha promoveu a mobilidade de estudantes e professores, incentivando intercâmbios acadêmicos entre instituições de ensino superior europeias. Isso

envolveu a eliminação de barreiras burocráticas e a promoção da diversidade e internacionalização das universidades. 4) Avaliação e Garantia de Qualidade: As universidades se comprometeram a estabelecer sistemas de garantia de qualidade e avaliação para melhorar a qualidade do ensino superior e garantir que os padrões de qualidade fossem atendidos. 5) Acesso Equitativo e Inclusão: O Processo de Bolonha enfatizou a importância de garantir o acesso equitativo à educação superior, independentemente da origem socioeconômica dos estudantes. Isso incluiu medidas para promover a inclusão de grupos sub-representados. 6) Aproximação entre Pesquisa e Ensino: A Declaração de Bolonha também promoveu uma aproximação entre a pesquisa e o ensino, incentivando as universidades a integrar a pesquisa em seus programas de graduação e a promover a pesquisa orientada para o mercado de trabalho. 7) Língua Inglesa: Uma tendência que emergiu com o Processo de Bolonha foi o aumento do uso da língua inglesa como língua de instrução em cursos de pós-graduação. Isso tornou as universidades europeias mais atraentes para estudantes internacionais. 8) Flexibilidade Curricular: O sistema de Bolonha também incentivou a flexibilidade curricular, permitindo que os estudantes personalizem seus programas de estudo de acordo com seus interesses e objetivos de carreira. 9) Aprendizagem ao Longo da Vida: O Processo de Bolonha reconheceu a importância da educação ao longo da vida, incentivando a formação contínua e o desenvolvimento profissional ao longo de toda a vida.

Muito embora esse modelo tenha por objetivo criar um sistema de ensino superior europeu mais coeso, flexível e orientado para a qualidade, promovendo a mobilidade de estudantes e a colaboração acadêmica em toda a Europa, algumas de suas características fundamentais estão alicerçadas na própria formação da Universidade de Bolonha, como demonstrado no Quadro 1 a seguir.

Esses princípios ajudaram a estabelecer as bases para a evolução da universidade como uma instituição de ensino e pesquisa ao longo da Idade Média e, posteriormente, para o desenvolvimento das universidades modernas em todo o mundo.

A Universidade de Bolonha é frequentemente vista como um marco histórico na história da educação superior e da academia, e seus princípios foram referendados na Declaração de Bolonha, também conhecida como o Processo de Bolonha, que foi um acordo assinado por ministros da Educação de 29 países europeus em 1999, na cidade de Bolonha, Itália. O principal objetivo desse acordo foi de criar um Espaço

Europeu de Ensino Superior unificado e compatível, o que implicou em uma série de reformas e mudanças nas universidades europeias.

O Quadro 1 abaixo, retrata as principais características e objetivos da Declaração de Bolonha, que foi um marco importante no cenário educacional europeu. Firmada em 19 de junho de 1999 por ministros da Educação de 29 países europeus, em Bolonha, na Itália, teve seu principal objetivo na criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior, visando à harmonização e modernização dos sistemas de ensino superior na Europa. A importância desse fato é histórica, pois implanta na contemporaneidade processos fundamentados na Universidade de Bolonha, o que referenda sua importância para o mundo acadêmico.

Quadro 1: Análise Comparativa da Universidade de Bolonha e do Processo de Bolonha

Processos Acadêmicos	Universidade de Bolonha	Processo de Bolonha (Declaração de Bolonha de 1999)
Graus Acadêmicos	Criou o sistema de graus acadêmicos, em diferentes níveis de reconhecimento aos estudantes que concluíssem seus estudos, surgindo a estrutura de: Graduação, Mestrado e Doutorado	Um dos principais objetivos da Declaração de Bolonha foi a introdução de um sistema de graus comuns em toda a Europa. Isso envolveu a criação de três ciclos de estudos: Bacharelado, Mestrado e Doutorado (ou equivalente)
Sistema de Créditos Europeus	uma linguagem comum para descrever programas de estudo, facilitando a comparação e o reconhecimento de estudos e qualificações em diferentes países.	O Sistema de Créditos Europeus (ECTS) é utilizado para quantificar e facilitar a transferência de créditos acadêmicos entre instituições de ensino superior participantes do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES).
Mobilidade Estudantil e Docente	Ao permitir o ingresso de estudantes e professores de toda a Europa, contribuiu para a internacionalização e o intercâmbio do ensino.	O Processo de Bolonha promoveu a mobilidade de estudantes e professores, incentivando intercâmbios acadêmicos entre instituições de ensino superior europeias
Padronização e Comparabilidade	Dividiu o ensino e a pesquisa em várias faculdades e cada uma se especializava em um campo específico de estudo	As universidades concordaram em adotar o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS) para facilitar a transferência de estudantes e o reconhecimento de créditos em diferentes países.
Avaliação e Garantia de Qualidade	Estabelecida pelos rigorosos exames de graduação, mestrado e doutorado, e principalmente pela reputação de seus professores, diversidade e demanda de seus cursos.	As universidades se comprometeram a estabelecer sistemas de garantia de qualidade e avaliação para melhorar a qualidade do ensino

		superior e garantir que os padrões de qualidade fossem atendidos
Acesso Equitativo e Inclusão	O acesso era frequentemente reservado para aqueles que pertenciam a classes sociais mais altas, como a nobreza ou o clero, e o custo da educação era proibitivo para muitos.	O Processo de Bolonha enfatizou a importância de garantir o acesso equitativo à educação superior, independentemente da origem socioeconômica dos estudantes.
Aproximação entre Pesquisa e Ensino	Promoveu de forma pioneira a integração da pesquisa e do ensino, incentivando os professores a promoverem pesquisas ao mesmo tempo em que lecionavam	A Declaração de Bolonha também promoveu uma aproximação entre a pesquisa e o ensino, incentivando as universidades a integrar a pesquisa em seus programas de graduação e a promover a pesquisa orientada para o mercado de trabalho

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

As principais características e objetivos da Declaração de Bolonha incluem: 1) Adoção de um Sistema de Graus Comuns: Introduziu um sistema de graus comuns em toda a Europa, dividido em três ciclos de estudos: Bacharelado, Mestrado e Doutorado (ou equivalente). Isso foi feito para facilitar a mobilidade dos estudantes e profissionais no espaço europeu. 2) Promoção da Mobilidade Estudantil e Docente: Incentivou intercâmbios acadêmicos entre instituições de ensino superior europeias, permitindo que estudantes e professores se desloquem livremente entre os países participantes. 3) Padronização e Comparabilidade: Comprometeu as universidades a adotarem o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS), facilitando a comparação e transferência de créditos entre diferentes sistemas educacionais europeus. Para medir o trabalho do aluno, as instituições de ensino superior na Europa usam um padrão único europeu: os créditos ECTS (*European Credit Transfer System*), que garantem a convergência dos diferentes sistemas europeus de educação superior. Cada crédito equivale a 25 horas de trabalho do estudante: horas letivas, de estudo, elaboração de trabalhos e estágios. As graduações, por exemplo, têm uma duração de 240 créditos ECTS. Os créditos são atribuídos a vários componentes de um programa de estudos, como módulos, estágios, trabalhos de conclusão de curso, etc. 4) Estabelecimento de Sistemas de Garantia de Qualidade: As universidades concordaram em estabelecer sistemas de garantia de qualidade para melhorar a qualidade do ensino superior e garantir que os padrões de qualidade fossem atendidos. 5) Acesso Equitativo à Educação: Enfatizou a importância de garantir o acesso equitativo à educação superior,

independentemente da origem socioeconômica dos estudantes. 6) Integração da Pesquisa com o Ensino: Promoveu uma maior integração entre pesquisa e ensino, incentivando as universidades a integrarem a pesquisa em seus programas de graduação e a promoverem a pesquisa orientada para o mercado de trabalho.

No geral, a Declaração de Bolonha teve um impacto significativo na harmonização e modernização do ensino superior na Europa, facilitando a mobilidade dos estudantes e profissionais, melhorando a qualidade do ensino e promovendo a competitividade internacional das instituições europeias de ensino superior.

6.2 O QUE HERDAMOS DA UNIVERSIDADE DE BOLONHA

A Universidade de Bolonha, que foi fundada em 1088, é considerada uma das instituições de ensino superior mais antigas da Europa e estabeleceu princípios que influenciaram o desenvolvimento das universidades medievais contribuindo em vários aspectos, para fundamentar as bases da universidade contemporânea, a saber:

1) A primeira contribuição a merecer destaque é a criação dos sistemas dos Três Ciclos de Estudos, que reconhece aos estudantes que concluem seus estudos, a outorga de titulação em níveis de graus acadêmicos: Graduação, Mestrado e Doutorado. Destaca-se em sequencia, outros pontos relevantes instituídos em Bolonha, que remetem à contemporaneidade.

2) Ênfase na Aprendizagem Ativa: A Universidade de Bolonha, ao promover a importância do debate como ferramentas para a busca do conhecimento, praticava uma abordagem de ensino centrada no aluno, incentivando métodos de ensino interativos, condizentes com as ênfases das modelagens ativas de aprendizagem.

3) Sistema de Créditos: A universidade de Bolonha criou as bases para um sistema de Padronização e Comparabilidade ao dividir o ensino e a pesquisa em várias faculdades e departamentos, e cada uma se especializando em um campo específico de estudo. Esse processo criou as bases para a formação do Espaço Europeu de ensino Superior, através da Declaração de Bolonha (1999) quando as universidades concordaram em adotar o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS) facilitando a transferência de estudantes e o reconhecimento de créditos em diferentes países. Atualmente muitas universidades adotam o sistema de créditos para facilitar a transferência de entre as instituições.

4) Aproximação e a Integração entre Pesquisa e Ensino: Promoveu de forma pioneira a integração da pesquisa e do ensino, incentivando os professores a promoverem pesquisas ao mesmo tempo em que lecionavam. Esse processo foi referendado na Declaração de Bolonha (1999) que prega uma aproximação entre a pesquisa e o ensino, incentivando as universidades a integrar a pesquisa em seus programas de graduação e a promover a pesquisa orientada para o mercado de trabalho. Nas universidades contemporâneas, destaca-se a busca da pesquisa e da inovação, em áreas de foco específicas (saúde, mercado de trabalho, etc..) e a busca por parcerias em projetos, que já são previamente estabelecidos como metas institucionais, criando o elo apregoado por Bolonha entre a pesquisa e o ensino.

5) Avaliação e Garantia de Qualidade: Bolonha Incentivou os primeiros conceitos de sistemas de garantia da qualidade para avaliar e melhorar continuamente o ensino superior. Seus critérios iniciais estabeleciam apenas rigorosos exames para os alunos de graduação, mestrado ou doutorado, mas sua reputação vinha principalmente pela qualidade de seus professores e pela diversidade e demanda de seus cursos. Nas universidades atuais há uma ênfase crescente na avaliação e na garantia de qualidade com os processos formais de avaliação, havendo comissões próprias para atender a esse critério. Os processos avaliativos passam por critérios internos e externos, gerando informações que são públicas. Nesse contexto, as universidades buscam estabelecer sistemas de garantia de qualidade da própria avaliação, para melhorar a qualidade do ensino superior e garantir que os padrões de qualidade sejam atendidos.

6) Flexibilidade Curricular: A Universidade de Bolonha buscou introduzir maior flexibilidade curricular para os estudantes, onde os professores possuíam autonomia para desenvolver e ensinar seus próprios currículos, dentro das faculdades a que estavam vinculados. Posteriormente, permitiu que os estudantes personalizassem seus programas de estudo de acordo com seus interesses e objetivos de carreira. Atualmente, as universidades Atuais têm adotado modelos mais flexíveis de currículo, permitindo escolhas e especializações personalizadas, dentro de uma vasta opção de ensino, ou em processos modulares.

7) A Internacionalização e a Mobilidade Estudantil e Docente: A internacionalização acadêmica está refletida na colaboração e na troca de conhecimento entre instituições de diferentes países, e é manifestada de diversas formas incluindo a mobilidade Estudantil; a cooperação Internacional; a diversificação

do Corpo Docente; currículos com uma perspectiva global; bem como na própria pesquisa Internacional e no incentivo ao uso de uma língua Estrangeira. Todas essas características estavam presentes na universidade de Bolonha, pois ao permitir o ingresso de estudantes e professores de toda a Europa, contribuiu para a internacionalização e o intercâmbio do ensino, promovendo a mobilidade estudantil e a colaboração entre instituições de diferentes países.

8) Estrutura Administrativa e Regulamentação: A Universidade de Bolonha, fundada em 1088, teve uma estrutura administrativa única para sua época. Originariamente foi um produto da iniciativa de professores e estudantes que se reuniram para criar um ambiente de aprendizagem, onde esses estudos buscavam a autonomia acadêmica e estavam envolvidos na seleção de professores e na organização do ensino. Posteriormente foram formadas as Cátedras que eram cadeiras de ensino dedicadas a disciplinas específicas, sendo que cada cátedra era associada a uma faculdade ou escola, focada em uma área particular de estudo, como direito, medicina, filosofia, etc. Ao longo do tempo, foram constituídos magistrados universitários adequados para fornecer uma estrutura mais formal de governança. Esses magistrados incluíam um reitor ou chanceler, que representava a universidade em assuntos externos, e outros oficiais administrativos que lidavam com questões internas. Uma característica notável da Universidade de Bolonha era a sua autonomia, que incluía o direito de conceder diplomas e a capacidade de decidir sobre assuntos acadêmicos sem interferência externa. Atualmente as estruturas universitárias possuem em síntese a mesma estrutura: Uma cátedra ou área particular de estudo, uma Reitoria e posteriormente as áreas de apoio como as Vice-Reitorias/Pró-Reitorias; Departamentos Acadêmicos; Administração Financeira e Orçamentária. Destaca-se ainda a manutenção do direito de conceder diplomas e a capacidade de decidir sobre assuntos acadêmicos sem interferência externa.

A Universidade de Bolonha desempenhou um papel fundamental na moldagem da universidade contemporânea, deixando um legado significativo que influencia o meio acadêmico atual. No Quadro 2 a seguir, foram retratadas as principais contribuições que se mantêm.

Quadro 2: O que herdamos da Universidade de Bolonha

O que herdamos	Universidade de Bolonha	Universidade Contemporânea
Ciclos de Estudos	Criou o sistema de graus acadêmicos, em diferentes níveis de reconhecimento aos estudantes que concluíssem seus estudos, com a outorga da titulação em níveis de: Graduação, Mestrado e Doutorado	Permanência do uso dos graus acadêmicos em seus diferentes níveis de conquistas educacionais, que representam a complexidade quanto a duração e requisitos específicos, como o Bacharelado (Graduação): Mestrado e Doutorado. Além desses, existem outros certificados e diplomas que representam níveis variados de especialização e conhecimento em uma área específica, mas a estrutura básica permanece a mesma
Ênfase na Aprendizagem Ativa	A Universidade de Bolonha, ao promover a importância do debate como ferramentas para a busca do conhecimento, praticava uma abordagem de ensino centrada no aluno, incentivando métodos de ensino interativos, condizentes com as ênfases das modelagens ativas de aprendizagem.	Pratica-se a ênfase na aprendizagem ativa como uma abordagem centrada no aluno, onde os estudantes participam ativamente do processo de aprendizado, envolvendo muitas vezes atividades em grupo, colaboração e discussões, para a resolução de problemas, aplicando conceitos aprendidos a situações práticas. Reconhece-se que a aprendizagem ativa é mais eficaz do que métodos de ensino mais passivos, pois os alunos têm a oportunidade de desenvolver habilidades cognitivas mais profundas, melhorando a retenção do conhecimento e aplicando conceitos em contextos do mundo real. Essa abordagem, embora reflita uma mudança de paradigma na educação, tem sua origem na universidade de Bolonha, onde os estudantes aprendiam que a participação ativa era crucial para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida.
Sistema de Créditos	A universidade de Bolonha criou as bases para um sistema de Padronização e Comparabilidade ao dividir o ensino e a pesquisa em várias faculdades e departamentos, e cada uma se especializando em um campo específico de estudo.	Esse processo criou as bases para a formação do Espaço Europeu de ensino Superior, através da Declaração de Bolonha (1999) quando as universidades concordaram em adotar o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS) facilitando a transferência de estudantes e o reconhecimento de créditos em diferentes países. Atualmente muitas universidades adotam o sistema de créditos para facilitar a transferência de entre as instituições.

Aproximação e a Integração entre Pesquisa e Ensino	Promoveu de forma pioneira a integração da pesquisa e do ensino, incentivando os professores a promoverem pesquisas ao mesmo tempo em que lecionavam.	Esse processo foi referendado na Declaração de Bolonha (1999) que prega uma aproximação entre a pesquisa e o ensino, incentivando as universidades a integrar a pesquisa em seus programas de graduação e a promover a pesquisa orientada para o mercado de trabalho. Nas universidades contemporâneas, destaca-se a busca da pesquisa e da inovação, em áreas de foco específicas (saúde, mercado de trabalho, etc..) e a busca por parcerias em projetos, que já são previamente estabelecidos como metas institucionais, criando o elo apregoado por Bolonha entre a pesquisa e o ensino.
Avaliação e Garantia de Qualidade	Bolonha Incentivou os primeiros conceitos de sistemas de garantia da qualidade para avaliar e melhorar continuamente o ensino superior. Seus critérios iniciais estabeleciam apenas rigorosos exames para os alunos de graduação, mestrado ou doutorado, mas sua reputação vinha principalmente pela qualidade de seus professores e pela diversidade e demanda de seus cursos	Nas universidades atuais há uma ênfase crescente na avaliação e na garantia de qualidade com os processos formais de avaliação, havendo comissões próprias para atender a esse critério. Os processos avaliativos passam por critérios internos e externos, gerando informações que são públicas. Nesse contexto, as universidades buscam estabelecer sistemas de garantia de qualidade da própria avaliação, para melhorar a qualidade do ensino superior e garantir que os padrões de qualidade sejam atendidos.
Flexibilidade Curricular	A Universidade de Bolonha buscou introduzir maior flexibilidade curricular para os estudantes, onde os professores possuíam autonomia para desenvolver e ensinar seus próprios currículos, dentro das faculdades a que estavam vinculados. Posteriormente, permitiu que os estudantes personalizassem seus programas de estudo de acordo com seus interesses e objetivos de carreira	Atualmente, as universidades Atuais têm adotado modelos mais flexíveis de currículo, permitindo escolhas e especializações personalizadas, dentro de uma vasta opção de ensino, ou em processos modulares.
A Internacionalização e a Mobilidade Estudantil e Docente	A internacionalização acadêmica está refletida na colaboração e na troca de conhecimento entre instituições de diferentes países, e é manifestada de diversas formas incluindo a mobilidade Estudantil; a cooperação Internacional; a diversificação do Corpo Docente; currículos com uma perspectiva global; bem como na própria pesquisa Internacional e no incentivo ao uso de uma língua Estrangeira. Todas essas características estavam presentes na universidade de Bolonha, pois ao permitir o ingresso de estudantes e professores de toda a Europa, contribuiu para a internacionalização e o intercâmbio do ensino, promovendo a	Posteriormente o próprio Processo de Bolonha (1999) promoveu a mobilidade de estudantes e professores, incentivando intercâmbios acadêmicos entre instituições de ensino superior europeias. Atualmente a internacionalização e a colaboração global são prioridades em muitas universidades, com programas de intercâmbio e parcerias internacionais sendo ponto comum em seus programas acadêmicos.

	<p>mobilidade estudantil e a colaboração entre instituições de diferentes países.</p>	
<p>Estrutura Administrativa e Regulamentação</p>	<p>A Universidade de Bolonha, fundada em 1088, teve uma estrutura administrativa única para sua época e desempenhou um papel significativo no desenvolvimento do modelo universitário ocidental. Originariamente foi um produto da iniciativa de professores e estudantes que se reuniram para criar um ambiente de aprendizagem, onde esses estudos buscavam a autonomia acadêmica e estavam envolvidos na seleção de professores e na organização do ensino. Posteriormente foram formadas as Cátedras que eram cadeiras de ensino dedicadas a disciplinas específicas, sendo que cada cátedra era associada a uma faculdade ou escola, focada em uma área particular de estudo, como direito, medicina, filosofia, etc. Ao longo do tempo, foram constituídos magistrados universitários adequados para fornecer uma estrutura mais formal de governança. Esses magistrados incluíam um reitor ou chanceler, que representava a universidade em assuntos externos, e outros oficiais administrativos que lidavam com questões internas. Uma característica notável da Universidade de Bolonha era a sua autonomia, que incluía o direito de conceder diplomas e a capacidade de decidir sobre assuntos acadêmicos sem interferência externa.</p>	<p>Atualmente as estruturas universitárias possuem em síntese a mesma estrutura: Uma cátedra ou área particular de estudo, uma Reitoria e posteriormente as áreas de apoio como as Vice-Reitorias e ou Pró-Reitorias; Departamentos Acadêmicos; Administração Financeira e Orçamentária. Destaca-se ainda a manutenção do direito de conceder diplomas e a capacidade de decidir sobre assuntos acadêmicos sem interferência externa.</p>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023).

1) Ciclos de Estudos: A Universidade de Bolonha estabeleceu os fundamentos para a estrutura de graduação, mestrado e doutorado. Mantém-se atualmente a ênfase nos diferentes níveis de conquistas educacionais, caracterizado pelos distintos graus a serem outorgados (graduação, mestrado e doutorado) que promovem a complexidade e o reconhecimento dos esforços dos estudantes. Cabe destacar que foram criados graus complementares de estudos (pós-graduação, especialização e Pós-doutorado), mas a base fundamental está solidificada no que Bolonha criou.

2) Ênfase na Aprendizagem Ativa: A abordagem centrada no aluno, promovida pela Universidade de Bolonha, é essencial para o desenvolvimento de habilidades cognitivas profundas e aplicação prática do conhecimento. A aprendizagem ativa continua sendo valorizada nas universidades contemporâneas, refletindo uma mudança de paradigma na educação.

3) Sistema de Créditos: A Universidade de Bolonha estabeleceu os primeiros conceitos de padronização e comparabilidade. A adoção do ECTS, promovido pelo Processo de Bolonha, facilitou a mobilidade dos estudantes e o reconhecimento de créditos em diferentes países, sendo amplamente adotado atualmente.

4) Aproximação e Integração entre Pesquisa e Ensino: A integração da pesquisa e do ensino, incentivada pela Universidade de Bolonha, é fundamental para o desenvolvimento acadêmico. O enfoque na pesquisa orientada para o mercado de trabalho fortalece a relevância dos programas acadêmicos.

5) Avaliação e Garantia de Qualidade: A Universidade de Bolonha incentivou os primeiros conceitos de sistemas de garantia da qualidade. Nas universidades atuais, há uma ênfase crescente na avaliação e garantia de qualidade, refletindo um compromisso contínuo com a excelência acadêmica.

6) Flexibilidade Curricular: A busca por maior flexibilidade curricular, iniciada pela Universidade de Bolonha, continua sendo uma prioridade. Modelos flexíveis de currículo permitem aos estudantes personalizarem seus programas de estudo de acordo com seus interesses e objetivos de carreira.

7) Internacionalização e Mobilidade Estudantil e Docente: A internacionalização acadêmica promovida pela Universidade de Bolonha estabeleceu as bases para a colaboração global. A mobilidade estudantil e docente continua sendo uma prática comum, enriquecendo a experiência educacional e promovendo a diversidade cultural.

8) Estrutura Administrativa e Regulamentação: A Universidade de Bolonha definiu uma estrutura administrativa única para sua época, baseada na autonomia

acadêmica e na governança interna. As estruturas universitárias atuais preservam essa autonomia, garantindo a capacidade de decidir sobre assuntos acadêmicos sem interferência externa.

Em resumo, as características herdadas da Universidade de Bolonha desempenham um papel fundamental no meio acadêmico atual, promovendo a excelência acadêmica, a inovação e a colaboração global, além de garantir a relevância e a qualidade dos programas educacionais oferecidos pelas instituições de ensino superior.

6.2.1 O que não herdamos da Universidade de Bolonha

Cabe destacar alguns tópicos que também formaram as bases da universidade de Bolonha, mas que não estão integrados em sua essência nas universidades contemporâneas, como destacado no Quadro 3 abaixo:

Quadro 3: O que não herdamos da Universidade de Bolonha

O que não herdamos	Universidade de Bolonha	Universidade Contemporânea
Acesso Equitativo e Inclusão	O acesso era reservado para aqueles que pertenciam a classes sociais mais altas, como a nobreza ou o clero, e o custo da educação era proibitivo para muitos	O regime de cotas desempenha um papel crucial nesse contexto, buscando mitigar desigualdades históricas ao reservar vagas para grupos sub-representados, como estudantes de baixa renda e de etnias minoritárias. Essa abordagem visa criar ambientes acadêmicos mais representativos e enriquecedores, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva
Educação Contínua	A Universidade de Bolonha, não foi originalmente fundada com o objetivo explícito de promover a educação ao longo da vida. Sua criação, em 1088, estava mais centrada no ensino superior formal, seguindo uma estrutura de cursos acadêmicos tradicionais, considerando a conclusão da educação acadêmica com a obtenção do respectivo grau	Com o Tratado de Bolonha (1999) Promoveu-se o conceito de "aprendizado ao longo da vida" ou "educação ao longo da vida". Isso significa que o aprendizado não é limitado apenas à educação formal durante a juventude, mas é algo que pode e deve continuar ao longo de toda a vida adulta. Esse conceito permeia a formação profissional acadêmica no mundo contemporâneo.
Autonomia Acadêmica	A Universidade de Bolonha concedeu aos seus professores um alto grau de autonomia acadêmica, permitindo-lhes desenvolver e ensinar seus próprios currículos. Isso contribuiu para o desenvolvimento do conceito de liberdade acadêmica	Os professores geralmente possuem autonomia de decidir sobre o conteúdo de suas aulas, métodos de ensino e abordagens pedagógicas, mas essa autonomia é limitada e sujeita a certas restrições ou diretrizes estabelecidas, como objetivos do curso e currículo institucional; políticas institucionais e acadêmicas; bem como fazer cumprir um código de ética e conduta

Estudo baseado na Razão e no Debate	A universidade de Bolonha enfatizava o estudo baseado na razão, e o debate como ferramenta de busca do conhecimento	A demanda por resultados imediatos e a ênfase em avaliações padronizadas e pontuais, não fornecem espaço adequado para a prática do incentivo ao debate e a análise argumentativa. Associa-se ainda as prioridades curriculares e as demandas do mercado de trabalho que influenciam as ênfases em habilidades específicas em detrimento de um pensamento mais profundo e questionador
-------------------------------------	---	--

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023).

1) Acesso Equitativo e Inclusão: O acesso era frequentemente reservado para aqueles que pertenciam a classes sociais mais altas, como a nobreza ou o clero, e o custo da educação era proibitivo para muitos. Somente com o Processo de Bolonha (1999) ficou enfatizado a importância de garantir o acesso equitativo à educação superior, independentemente da origem socioeconômica dos estudantes. O acesso equitativo e a inclusão nas universidades são fundamentais para promover a diversidade e a igualdade de oportunidades educacionais. O regime de cotas desempenha um papel crucial nesse contexto, buscando mitigar desigualdades históricas ao reservar vagas para grupos sub-representados, como estudantes de baixa renda e de etnias minoritárias. Essa abordagem visa criar ambientes acadêmicos mais representativos e enriquecedores, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

2) Importância da Educação Continua: A Universidade de Bolonha, não foi originalmente fundada com o objetivo explícito de promover a educação ao longo da vida. Sua criação, em 1088, estava mais centrada no ensino superior formal, seguindo uma estrutura de cursos acadêmicos tradicionais, considerando a conclusão da educação acadêmica com a obtenção do respectivo grau. No entanto, ao longo do tempo, o conceito de educação ao longo da vida tornou-se uma preocupação crescente em todo o cenário educacional, e as universidades, incluindo a Universidade de Bolonha, começaram a reconhecer a importância de proporcionar oportunidades de aprendizado contínuo ao longo da vida. Com o Tratado de Bolonha (1999) promoveu-se o conceito de "aprendizado ao longo da vida" ou "educação ao longo da vida". Isso significa que o aprendizado não é limitado apenas à educação formal durante a juventude, mas é algo que pode e deve continuar ao longo de toda a vida adulta. O Tratado de Bolonha incentivou as instituições de ensino superior a desenvolverem programas e oportunidades de aprendizado mais flexíveis, adaptados

às necessidades dos alunos ao longo de suas carreiras profissionais. Dessa forma, a educação contínua tornou-se uma parte integrante das discussões e práticas relacionadas ao ensino superior na Europa, refletindo a importância de se manter atualizado em um mundo em constante mudança, exigindo a adaptação de programas, cursos e iniciativas para atender às necessidades em evolução dos alunos ao longo de suas vidas, e tem sido uma tendência significativa nas instituições educacionais, embora esse desenvolvimento possa não ter sido o foco original da Universidade de Bolonha.

3) Autonomia Acadêmica: A Universidade de Bolonha concedeu aos seus professores um alto grau de autonomia acadêmica, permitindo-lhes desenvolver e ensinar seus próprios currículos. Isso contribuiu para o desenvolvimento do conceito de liberdade acadêmica, um princípio fundamental nas universidades modernas, mas a autonomia dos professores pode variar dependendo do contexto e das políticas da instituição em que estão lotados. Geralmente possuem autonomia de decidir sobre o conteúdo de suas aulas, métodos de ensino e abordagens pedagógicas, mas essa autonomia é limitada e sujeita a certas restrições ou diretrizes estabelecidas, como objetivos do curso e currículo institucional; políticas institucionais e acadêmicas; bem como fazer cumprir um código de ética e conduta.

4) Estudo baseado na Razão e no Debate: A universidade de Bolonha enfatizava o estudo baseado na razão, e o debate como ferramenta de busca do conhecimento. Isso foi fundamental para o desenvolvimento da tradição acadêmica da idade medieval e, eventualmente, para a base da ciência moderna. Mas a demanda por resultados imediatos e a ênfase em avaliações padronizadas e pontuais, não fornecem espaço adequado para a prática do incentivo ao debate e a análise argumentativa. Associa-se ainda as prioridades curriculares e as demandas do mercado de trabalho que influenciam as ênfases em habilidades específicas em detrimento de um pensamento mais profundo e questionador, o que inibe essa prática acadêmica.

Embora algumas práticas, como o acesso equitativo e inclusão, a educação continuada, a ampla autonomia acadêmica, e o estudo baseado na razão e no debate possam não ser amplamente empregadas na atualidade, isso não diminui o significado e a importância do legado deixado pela Universidade de Bolonha para a comunidade acadêmica. É importante reconhecer que a Universidade de Bolonha foi pioneira em muitas áreas, estabelecendo os fundamentos para a estruturação dos

ciclos de estudos, a ênfase na aprendizagem ativa, a padronização e comparabilidade dos sistemas de créditos, a integração entre pesquisa e ensino, a avaliação e garantia de qualidade, a flexibilidade curricular, e a internacionalização e mobilidade acadêmica. Essas contribuições continuam a influenciar e moldar o meio acadêmico atual, garantindo a relevância e excelência das instituições de ensino superior.

Portanto, embora algumas práticas específicas possam não ser amplamente adotadas na atualidade, é importante reconhecer o papel fundamental que a Universidade de Bolonha desempenhou na formação do sistema educacional contemporâneo e como seu legado continua a inspirar e informar a comunidade acadêmica em todo o mundo.

6.3 EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO

Desde os primórdios da educação formal, o cenário das salas de aula tem sido palco de uma evolução notável. Das simples disposições medievais, onde alunos se agrupavam ao redor de um mestre erudito, até os modernos espaços digitais repletos de tecnologia, as instalações físicas do ensino têm refletido e moldado a própria natureza da aprendizagem. Enquanto que na Idade Média existiam as Lecture Halls (Salas de Palestras) onde as aulas eram frequentemente ministradas em grandes salas, com o professor destacado em um púlpito ou plataforma elevada, enquanto os alunos se sentavam no chão ou em bancos, com uma disposição bastante simples, sendo que essas salas muitas vezes não tinham muitos móveis. O destaque cabe a organização hierárquica, refletida na hierarquia acadêmica, com alunos mais avançados sentando-se mais próximos ao professor, havendo uma interação direta entre o professor e os alunos.

Já na Universidade de Bolonha, a organização das salas de aula era caracterizada por uma disposição informal, com os alunos reunidos em torno do professor, mas o destaque cabe aos estudos que eram duplas ou grupos pequenos, discutindo textos e trocando ideias. A interação era uma parte essencial do processo educacional, usando um modelo de interação entre professores e alunos, com a universidade focada no estudo pessoal, mas na discussão ativa.

Quanto a metodologia de ensino, na Idade Média, o uso de quadros negros, como os conhecemos hoje, não era uma prática comum nas salas de aula. Na verdade, a tecnologia e os métodos de ensino eram muito diferentes daqueles que

predominam nas salas de aula modernas. O ensino na Idade Média, era mais centrado na leitura e na discussão verbal, do que na escrita em quadros ou em outros meios visuais. Portanto o conhecimento era transmitido de forma oral, onde os professores e alunos liam textos clássicos, e procediam as discussões, como fundamento para o processo educacional. A escrita era mais uma atividade individual, realizada pelos alunos como parte de seus estudos pessoais.

Na Universidade de Bolonha, o processo foi idêntico, e o ensino era organizado em torno de debates e discussões entre mestres e alunos, com ênfase na memorização e interpretação de textos. O uso de quadro negro ou outros dispositivos visuais para auxiliar na explicação não era parte integrante desse método de ensino.

O Quadro 4 a seguir procura sintetizar, de forma comparativa, o processo evolutivo das metodologias de ensino na idade média, na Universidade de Bolonha e o praticado nas Universidades Contemporâneas.

Quadro 4: Processo evolutivo das metodologias de ensino

Processo de Ensino	Idade Média	Universidade Bolonha	Universidade Contemporânea
Uso das salas de aula	Aulas ministradas em sala, onde um professor ficava em um púlpito ou plataforma elevada, enquanto os alunos se sentavam no chão ou em bancos simples. De um modo geral a disposição era bastante simples e funcional, pois essas salas muitas vezes não tinham muitos móveis.	Disposição mais informal, com os alunos reunidos em torno do professor, enquanto os estudos eram em dupla ou grupos pequenos, discutindo os textos e trocando ideias.	Salas padronizadas, com cadeiras dispostas em formato padrão permitindo que o professor possua um destaque em relação a turma, mas mantendo um certo distanciamento. Disposição informal dos alunos, mas dispostos de forma isolada, e trabalhos em grupos esporádicos, prevalecendo o desempenho individual. Há uma tendência em evolução das metodologias ativas que permite vários formatos distintos de distribuição de carteiras, mas sempre o professor em destaque.
Hierarquia Acadêmica	alunos mais avançados sentando-se mais próximos ao professor,	Sem hierarquia, focada no estudo pessoal e na discussão ativa	Sem hierarquia, focada no destaque do professor em relação a turma.
Interação entre professor e aluno	Visava uma interação direta entre o professor e os alunos.	interação direta entre o professor e os alunos.	Transmissão do conhecimento, mas com Interação parcial e mediada pelo professor.

Metodologia de Ensino	Centrada na palavra falada e na leitura direta de textos, sem o uso de recursos visuais complementares (quadro negro)	Centrada na palavra falada e na leitura direta de textos, uso de quadros negros, como os conhecemos hoje, não era uma prática comum nas salas de aula	Centrada em Material audiovisual, com uso intensivo do quadro negro, sendo a leitura e interpretação de textos coadjuvantes do processo
-----------------------	---	---	---

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Ao se retratar toda essa evolução, deve-se considerar não apenas a arquitetura física das salas de aula, mas também as mudanças fundamentais na abordagem pedagógica que essas transformações espaciais implicaram. Em resumo, houve uma evolução significativa nas metodologias de ensino ao longo do tempo, da estrutura hierárquica e formal da Idade Média para uma abordagem mais informal e colaborativa na Universidade de Bolonha, e finalmente para uma ênfase na aprendizagem ativa e no uso de recursos audiovisuais na universidade contemporânea. Essas mudanças refletem não apenas avanços tecnológicos, mas também uma compreensão mais holística do processo de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das informações apresentadas no decorrer da dissertação foi possível evidenciarmos o nascimento de uma instituição educacional grandiosa, mantendo-se viva até os nossos dias, pois sabe-se que as instituições só sobrevivem enquanto respondem às necessidades do tempo histórico em que estão inseridas, caso contrário, são extintas. Se a universidade ainda faz parte do cotidiano dos homens é porque, mesmo modificada, atende aos seus anseios.

Nessa premissa, o trabalho procurou responder a questão central da pesquisa que foi retratar o que herdamos do mundo medieval (1200 – 1500), tendo por base a universidade de Bolonha, e que ainda se mantém presente nas práticas pedagógicas e no mundo universitário contemporâneo.

O trabalho alcançou seu objetivo, comprovando que a Universidade de Bolonha foi pioneira em muitas áreas, estabelecendo os fundamentos para a estruturação dos ciclos de estudos, a ênfase na aprendizagem ativa, a padronização e comparabilidade dos sistemas de créditos, a integração entre pesquisa e ensino, a avaliação e garantia de qualidade, a flexibilidade curricular, e a internacionalização e mobilidade acadêmica. Desenvolveu ainda modelo de ensino baseado em faculdades e departamentos, onde o conhecimento era organizado e ensinado por cátedras específicas, e uma estrutura administrativa complexa, com reitores, professores e estudantes desempenhando papéis definidos na tomada de decisões acadêmicas. Essas contribuições continuam a influenciar e moldar o meio acadêmico atual, garantindo a relevância e excelência das instituições de ensino superior. Cabe destacar que muito embora algumas práticas específicas adotadas na época, e que estão retratadas no presente trabalho, possam não ser amplamente adotadas na atualidade, é importante reconhecer o papel fundamental que a Universidade de Bolonha desempenhou na formação do sistema educacional contemporâneo e como seu legado continua a inspirar e informar a comunidade acadêmica em todo o mundo.

Quanto as limitações havidas no transcorrer do trabalho, evidenciou-se principalmente que os historiadores interpretam os eventos de maneiras diferentes, especialmente quando lidam com fontes fragmentadas, levando a interpretações divergentes sobre a natureza e o impacto das universidades medievais para a contemporaneidade. Outro fator é que as universidades da Idade Média estavam profundamente entrelaçadas com o contexto cultural e religioso da época, o que pode

obscurecer o entendimento objetivo de suas atividades, pois os registros muitas vezes eram influenciados por crenças e valores específicos, e por final as próprias mudanças significativas ao longo dos séculos que não permitiram uma padronização o que dificulta a comparação direta e a formação de generalizações sobre o sistema educacional da época.

Como proposta de estudo complementar sugere-se explorar as universidades de Oxford e Paris, justificando-se a proposta por serem instituições acadêmicas de renome mundial, todas com origens profundamente enraizadas na Idade Média. A proposta de estudo seria uma análise comparativa das características, fundamentos e similaridades dessas instituições, considerando seu quase idêntico período de nascimento. A importância do estudo está contido no próprio contexto histórico em que essas universidades surgiram. No século XII, a Europa testemunhou um renascimento do aprendizado e da cultura, culminando no florescimento das universidades medievais. Bolonha, considerada a mais antiga universidade do mundo, foi fundada por volta de 1088, seguida de Oxford no início do século XII e Paris em meados do século XII. Essas instituições nasceram em um momento em que a busca pelo conhecimento estava sendo reavivada e os centros de aprendizado estavam se estabelecendo como pilares da educação europeia, com contribuições para o desenvolvimento do método educacional. Como exemplo destaca-se que enquanto Bolonha foi pioneira na introdução do sistema de graus acadêmicos e na adoção do sistema de créditos, permitindo a transferência de estudantes entre diferentes instituições. Oxford, por sua vez, destacou-se pela ênfase na aprendizagem tutorial, onde os estudantes recebiam ensino personalizado de tutores especializados. Paris, com sua rica tradição intelectual, tornou-se um centro de debate e discussão, impulsionando o desenvolvimento do pensamento crítico. Em suma, a proposta desse estudo seria uma análise aprofundada das universidades de Bolonha, Oxford e Paris, destacando suas características, fundamentos e similaridades. Ao examinar essas instituições, poder-se-ia não apenas compreender melhor a evolução do ensino superior na Idade Média, mas também destacar o seu legado para o mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BIKLEN, Sari; BOGDAN, Roberto C. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BLOCH, Marc Leopold Benjaminz. **A Sociedade Feudal**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1987. 512 p.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Editora Porto Editora, 1994

BOTTON, Alain de. **As Consolações da Filosofia**. Trad. Eneida Santos. São Paulo: Editora L&PM, 2021.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, Editora Bertrand Brasil, 2016.

Cooper, Jr. **Uma abordagem multidimensional para a adoção da inovação**, Management Decision , Vol. 36 Nº 8, Edit. MCB UP Limited. Huntington, EUA, 1998

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Edição especial – Editora Record, 2019.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC, UNESCO, 2003.

FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos Rbep-Inep**, v. 97, p. 534-551, 2016.

GIL, Antonio Carlos, Como **Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, Editora Atlas 2002, ed. 1º.

HASKINS, Charles Homer. **A Ascensão das Universidades**. São Paulo: Editora Danubio, 2015.

HENRI-IRÉNÉE, Marrou. **A História da Educação na Antiguidade**. Editora Kírión, 2017, ed. 1º.

JERPGAGNON, Lucien. **História das Grandes Filosofias**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

JOAQUIM, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Editora Cortez, São Paulo, 2013 1ª Ed.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. Lisboa: Gradiv, 1983.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente da Idade Média**. Editora Vozes, 1996.

LE GOFF, Jacques, Monicca Sahel. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Ed. Vozes. 2018. 392p.

MEIRINHOS, José Francisco. **A Filosofia no Século XII**– Renascimento e resistências, continuidade e renovação. Disponível em: <https://1library.org/document/y65m4d4z-a-filosofia-seculo-xii-renascimento-resistencias-continuidade-renovacao.html>. Acesso em: 13.10.2023

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média**. 2ed. Campinas, SP: Editora Kíron/CEDET, 2018.

Santos, Vânia. **O Nascimento da Universidade no Século XIII**: Características Intelectuais e Transformações Sociais Na Historiografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

SARAIVA, António José. A Universidade de Lisboa – Coimbra. *In* **História da Cultura em Portugal**. Jornal do Foro, Lisboa, 1950, v.1, pp. 93-124.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUSA, Armindo. Realizações. *In* MATOOSO, José. **História de Portugal**, v. 2, A Monarquia Feudal (1096-1480). Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, pp. 483-547.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **A Universidade Medieval**. 2ed Revista e Aumentada. Rio Grande do Sul: Editora EDIPUCRS, 2000.

VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média**. 1. ed. 1973.

VOEGELIN, Eric. **História das ideias políticas**. 1944. V. II.

Wayne C. Booth, Gregory G. Colomb, Joseph M. Williams, Joseph Bizup and William T. FitzGerald. **The Craft of Research**, Fourth Edition. Edit. Press Chicago University. Chicago, EUA 2016